

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Mestrado em Educação

VALERIA DE FATIMA TARTARE MARASSATTO

QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE UMA FAVELADA
E A ESCOLA AMARELA DA VIDA:
UMA ANÁLISE DECOLONIAL

Itatiba

2022

VALERIA DE FATIMA TARTARE MARASSATTO

QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE UMA FAVELADA
E A ESCOLA AMARELA DA VIDA:
UMA ANÁLISE DECOLONIAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: 1. Educação, linguagens e processos interativos

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira

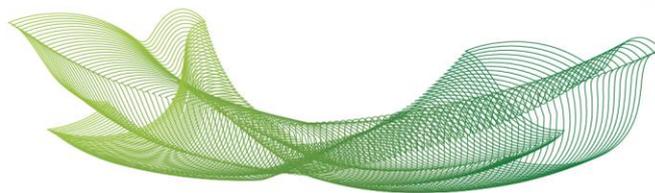
Itatiba

2022

37.015.4 Marassatto, Valeria de Fatima Tartare
M259q Quarto de despejo - diário de uma favelada e a Escola
Amarela da Vida: uma análise decolonial / Valeria de Fatima
Tartare Marassatto. -- Itatiba, 2022.
108 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Carlos Roberto da Silveira.

1. Educação. 2. Sociologia educacional. Jesus, Carolina
Maria de (1914-1977). 4. Decolonialidade. I. Silveira, Carlos
Roberto da. II. Título.



**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO**

Valeria de Fatima Tartare Marassatto, defendeu a dissertação intitulada: "QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE UMA FAVELADA E A ESCOLA AMARELA DA VIDA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL", aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 30 de agosto de 2022, pela Banca Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Daniel Santini Rodrigues
Examinador

Profa. Dra. Fabiana Rodrigues Sousa
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (PPGSSE-USF), pela oportunidade de aprendizado: junto às suas aulas, nas reuniões do Colegiado, na subordinação das tarefas relativas à bolsa de estudos em contrapartida, na monitoria de atividades ou na participação nos eventos. Cada um com sua característica, trouxe algo de novo à minha maneira de me relacionar. Afinal, como salienta Sri Prem Baba¹, se o mundo é uma escola, a universidade são os relacionamentos. E, claro, à USF e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão das bolsas de estudos que me possibilitaram efetivar esta etapa de formação.

Às orientadora e coorientadora – em uma primeira fase –, Profas. Dras. Maria de Fátima Guimarães e Cleonice Aparecida de Souza, respectivamente. À primeira, pela acolhida na universidade; por ter confiado em meu trabalho mais do que eu mesma; pelas suas aulas, que me introduziram no mundo da História da Educação e influenciaram na minha maneira de ver o mundo; pelas sua supervisão no estágio docente, compartilhando sem reservas suas estratégias didáticas; à segunda, pela compreensão e empatia quando dos momentos difíceis. À segunda, pela delicadeza do seu olhar às minhas produções, contemporizando e auxiliando durante o processo.

Aos outros dois professores com quem tive aulas neste curso de mestrado: à Prof.^a Dr.^a Luzia Bueno – a quem muito estimo desde a graduação – minha gratidão pela excelência das suas aulas, das quais carrego não apenas os conhecimentos compartilhados, mas a postura, a ética e o exemplo da docência; e ao Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira, filósofo que me trouxe conhecimentos outros para além da filosofia clássica, pelas aulas-análises capazes de proporcionarem momentos epifânicos e/ou catárticos. A este último, também a gratidão por ter me acolhido como sua orientanda na fase final, presenteando-me com seus imprescindíveis apontamentos.

Aos colegas de curso, que muito enriqueceram o debate. Cada um à sua maneira e com sua bagagem de vida, contribuindo para o meu aprimoramento pessoal e profissional. Àqueles com maior experiência acadêmica então, nem se fala, sempre dispostos a mostrar o caminho das pedras, não sabendo o quanto foram importantes nesta caminhada.

¹ “**Sri Prem Baba** se dedica ao autoconhecimento desde menino. Seu trabalho e seus ensinamentos já promoveram transformações profundas e significativas na vida de milhares de pessoas em todo o mundo” [inclusive na minha]. Disponível em: <https://www.sriprembaba.org/biografia>. Acesso em: 03 fev. 2021.

À Cátedra Paulo Freire, na pessoa da Prof.^a Bruna Sola da Silva Ramos, e ao grupo que compôs a 1ª Roda de leitura freireana – Encontro com Bitita, pela lindeza do colóquio e inspiração para os retoques finais deste trabalho.

Por fim, mas nem por isso menos importantes, os amigos pessoais e a família merecem meu agradecimento mais que especial. À minha mãe, Arlete, pela educação de base e incentivo de sempre; à Bruna, minha filha, e ao Rodrigo, meu genro, pelo apoio e boas risadas; ao Toninho, meu marido, pela compreensão e suporte; às minhas amigas: Viviane e Delle, pelo incentivo para que eu voltasse à universidade; Gislene e Valéria, por todo o carinho com que me escutaram e comigo compartilharam seus pontos de vista; e Iracema, que poderia assinar comigo este trabalho, de tão de perto que o acompanhou, amparando-me em todos os momentos. Sem eles, essa trajetória teria sido inviável.

*“Entrevistador: Como é que uma pessoa que não
teve educação escolar consegue compreender e
expressar tão bem a realidade dos pobres e dos
miseráveis?”*

*Carolina: Não é preciso ser letrado para
compreender que o custo de vida está nos
oprimindo”
(JESUS, 2014, p. 169).*

MARASSATTO, Valeria de Fatima Tartare. *Quarto de despejo – diário de uma favelada e a Escola Amarela da Vida: uma análise decolonial*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2022. 108 p. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO

Quarto de despejo, lugar para onde vão as coisas fora de uso, foi a maneira crítica que Carolina Maria de Jesus escolheu para nomear a miserável favela do Canindé, em que viveu, na São Paulo da década de 1950. Seu livro traz o depoimento da então catadora de papel, acompanhada de perto pela fome, quase uma personagem. Dois anos de estudos formais, dentre todos os na Escola Amarela da Vida, permitiram ao mundo todo a leitura, discussão e admiração dessa obra que trouxe uma dimensão da vulnerabilidade do país dos mais vulneráveis dos vulneráveis à época, e que pode ajudar a entender o Brasil do presente. É, portanto, a educação na vida de Carolina, este processo contínuo envolvendo atividades, experiências e ações educativas, o objeto de estudo desta pesquisa², com vistas a responder à seguinte pergunta: é possível captar esse processo educativo na vida de Carolina pelas páginas de seu primeiro diário publicado? Tal processo engloba práticas sociais escolares e não-escolares, abordados pela linha de pesquisa “Educação, linguagens e processos interativos”, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Tendo por hipótese que as questões levantadas por Carolina em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e em um de seus manuscritos originais – o *Caderno nº 11* –, emergem de uma sociedade moldada pela colonialidade e suas relações de “poder/saber/ser”, o objetivo geral deste estudo é analisar em que medida esses liames, presentes em seu processo educacional plural, atuaram na sua formação. Para tanto, os objetivos específicos mobilizados foram: identificar nos seus escritos pistas dessa atuação, descrever essas forças coloniais nas suas especificidades e explicar o processo de como isso se deu; fundamentados teoricamente no conceito latino-americano de (de)colonialidade, cuja perspectiva de análise ontológica é crítica ao eurocentrismo, com destaque para o filósofo da libertação Enrique Dussel (1977, 1993, 2005), e na noção de experiência e cultura do historiador Edward Palmer Thompson (1981, 1998, 2002), do qual também nos apropriamos da ideia de lógica histórica para a metodologia desta pesquisa bibliográfica. O tema, por trazer a perspectiva do colonizado que problematiza questões sociais, agrega à pesquisa em Educação uma amplitude social. Sua relevância acadêmica está na desestabilização de uma ordem posta, que provoca um processo de humanização que, por sua vez, redimensiona o profissional. Como resultado, observou-se a inviabilidade do reconhecimento do Outro em pé de igualdade enquanto ser humano, devido à forte influência epistemológica da colonialidade secular, de caráter eurocêntrico, o que justifica a importância de uma leitura decolonial deste *corpus*, produzido por uma mulher negra e periférica, justamente pelo desvelamento desse Outro, que foi encoberto pela colonialidade do poder/do saber/ser, atualizando a filosofia da Libertação, de Dussel, ao passo que Carolina se coloca no mundo através da sua linguagem e produz (sua) história.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Educação. Decolonialidade. Filosofia da libertação.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

MARASSATTO, Valeria de Fatima Tartare. *Quarto de despejo – diário de uma favelada e a Escola Amarela da Vida: uma análise decolonial*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2022. 108 p. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

ABSTRACT

Eviction room, place where things go out of use, was the critical way that Carolina Maria de Jesus chose to name the miserable slum of Canindé, in which she lived, in São Paulo of the 1950s. Her book brings the testimony of the then paper picker, closely accompanied by hunger, almost a character. Two years of formal studies, among all in the Yellow School of Life, allowed the whole world to read, discuss and admire this work that brought a dimension of the vulnerability of the country of the most vulnerable of the vulnerable at the time, and that can help to understand Brazil from the present. It is, therefore, education in Carolina's life, this continuous process involving activities, experiences and educational actions, the object of study of this research³, with a view to answering the following question: is it possible to capture this educational process in Carolina's life through the pages of your first published diary? This process encompasses school and non-school social practices, addressed by the research line "Education, languages and interactive processes", of the Stricto Sensu Graduate Program in Education at Universidade São Francisco. The hypothesis is that the questions raised by Carolina in *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus* and in one of her original manuscripts – *Caderno nº 11* – emerge from a society shaped by coloniality and its relations of "power/knowledge/being", the general objective of this study is to analyze to what extent these bonds, present in their plural educational process, acted in their formation. To this end, the specific objectives mobilized were: to identify in their writings clues of this action, to describe these colonial forces in their specificities and to explain the process of how this happened; theoretically based on the Latin American concept of (de)coloniality, whose perspective of ontological analysis is critical to Eurocentrism, with emphasis on the liberation philosopher Enrique Dussel (1977, 1993, 2005), and on the notion of experience and culture of the historian Edward Palmer Thompson (1981, 1998, 2002), from which we also appropriated the idea of historical logic for the methodology of this bibliographic research. The theme, by bringing the perspective of the colonized that problematizes social issues, adds a social amplitude to the research in Education. Its academic relevance lies in the destabilization of an established order, which causes a process of humanization that, in turn, resizes the professional. As a result, it was observed the impossibility of recognizing the Other on an equal footing as a human being, due to the strong epistemological influence of secular coloniality, with a Eurocentric character, which justifies the importance of a decolonial reading of this corpus, produced by a black woman. and peripheral, precisely because of the unveiling of this Other, which was covered up by the coloniality of power/knowledge/being, updating Dussel's philosophy of Liberation, while Carolina places herself in the world through her language and produces (her) history.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. Education. Decoloniality. Philosophy of Liberation.

³ The present work was carried out with the support of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brazil (CAPES) - Financing Code 001.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Capa Frontal do <i>Caderno nº 11</i>	71
FIGURA 2 - Verso do <i>Caderno nº 11</i>	72
FIGURA 3 - Página 1 do <i>Caderno nº 11</i>	73
FIGURA 4 - Sobreposição da Escrita no <i>Caderno nº 11</i>	74
FIGURA 5 - Última Página do <i>Caderno nº 11</i>	75
FIGURA 6 - <i>Caderno nº 11</i> , p. 7 – Trecho 1 de 05/12/1958	78
FIGURA 7 - <i>Caderno nº 11</i> , p. 7 - Trecho 2 de 05/12/1958	80
FIGURA 8 - Dia do Lançamento de <i>Quarto De Despejo - diário de uma favelada</i> e Trecho Anotado no Diário com essa Data	89
FIGURA 9 - Pesquisa da Rede Penssan de Validação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDC	Bolsa Doutorado em Contrapartida
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDAPH	Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação
Cenemeb	Colégio e Escola Normal Manuel Euclides de Brito
Cf.	Conforme
COHAB	Companhia de Habitação Popular Bandeirante
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
Ebia	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação da Agricultura
FES-Brasil	Fundação Friedrich Eberte - Brasil
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
MC	(Grupo) Modernidade/Colonialidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IELA	Instituto de Estudos Latino-Americanos
IMS	Instituto Moreira Salles
Op. cit.	<i>Opus citatum</i> (Obra citada)
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPGSSE	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação
PROSUC	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Penssan	(Rede Brasileira de) Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAGMACS	Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SeCom/CFCH	Setor de Comunicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USF	Universidade São Francisco

SUMÁRIO

MEMORIAL ACADÊMICO	11
INTRODUÇÃO.....	26
1 QUARTOS DE DESPEJO E A COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER	33
2 DO <i>QUARTO DE DESPEJO</i> : OLHANDO A <i>FOLHA DA NOITE</i> , NO CÉU D’O <i>CRUZEIRO</i> PARA COMPREENDER O MUNDO	45
2.1 O Ser e o Não-Ser Carolina Maria de Jesus	48
3 APRENDENDO A ESCREVER NA ESCOLA AMARELA DA VIDA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL.....	58
3.1 A “Escola Amarela da Vida”	58
3.2 Uma Noção de Cultura e Experiência.....	61
3.3 Uma “Lógica Histórica” enquanto Procedimento de Pesquisa	67
3.4 Aprendendo a Escrever na “Escola Amarela da Vida”	69
3.4.1 O <i>Caderno n° 11</i> de 1958 – Manuscrito Original de Carolina Maria de Jesus para <i>Quarto de despejo - diário de uma favelada</i>	69
3.4.2 De 6 páginas manuscritas a 6 linhas editadas, o dito e o não dito sobre o quarto de despejo.....	76
3.5 Rua A, barraco n° 9, Favela do Canindé, São Paulo, Brasil	81
3.6 A Marcante Experiência da Fome: de Comida, de Conhecimento, de Vida (esta Mestra Implacável).....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
ANEXO	107

MEMORIAL ACADÊMICO

“Escrever é tantas vezes lembrar-se do que nunca existiu. Como conseguirei saber do que nem ao menos sei? assim: como se me lembrasse. Como um esforço de Memória, como se eu nunca tivesse nascido. Nunca nasci, nunca vivi: mas eu me lembro, e a lembrança é em carne viva” (LISPECTOR, 1980, p. 42).

Três anos e meio se passaram desde o meu retorno à Universidade São Francisco, em Itatiba, com o ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, na Linha de pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos, junto ao grupo de pesquisa Rastros: História, Memória e Educação. E olhar para este espelho que é o memorial acadêmico, bem como encarar a pesquisadora em formação que se apresenta ao final do curso de mestrado, compõem um exercício de autoanálise equiparável ao das terapias convencionais, o que, aliás, também foi a tônica de muitas aulas – quatro disciplinas como aluna ouvinte, além das seis obrigatórias – ao longo desse período. Então, além da possibilidade de alcançar um título que me capacitará acadêmica e profissionalmente, também sinto estar alcançando uma maturidade importante em termos pessoais, cuja ampliação do campo de visão e cujo entendimento de mundo vêm alcançando horizontes para além do panorama que eu vislumbrava *a priori*.

E ainda que houvesse a expectativa de que esta fosse uma experiência LINEAR; na prática, o acesso aos conhecimentos e o processo de autoconhecimento a que se tem acesso nesse tipo de formação têm se inscrito na minha carne até os ossos, de forma às vezes LENTA e CONFUSA, com retomadas ora exaustivas e/ou dolorosas, mas também AOS SALTOS, como se de repente uma luz que se acendesse em um quarto escuro então iluminasse tudo aquilo que alcança. Boaventura de Sousa Santos chamaria *Da flecha ao caranguejo e ao sapo* esse tipo de conhecimento que, ainda que pautado pela ciência, não respeita metodologia nem protocolos, em se tratando da oralização do conhecimento escrito (SANTOS, 2019). Mas, ao fim e ao cabo, orientadores, coorientadora e aluna, restamos cúmplices nesta experiência que humaniza nossos conhecimentos.

Oriunda da formação em Letras, não tive relevante dificuldade com os textos, e logo encantei-me com a questão da educação dos sentidos e das sensibilidades, aspectos desconhecidos por mim no âmbito da pesquisa. E pesquisa em História da Educação, mobilizando questões e reflexões na perspectiva da história cultural, foi para mim algo totalmente novo. Aliás, fazer pesquisa em educação ainda o era, mesmo quando fui aceita como aluna regular do curso.

Pode parecer óbvio que quando se ingressa em um curso de pós-graduação o esperado é que se desenvolva uma pesquisa. Por parte de quem oferece o curso, sim, sem dúvida. No entanto, mesmo tendo assistido a dezenas de aulas como aluna ouvinte, apresentado uma carta de intenções/anteprojeto de pesquisa, passado nas provas – de conteúdo e de proficiência –, o “como fazer” ainda não estava bem claro para mim.

Ingressei então como aluna regular em 2019 graças à Bolsa Doutorado em Contrapartida (BDC), convertida para o mestrado, oferecida pela universidade. Durante esse ano, passando a cursar três disciplinas por semestre⁴, o tempo ficou escasso para dar conta de tantas leituras, preparação de seminários, entrega de trabalhos e acabei deixando a pesquisa um pouco de lado, até por que eu não estava muito segura sobre o tema que eu havia escolhido – *Educação dos sentidos e das sensibilidades em Conto da escola, de Machado de Assis* – sob a perspectiva da história social.

E em 2020 passei a estudar com bolsa de estudos oferecida pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUC/Capes), prorrogada para o primeiro semestre de 2021. A ambas instituições sou muito grata pela oportunidade, sem a qual não seria possível a minha permanência no programa.

Durante todo esse tempo, tratei de aproveitar cada oportunidade, assistindo a todas as palestras, encontros e conversas possíveis, oferecidos pela universidade. Participei de eventos internos apresentando meu projeto de pesquisa, como monitora ou apenas como ouvinte. Também prestigiei eventos externos que pudessem contribuir com a minha formação a partir de orientações recebidas dos professores ou nas reuniões do grupo de pesquisa.

Desenvolvi as atividades referentes à bolsa BDC durante o ano de 2019, auxiliando junto à Revista Horizontes, publicada pela USF, na triagem de artigos para envio aos avaliadores; e em atendimento à coordenação do programa, realizando levantamentos de alunos egressos, contatando-os para preenchimento de fichas relativas às suas publicações, bem como as publicações dos alunos regulares junto aos professores de cada disciplina, tabulando resultados, entre outras coisas.

No primeiro semestre de 2020, dediquei-me ao estágio supervisionado junto às aulas remotas da prof.^a Fátima para os primeiros anos – matutino e noturno – do curso de Pedagogia, de março até julho. A atividade foi bastante proveitosa, especialmente porque nunca havia

⁴ Disciplinas cursadas: Educação e Teorias Críticas Latino-Americanas; Estudos Sobre Letramento; Interacionismo sociodiscursivo e ensino; Teorias e Epistemologias do Sul: Educação em debate; Pensamento Crítico Latino-Americano e Educação; Impressos Escolares e EAD.

passado pela experiência de aulas nesse formato. O trato com os alunos, suas dificuldades – também com a plataforma –, a preparação de material para as aulas e as minhas apresentações desse material, conferiram a esta etapa da minha formação mais um item para a qualificação à docência, além da troca de experiências, que foi muito enriquecedora.

Ainda no primeiro semestre, no mês de julho, assumi a função de Representante Discente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, passando a atuar junto aos colegas nas questões acadêmicas e acompanhando as reuniões do colegiado do programa, nas quais muito aprendi sobre as questões burocráticas que envolvem o funcionamento de um programa de pós-graduação. Também ofereci um seminário de boas-vindas aos alunos ingressantes, em parceria com uma colega do grupo Rastros, Maria Cecília Machado Faustino, com orientações em relação às normativas do programa.

No entanto, como as reuniões do colegiado – que de praxe ocorreriam uma vez ao mês – passaram a ocorrer com mais frequência devido a alterações estruturais no programa a partir do ano 2021, isso foi tomando o tempo de dedicação a minha pesquisa. Sendo assim, alertada para o fato pela orientadora, solicitei desligamento da atribuição em meados de outubro. Senti por não poder continuar, pois gostava do contato com as pessoas e do sentimento de estar sendo útil em alguma medida, especialmente junto aos colegas de curso.

No entanto, a tarefa de definir o tema da pesquisa não foi uma tarefa fácil, tampouco rápida. Custou-me compreender como uma obra literária podia ser tomada como fonte documental para a história, bem como o que era realizar uma pesquisa em educação a partir da história social, muito embora tenha acompanhado praticamente todas as aulas, lido a maior parte da bibliografia e participado dos debates em sala. Mas prof.^a Fátima, pacientemente, ajudou-me a relembrar essas questões teóricas e utilizá-las da melhor maneira a bem do projeto de pesquisa.

Leio, logo Letras

E como estes escritos não vieram sendo desenhados dia a dia com o intuito de prescrição moral, como em um exercício da *escrita de si* utilizado pelos antigos gregos e romanos (FOUCAULT, 1992), arrisco-me a enquadrar este memorial na categoria dos textos no que eu chamaria de *leitura de si*, pois vai escrutinar MEMÓRIAS a partir das quais esta quase pesquisadora do presente vai olhar/ver/ler e registrar para si e para outros a estudante – ou seria apenas curiosa? – de sempre.

Das mais recentes e prazerosas fazem parte as dos primeiros dias de aula na pós-graduação. Lembro-me de divagar feliz pelos pensamentos, no início do curso, de que eu

poderia morar pelo resto da vida nas aulas da pós: gente inteligente, respeitosa, falando baixo sobre assuntos relevantes, sendo ouvida, ouvindo, aprendendo, compartilhando, e em quantidade ótima para o desenrolar de também ótimas aulas. É ou não é o céu dos que buscam conhecimento?

Esses momentos fizeram com que eu me questionasse a respeito do motivo pelo qual eu fiquei por tanto tempo afastada desse ambiente salutar, afinal, já havia se passado dezesseis anos desde a graduação em LETRAS, exatamente na mesma universidade, com exatamente o mesmo agradável sentimento e satisfação, na companhia de alguns dos docentes que me inspiraram e que vim a reencontrar na pós. Houve um ou outro curso de especialização aqui e ali – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) –, cursos de curta duração, gratuitos ou em valores que eu pude pagar e com menor grau de compromisso – sem a necessidade de apresentar trabalhos, pelo menos não por escrito.

Mas, para tudo tem um motivo. Atravessei anos liquidando a dívida do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), contratado para cursar a universidade, e jurei nunca mais pagar para estudar. Não cumpri com o prometido, mas também não contrái nova obrigação. Na verdade, hoje penso que aqueles que têm paixão pelo estudo deveriam ser mais incentivados a buscá-lo e não necessariamente ter que arcar financeiramente por ele, como nesta experiência no mestrado, com bolsa de estudos, cuja contrapartida tenho procurado corresponder.

Caminho nem sempre Suave

Pois bem, uma criança que, aos cinco anos de idade, desejava de todo coração SABER as letras para poder LER as poucas dezenas de lombadas dos livros que preenchiam a modesta estante escura na sala da família simples, com olhinhos ávidos por desvendar aqueles enigmas; e que vai até a mãe, que costura na cozinha, a cada letrinha aprendida, perguntando “O que é que dá R com A?... E I com N? ...E H com A?” – e a mãe que se virasse –; e que ingressou no pré-primário já lendo algumas palavras; e que devorou, quase até decorar, *A Dama e o Vagabundo*, em edição de folha de papel jornal, pintando e repintando cuidadosamente as ilustrações a cada releitura até rasgar a folha; e que ganhou medalha de honra ao mérito de melhor aluna das salas do 1º e 2º anos da educação primária da Escola Isolada do Bairro do Cruzeiro, na também Itatiba de nascimento; deveria ter as páginas dos livros e as portas das escolas e instituições abertas para receber a sua avidez que, ao longo do tempo, foi dando espaço

para coisas mais prementes, já que algumas das mais importantes tiveram que ir ficando para trás.

Essas lembranças chegam a me comprimir o peito, pelo que sei hoje – ainda que pouco – a respeito do mundo, e pelo que não sabia na minha ingenuidade feliz de criança. Esses anos iniciais na escola merecem uma meia dúzia de parágrafos.

Era 1976 e eu entrava no pré-primário, com os cabelos louro escuros bem curtinhos, como os de um soldado – ah, os meus cachinhos –, porque tinha pegado piolho dias antes das aulas e meu pai havia chamado o barbeiro, seu Alcindo Matiuzo, para que raspasse a nossa cabeça, a minha e a do meu irmão, que ganhou o apelido temporário de Kojak⁵ por causa disso. Sorte que minha mãe não permitiu que se fizesse essa maldade comigo.

Isso mais os óculos para hipermetropia e as sardas sobre a pele branquinha me renderam horríveis momentos de *bullying* nesse *debut*: quatro olhos, ferrugem e joãozinho foram só o começo. Correr mais do que podia para fugir de um menino do bairro que queria me “levar pro matinho” foi dos momentos mais tensos. Ah, a linguagem! Aos seis, sete anos eu não sabia o que queria dizer “levar pro matinho”, mas devo ter desconfiado que boa coisa não era. Então, “pernas pra que te quero”!

Mas antes disso, primeiro dia de aula e eu lá, grudada no portão de entrada, chorando copiosamente por ter que me apartar da minha mãe. No segundo, terceiro e quarto dias também não foi diferente. Não queria ficar ali de jeito nenhum. Foi necessário que ela permanecesse comigo por uma semana na sala do pré-primário até que eu me acostumassem com a escola, uma construção com três salas de aula, uma cozinha, banheiros feminino e masculino, o pátio e um parquinho de chão de areia com alguns brinquedos que, mais tarde, aproveitei bastante.

No ano seguinte, como eu já sabia também escrever alguma coisa, rapidamente eu terminava as lições da cartilha *Caminho Suave* passadas pela dona Nice Segatto Penteado que, muitos anos depois, veio a ocupar o posto de primeira dama do município. A fotografia do presidente Ernesto Geisel revelava que o regime era militar. E acho que a pedagogia da dona Nice também.

Eu dividia a carteira de dois lugares com a Lucimara, uma amiguinha que morava a duas quadras de distância da minha casa. Com a caixa de lápis de cor de 24 cores dela, que ficava

⁵ O detetive Theo Kojak era o personagem principal de uma série de TV norte-americana interpretado pelo ator Telly Savalas que, entre outras características, era careca. Produzida pela rede de TV NBC, na década de 1970, chegou a ganhar o Globo de Ouro nos anos 1975 e 1976. Disponível em: <https://www.nbc.com/kojak>. Acesso em: 05 mar. 2021.

aberta e colocada em pé sobre o tampo de madeira, tentávamos nos esconder dos olhos da professora e conversávamos.

Mas, mesmo que fosse baixinho, não eram permitidas conversas. Soube disso quando senti uma dor ardida na base da cabeça, ao ser levantada do assento pelos cabelos da nuca – que já haviam crescido o suficiente – e, junto dos meus, ouvi também os “ais” da minha parceira de confabulação. Fomos conduzidas ao pátio e, em um dos bancos de madeira azul claro encostados à parede branca, passamos o primeiro período de aula daquela tarde, que ia até a hora do recreio. E dá-lhe choro, mais pela vergonha passada e pelo medo de quando o pai soubesse do evento do que pela consciência da arbitrariedade cometida. Éramos crianças, meu Deus! Tínhamos sete anos de idade.

E segue o CHORO

Terceiro e quarto anos foram um tanto conturbados. A mudança de bairro – meus pais haviam sido contemplados com uma casa em um núcleo habitacional, praticamente na zona rural da cidade, financiada pela Companhia de Habitação Popular Bandeirante (COHAB) – e também de escola (duas vezes) foram motivo de mais choro. Primeiro, porque eu tinha oito anos e, junto com meu irmão de seis, precisava tomar um ônibus regular lotado de outras crianças, que atravessava a cidade e levava meia hora para chegar ao Centro Educacional SESI 13 e, claro, minha mãe não poderia acompanhar, porque custaria muito tempo e dinheiro. E segundo, porque tudo era novo, diferente, um prédio maior, de dois andares – anexo à Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima (santa a quem devo meu segundo nome, pois nasci no dia em que se comemora a sua primeira aparição) – junto de pessoas que eu não conhecia.

Pelos corredores meio escuros, mas muito limpos, de piso de cerâmica vermelha tão bem encerada que brilhava, vez ou outra desfilava D. Zeca – Maria José Panzarin Carminatti, a diretora –, sempre elegante, a ecoar o toc-toc dos saltinhos de quatro centímetros dos seus sapatos Chanel, que dava para escutar das salas. A caipirinha da periferia que eu era não deu conta de absorver tudo aquilo logo de cara e, até que eu me acostumassem, muito chá de erva cidreira dona Neusa Sartoratto, a merendeira, teve que me dar. E ficava comigo até que eu me acalmasse e parasse de soluçar na cozinha de cheiro tão peculiar que eu nunca mais esqueci ou senti em qualquer outro lugar. Mais tarde, ela virou Neusa boleira, e hoje é proprietária de uma cafeteria muito charmosa na cidade.

Nessa escola concluí o primeiro grau e fiz amigos entre os alunos, professores e gestores, alguns dos quais trago até hoje, inclusive a própria dona Neusa. Cinco anos de formação, de experiências às vezes boas, outras nem tanto. Foi onde, pela primeira vez, representei meus

colegas, no discurso de formatura – também o fiz na universidade – e em uma Olimpíada do Conhecimento (uma disputa entre escolas, que acontecia nas dependências da Rádio Progresso e era transmitida ao vivo). Já nas Olimpíadas Estudantis Esportivas, o máximo que alcancei foi um dedo quebrado em uma defesa durante um treino de Handball; e um desmaio, durante uma corrida na rua, debaixo de sol de meio dia, na aula de educação física – que também acontecia no pátio interno ou na rua – em frente à escola ou nos arredores –, porque naquela época ainda não havia quadra lá.

Além do currículo tradicional, tínhamos aula de Formação Especial, com a professora Maria Helena Pinto Osório de Toledo, na oficina, onde produzíamos arte e artesanato que eram vendidos, ao final de cada ano, em um bazar monitorado pelos alunos com supervisão dos professores. Era muito gostoso! Tinha também o Bar do Chute – apelido do dono – em frente à escola, do outro lado da pequena praça, para onde corriam alguns alunos na hora do intervalo, a comprar doces ou salgadinhos nada nutritivos. No meu caso, só quando tinha dinheiro, o que era raro. Geralmente, levava uma merenda de casa ou comia a oferecida pela escola mesmo que, às vezes, era bem saborosa.

Mas nesse meio tempo, cursei o quarto ano em uma escola municipal inaugurada em um bairro quase vizinho, distante meia hora a pé de casa, em topografia nada favorável e chão de terra. Quando chovia, a maioria das crianças em idade escolar do meu bairro – eu e meu irmão entre elas – chegava para as aulas com barro até os joelhos, que ia secando até a volta para casa na hora do almoço, com a sorte de a chuva ter passado, ou molharia e sujaria tudo de novo. Foram dias bastante difíceis também em relação ao aprendizado. Neste ano, 1979, a minha sala teve cinco ou seis professoras diferentes, algumas bastante rudes. Era muito diferente do SESI ou mesmo da escolinha anterior. Penso que meus pais perceberam isso e decidiram nos colocar de volta no SESI, o que foi muito bom.

Não deixa BENS?

A imaturidade, os problemas com a autoridade paterna, a gravidez precoce e o casamento – um mês antes de completar dezesseis anos –, o cotidiano casa-trabalho, os recursos escassos, impediram a continuidade formal e natural dos estudos – retomados em intervalos mais ou menos longos –, mas não me afastaram da busca pelo conhecimento. Não houve dia em toda minha vida, desde que aprendi a ler, que eu não tivesse um livro em mãos, fosse ainda criança – sentada no sofá, em pose de índio, para apoiar as grandes e pesadas enciclopédias – ou, ao longo do tempo – na cama antes de dormir; no banheiro; na sala; na cozinha; no quintal.

Ainda hoje, sobre o meu criado-mudo, via de regra, sempre duas ou três obras são a leitura da vez. Tornou-se um costume ler – sempre acompanhado de um bom dicionário, porque eu queria saber, saber tudo, cada palavra – várias coisas ao mesmo tempo: um romance (em especial o histórico) ou sobre mitologia, livro culinário ou de autoconhecimento, de poemas ou sobre etiqueta, e mais recentemente espiritualidade e filosofia.

Tínhamos um dicionário enciclopédico ilustrado – um *Koogan Larousse* bem grosso –, um luxo para a época, que foi meu companheiro nas tardes e noites em que ler, descobrir, aprender, era mais prazeroso até do que brincar. Hoje jaz, possivelmente empoeirado, na mesma velha estante que perdeu seu lugar de destaque na sala. Sinal dos tempos e também da não renovação ou aumento do pequeno acervo. Eu me mudei e dei início a minha própria coleção de livros; meu pai morreu. Éramos quem a alimentava para, depois, dela nos nutrirmos.

Hoje é um símbolo da herança que dele herdei, o melhor dos legados: o AMOR – pela LEITURA, pelo CONHECIMENTO, pelo SABER. Foi essa a percepção que tive, depois de dias acompanhando sua agonia pelo enfrentamento da cirrose hepática, segurando sua mão até que ele deixasse de respirar, aos 61 anos de idade, quatorze anos atrás. Quando na funerária a atendente assinalou na sua certidão de óbito “não deixa bens”, isso foi quase mais impactante do que a morte em si, outra experiência que, assim de tão perto, também me foi proporcionada por ele.

Como assim, não deixa bens? Como uma anotação mecânica em um formulário pode dar conta de todos os altos e baixos vivenciados na nossa relação, ainda que conturbada? Desde que me lembro por gente, via meu pai sempre lendo alguma coisa, e sua eloquência constantemente me encantava. Por certo, o exemplo surtiu efeitos. Uma pena que o tempo não permitiu que ele esperasse pela minha maturidade e pelo momento em nossas vidas em que tivéssemos mais tempo livre para que pudéssemos conversar sobre o tanto que tenho aprendido. Penso que seriam ricos diálogos.

Foi dele que ganhei meu primeiro livro, eram dele os livros em que nas lombadas aprendi a ler – coleção composta por algumas compras que o salário de operário vez ou outra permitia a extravagância, especialmente depois que constituiu família, bastante jovem, aos 21 anos. Mas sua amizade sincera com um livreiro, o senhor José Reinaldo Pontes – da Pontes Editores, de Campinas – permitiu o enriquecimento do pequeno acervo. Lembro-me de umas caixas cheias de livros que uma vez chegaram em casa. Aquilo me atraía mais do que as caixas com as compras de mantimentos do mês que eram entregues pela Venda do Chico Gotardo.

Numa delas havia uma edição ilustrada de *Spartacus*, adaptada para o público infanto-juvenil, capa amarela com ilustração em preto. Para quem começou com revistas em quadrinhos

e evoluiu para Disney, *Spartacus* foi um *upgrade* de peso, minha estreia na leitura de ficção histórica. Daí para os épicos não foi um pulo, mas um caminho que começou a ser cimentado em boa literatura.

Coleções infanto-juvenis, como a *Vaga-Lume*, da Editora Ática, cujos livros vinham com uma espécie de “suplemento de trabalho”, fizeram a minha alegria durante muito tempo. Nessa linha, enchi fichas e fichas de retirada de livros na Biblioteca Municipal Chico Leme, e passei por diversos gêneros literários. Os clássicos da literatura brasileira entraram na minha vida na época do ginásio. José de Alencar e Machado de Assis foram os mais lidos, pois havia muitos títulos deles, mas também havia Aluísio Azevedo, Lima Barreto e outros mais. Foi o período em que li *Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos, por causa da novela. Encantador.

CONHECIMENTO sim, SABEDORIA nem sempre

Mas, retornando à vaca fria, concluí o ginásio em 1984 e ingressei na recém inaugurada Escola Estadual Prof. Antonio Dutra para cursar o ginásio em conjunto com o curso de secretariado. No entanto, fiquei pouco tempo. Meu bairro era bem distante daquele onde ela estava localizada: meia hora de ônibus, uma hora a pé. Nas primeiras semanas, só havia ônibus de ida, e quando a empresa o disponibilizou para o horário do término das aulas, o dinheiro que guardei enquanto havia sido vendedora temporária em uma loja de discos no mês de dezembro anterior teria que dar até que eu arrumasse outro trabalho. Então, passei a ir a pé para não ter que voltar sozinha para casa às 22h30min.

Nessa época, o poder público não fornecia material didático para os alunos, então eu acompanhava as aulas com os livros dos colegas de sala, tirava cópias das páginas que precisava quando dava, até que pudesse juntar dinheiro para comprá-los. A maioria dos professores era bem compreensiva, mas um ou outro reclamava e exigia que tivéssemos nosso próprio material, em especial a professora de Artes. Depois de várias situações desagradáveis em sala e de ter sido impedida de participar de uma aula por esse motivo, desisti do curso, pois nem mesmo o diretor me apoiou nesse momento.

Um mês depois, em abril, consegui uma colocação como escriturária na S.A. Fabril Scavone, que ainda atua no setor têxtil. Um dos seus diretores, o senhor Idésio Masiero, era professor nessa escola no curso de Contabilidade. Ele orientou que voltasse aos estudos, e assim o fiz, mas, como já carregava um caminhão de faltas e não estava conseguindo acompanhar a contento – sem notas em um bimestre e com notas baixas em outro –, deixei a escola novamente, lá pela metade do terceiro bimestre, também porque havia arranjado um namoradinho. Só vim

a concluir essa etapa de estudo em 1992, no curso noturno de Humanas no Colégio e Escola Normal Manuel Euclides de Brito (Cenemeb), hoje escola estadual. Curiosamente, o magistério – curso mais procurado da época nessa instituição – não fazia parte dos meus planos naquele momento.

A essa altura eu já estava casada com o tal namoradinho e tinha a minha filha. Quando ela nasceu, em 1986, parei de trabalhar para cuidar dela e retornei ao colégio em 1989. Mas, como comecei a trabalhar na Prefeitura em 1990, dei mais uma pausa nos estudos para não ficar dia e noite longe dela, que eu achava que seria triste, tanto para mim quanto para ela. Retornei em 1991 e finalmente consegui fechar esta fase da minha formação.

O que a gente QUER... e o que a gente PODE

A partir daí, foram mais oito anos longe dos bancos escolares até prestar o vestibular para o curso de Letras na USF. Então, eu já estava separada, era técnica em estilismo de calçado por um instituto gaúcho e trabalhava há algum tempo com maquetes de solado para calçado. Porém, após ter ficado desempregada por alguns meses, o que me levou a optar pela educação não foi nada muito altruísta, mas o pensamento de que sempre haveria trabalho, pois a população não para de crescer e as crianças sempre vão precisar de escola. Eu não podia me dar ao luxo de vir a depender apenas da pensão da minha filha caso ficasse sem trabalho novamente. E, com o impacto da reconfiguração internacional do mercado calçadista sobre o segmento brasileiro de couro e calçados durante a década de 1990, bem como o deslocamento deste para o nordeste, o futuro era incerto.

Vale um parêntese para ressaltar que nasci “cheirando cola” em uma família de sapateiros e almejava estudar ENGENHARIA DE CALÇADO no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Meu pai e todo o núcleo familiar da minha mãe figuraram – por algum tempo uns, muito tempo outros – no rol de empregados da Cobrasil, à época importante indústria de calçados da “Princesa da Colina” e também “Capital Brasileira do Móvel Colonial”, área para a qual migrou meu pai depois do meu nascimento. Itatiba, que já havia possuído inclusive uma ferrovia, a “Estrada de Ferro Carril Itatibense”, por conta da sua enorme produção de café no século XIX, dava lugar às indústrias fabris do setor têxtil, como a Pabreu, a Scavone e a Duomo, e da divisão moveleira, que eram muitas.

Assim, por conta das escolhas que fiz ao longo dos meus 30 primeiros anos, deixei minha paixão pelos calçados de lado e passei em quarto lugar no vestibular para o curso de LETRAS, o que me orgulhou muito. E entre os anos 2000 e 2003 pude me capacitar para uma nova profissão, a de professora, que exerço desde então, tendo passado por escolas públicas e

privadas, lecionando para os ensinos fundamental II e médio e na educação de jovens e adultos. Aulas particulares e revisão de textos também fazem parte do meu currículo.

E no curso de Letras é que vim a descobrir que muito do que lera até então necessitaria ser revisitado, pois foram muitos os níveis de semiótica aos quais fui apresentada. O primeiro choque foi com a análise d’*O porquinho-da-india*, de Manuel Bandeira, pela professora de literatura, Sônia Yoshie Nakagawa, também minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. A impressão que tive foi a de que eu nem sabia ler. Foi angustiante, assustador, saber que minhas leituras até aquele momento haviam sido tão superficiais.

Meu primeiro dez na sua disciplina foi um momento de muita satisfação; inesquecível. Concluí a universidade sem maiores percalços, ficando para exame apenas uma vez durante o curso, em linguística, por 0,3 ponto, com a professora Sheila Grillo, por causa de Mikhail Bakhtin e Ferdinand de Saussure. Fiz a prova e passei. Há pouco a “reencontrei” na recente tradução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de Valentin Volóchinov, utilizado neste curso de mestrado. Tive o enorme prazer de ter aulas com a professora Luzia Bueno, que já à época, após uma apresentação minha de trabalho, disse que eu deveria buscar um mestrado, pois tinha perfil para lecionar no ensino superior. E aqui estou, depois de mais de dezesseis anos afastada dos estudos formais.

Enfim, PÓS

A ânsia em ser aceita no mestrado fez com que eu não tivesse certos cuidados de início, tanto com a área quanto com o objeto a ser pesquisado, o que dificultou meus passos. Mas a vida tem dessas coisas, somos encaminhados a andar por onde as EXPERIÊNCIAS nos ajudarão a crescer. De início, pretendia encaminhar um anteprojeto na linha de pesquisa *Educação, linguagens e processos interativos*, por causa da professora Luzia Bueno e por ser mais próxima da minha formação. No entanto, a disciplina na qual me inscrevi como aluna ouvinte em 2018, que seria oferecida por ela, passou para a professora Fátima, devido ao seu afastamento por licença maternidade.

Eis que *a educação dos sentidos e das sensibilidades*, objeto da disciplina, me encantou verdadeiramente, além da abordagem feita pela professora, da sua acolhida e da historicidade agregada ao conjunto. Resultado: encaminhei um anteprojeto totalmente direcionado a essas questões quando do processo seletivo para aluna regular do mestrado, então na outra linha de pesquisa, *Educação, Sociedade e processos formativos*.

Para minha alegria, a professora Fátima me aceitou como orientanda e me conduziu com tato e paciência pelas veredas da pesquisa histórica, sobre a qual eu não sabia praticamente

nada. E, com sua generosidade, orientou-me a cursar, além das suas disciplinas, algumas da oferecidas pelas professoras Luzia Bueno, Luzia Silva e pelo professor Carlos, que muito contribuíram com a minha formação acadêmica e com o referencial teórico para a construção do trabalho de pesquisa e da dissertação.

As aulas foram sempre muito instigantes, pautadas pelos questionamentos em torno dos projetos de pesquisa dos alunos, bem como por uma gama significativa de autores, referência em relação aos assuntos pautados. O ambiente acadêmico fez com que eu me sentisse em casa. Tentei contribuir com apontamentos a partir das minhas leituras sobre os temas. Enfim, aprendi muito, mas a impressão que tenho é a de que eu ainda não sei o tanto que deveria para conquistar o título de mestre.

E tudo se desenrolava dentro das expectativas, até que, ao final do segundo semestre, ainda em princípios da escrita sobre *A educação dos sentidos e das sensibilidades na obra “Conto da escola”, de Machado de Assis*, solicitei à professora Fátima a possibilidade de mudança de objeto de pesquisa. Apresentei minha proposta sobre o tema *Educação para a Paz*, com pesquisa empírica em uma escola pública da cidade, onde havia a aplicação de um projeto relativo à questão, mas, ao longo das nossas conversas, acabamos por redirecionar o foco, no início de 2020, para *A educação para a paz na proposta educacional da Universidade São Francisco para o ensino superior nas décadas de 1980-1990*, com pesquisa documental.

Acontece que, quando eu iria dar início a esta investigação nos documentos constantes no acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco (PPGSSE-USF), foram suspensos o acesso aos laboratórios e as aulas presenciais por causa da pandemia de Coronavírus – Corona Virus Disease 2019 – (COVID-19). Então, continuei com a pesquisa bibliográfica sobre a história do ensino superior no Brasil, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Tendo em vista as férias antecipadas e o estender do período de quarentena, bem como o espaço privilegiado de referência para a pesquisa em história e historiografia da educação brasileira, essencial para a minha investigação, ainda sem possibilidade de acesso, optamos por migrar para outro tema, sendo necessário rever o objeto de pesquisa, dada a impossibilidade de efetivá-la.

Devido a isso, cogitei retomar a pesquisa com Machado de Assis, pois tinha feito algum levantamento de material e uma comunicação oral sobre o tema. No entanto, a prof.^a Fátima insistiu para que reorientássemos a rota e os esforços na direção da produção literária de Carolina Maria de Jesus, mais especificamente, a obra *Quarto de despejo*, de subtítulo *diário*

de uma favelada. O objetivo seria analisá-la sob o viés decolonial a respeito das categorias cultura, educação e escolarização, mobilizando questões referentes à história cultural.

No entanto, com o desenrolar das leituras e dos encontros para orientação, foi-se ajustando o foco uma e outra vez até que se chegou à ideia final de, a partir do mesmo viés, ater-se apenas à cultura, considerando a noção de experiência proposta por Edward Palmer Thompson (2002). Ainda, buscar reconhecer a pluralidade de significados que possam ter sido mobilizados dialogicamente pela autora ao se referir a tais conceitos.

De encontro com Carolina... com RESERVAS

Antes de adquirir o livro e dar início ao trabalho, porém, tive que lutar com alguns monstros internos, pois, sim, entendi que ainda carregava um certo preconceito linguístico e, por que não dizer, literário. Parte dele já havia sido trabalhado na graduação, na qual eu havia ingressado quando ainda achava que a língua portuguesa padrão era, ao fim e ao cabo, a que todos deveriam dominar. Mas, no meu íntimo, restava um resquício de petulância e sentimento de superioridade em relação àqueles que ainda não haviam se apossado dela.

Enfim, como eu, uma professora de língua portuguesa, leitora de clássicos da literatura desde a infância, formada na universidade, que queria, a princípio, reencontrar Machado de Assis, iria me debruçar sobre os escritos de uma pessoa que escrevia fora da norma? Possivelmente, esse foi um dos motivos que fizeram custar a sair o texto da qualificação. Eu ainda não sabia disto, mas a pesquisa sobre Carolina e sua obra já começava a surtir efeito positivo antes mesmo do seu início efetivo.

Uma digressão: não havia tido contato com suas obras, sequer com a mais famosa, *Quarto de despejo*. Nem no colégio, nem no ginásio, nem na graduação, esse seu texto havia sido abordado, apesar de publicado como livro em 1960, com tiragem recorde para a época e traduzido para 14 idiomas com igual repercussão; apenas mais recentemente, ao fazer a revisão gramatical do trabalho de um colega, o Renato⁶, deparei-me com excertos dessa obra, cuja forma de escrita me causou estranhamento o suficiente a ponto de começar a corrigi-la. Percebi, então, que se tratava de trechos de autoria e não de erros; logo depois, em uma das disciplinas cursadas com a prof.^a Fátima, o texto foi trazido à baila como acréscimo a uma discussão. Em seguida, em uma aula do professor Carlos, também se comentou sobre a obra. Cheguei a baixar o livro em PDF, à época, para lê-lo posteriormente.

⁶ Renato Modeneze do Nascimento. *Lima Barreto e a educação: uma leitura d'Os Bruzundangas numa perspectiva decolonial*. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2019.

Mas o arquivo com o texto ficou onde o guardei e só vim a reencontrá-lo agora, ainda com um certo pé atrás, pois minhas vozes internas não se deram por vencidas tão facilmente. Assim, comprado o livro físico, dei cabo da sua leitura praticamente de uma sentada. Pronto! Já havia baixado a guarda para Carolina. Todas as reservas foram sendo desarmadas, uma a uma, por aquela história de vida, por aquela mulher forte, decidida; por aquela escrita nuclear e potente.

Ao ENCONTRO de Carolina... sem reservas

Dada a epifania, prontamente ocorreu-me a pergunta: por que é que eu não havia me deparado com essa autora – que também escreveu poesia e ficção – ou sequer com a obra em questão antes de chegar à pós-graduação? Consta no texto de apresentação de *Quarto de despejo* (JESUS, 2014) que sua primeira edição foi publicada no ano de 1960, tornando-se imediatamente um *best-seller*. O livro foi então traduzido para 13 idiomas no espaço de um ano de seu surgimento, e distribuído em 40 países, com tiragens que, logo de início, superaram em 100 vezes obras de escritores já consagrados.

Minha EDUCAÇÃO FORMAL havia cumprido todas as etapas desde o básico até o ensino superior e em nenhum momento o livro ou a autora haviam sido objeto de estudo. E até onde tenho recordação, nem de citações, como aquelas típicas de livro didático – com os quais trabalhei até 2017, nos 15 anos em que lecionei em sala de aula. É claro que talvez eu não tenha tido interesse pela obra em minhas incursões pela biblioteca municipal ou nas livrarias e sebos, em lojas físicas ou virtuais. Mas e a escola – nos ensinamentos fundamental e médio –, ou a universidade – na graduação em Letras –, porque não privilegiaram obra e autora de tanto destaque em seu lançamento?

Buscar uma resposta para essa questão já foi motivo de estímulo para mim. Mas isso me pareceu pouco para ensinar uma pesquisa histórica em educação. Ademais, àquela altura do curso de mestrado (final do terceiro semestre), pelo contato com um certo arcabouço teórico a respeito de modernidade/colonialidade e categorias decoloniais, devido à infinidade de leituras realizadas nos dois anos anteriores sobre o assunto, foi possível vislumbrar um caminho no qual se poderia aventar hipóteses ou até chegar a alguma conclusão.

Assim, ficou decidido percorrer esse caminho não apenas ao encontro de Carolina, mas junto com ela, apesar das disparidades ou até mesmo por causa delas, dada a sua condição de vida, tão distante da minha realidade quanto possível, pois: i. jamais passei fome; ii. tive acesso a instrução formal mais do que a maioria das pessoas, apesar das dificuldades. Mas também pelas similaridades, pois tenho em comum com Carolina – guardadas as devidas proporções, já

que não passei de um ou outro prêmio em concurso literário local – a paixão pela leitura e pela literatura. Carolina lia, e lia muito, e lia sempre; amava literatura e imitava a escrita dos autores que lia, coisa que também sempre fiz, ainda que inconscientemente.

Contudo, o mais relevante para que este trabalho de pesquisa se concretizasse foi o seu exemplo de coragem, pois Carolina escreveu, publicou, foi traduzida, festejada, deixando a sua marca linguística, totalmente adequada à sua forte narrativa reveladora tanto do desespero e da humilhação sofridos na carne, quanto do lirismo e da poesia que podem deixar marcas em seu leitor. Carolina escreveu e me autorizou a escrever. A mim, que desde o início deste curso tenho me esquivado das produções escritas; a mim, que mudei de objeto de pesquisa uma e outra vez ao longo desses três anos – ainda que apesar de circunstâncias também externas –, mas possivelmente para fugir de colocar a minha escrita à avaliação de outros.

Já Carolina, ao colocar sua voz a serviço da sua escrita, foi ao encontro das ideias de Hooks (2019, p. 55), que, influenciada por Paulo Freire, defende que “[...] encontrar uma voz é parte essencial da luta libertadora – um ponto de partida necessário para o oprimido, o explorado –, uma mudança em direção à liberdade”. Desse modo, sua literatura foi libertadora para si e catártica para muitas das suas leitoras, dentre as quais me coloco, porque, ao escrever esta dissertação, trilhei um caminho de mudança, de transformação, que certamente se estenderá àqueles a quem tocarei na minha prática pedagógica, agora enriquecida pelo conhecimento da vida e da obra de Carolina Maria de Jesus.

Ao aceitar o desafio de caminhar ao seu lado nesta pesquisa, vi que o sentido da alfabetização, que a capacitou para que alcançasse seu intento, é aquele propalado por Freire (2011, p. 19): o da “[...] educação como prática da liberdade”, desenvolvido na dinâmica de uma “[...] pedagogia do oprimido”. Ernani Maria Fiori (FREIRE, 2011) a descreve como a aprendizagem da escrita da vida desse oprimido, que é, ao mesmo tempo, autor e testemunha de sua história, ou seja, aquele que se biografava, que se existencializa, que se historiciza; como muito bem o fez Carolina.

Assim, aqui estamos nós, Carolina e eu. Carolina, que escreveu para viver e para se lida. Eu, que aqui produzo esta dissertação à custa de muito trabalho, inclusive nesta reta final, em que o professor Carlos – que passou a me orientar com a saída da professora Fátima – me apresenta possibilidades outras de exploração, que não pude deixar passar⁷. E é com alegria que a entrego para a leitura dos meus avaliadores e possíveis leitores.

⁷ Este fato fez com que eu retornasse à linha de pesquisa que era a minha primeira escolha ainda no anteprojeto: 1. Educação, linguagens e processos interativos.

INTRODUÇÃO

Apesar do caráter ficcional, a literatura pauta-se profundamente na relação de sua produção com o social e tem sido um promissor campo de pesquisa, especialmente a partir das últimas décadas do século XX (PESAVENTO, 2003). Muitos são os trabalhos que utilizam a literatura como seu objeto de pesquisa ou até mesmo como fonte histórica.

Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, pobre e migrante, também foi escritora, compositora e poetisa brasileira, a partir da segunda metade do século XX, laureada *post mortem* com o título de Doutora *Honoris Causa* do Setor de Comunicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SECOM/CFCH UFRJ) em 09/11/2020⁸. Sua obra mais conhecida, *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, publicada em 1960 pela Livraria Francisco Alves, foi escrita nos anos anteriores enquanto vivia com os três filhos pequenos na favela do Canindé, zona norte da cidade de São Paulo (FARIAS, 2018). Conforme Jesus (2014), o conteúdo autobiográfico do livro é resultado de uma seleção dentre os escritos de inúmeros diários, mantidos pela autora entre os anos de 1955 e 1959 – sendo um dos quais, o *Caderno nº 11*, também objeto desta pesquisa. Trata-se de um *best-seller*, conforme consta no texto de *Apresentação* da edição adotada, a décima. A obra foi traduzida para 13 idiomas no espaço de apenas um ano de sua primeira edição e vendida em 40 países com tiragens que, logo de início, superaram em 100 vezes obras de escritores brasileiros já consagrados (JESUS, 2014)⁹.

Considerando então o momento de produção de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, delimitou-se, como recorte temporal para a pesquisa, as décadas de 1950 e 1960, tendo como contexto sociocultural mais amplo, o Brasil, pois na obra encontram-se referências a questões econômicas nacionais, tratamentos de saúde fora da cidade de São Paulo ou os governantes do poder executivo central. Localmente, a situação precária em que viviam as populações menos favorecidas da cidade de São Paulo é obviamente retratada, englobando uma série de problemas sociais, apesar de tratar mais pontualmente daqueles vividos na referida favela.

⁸ CFCH aprova concessão de título Doutora Honoris Causa a Carolina de Jesus. Publicado em Terça, 10 novembro 2020. Escrito por SeCom/CFCH (Setor de Comunicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ). Disponível em: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/1388-cfch-aprova-concessao-de-titulo-doutora-honoris-causa-a-carolina-de-jesus>. Acesso em: 09 mar. 2021.

⁹ Hoje já são 16 idiomas, com 3 milhões de exemplares vendidos (SECOM/CFCH, 2020) e, segundo Vera Eunice, filha de Carolina de Jesus, em uma entrevista de setembro de 2020, com proposta de tradução para Espanha, Itália, Portugal e Colômbia (COLETIVO LEITOR, 2021).

Em finais dos anos 1950 e início da década seguinte, Carolina sobrevive na condição de favelada. O conjunto de memórias mobilizadas em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no *Caderno nº 11*, possibilita identificar marcas tanto da singularidade da autora quanto da expressão de determinados pensamentos, valores, práticas, costumes e sensibilidades do período, porque fazem parte de uma herança cultural imbricada na narrativa. Este *corpus* carrega, em seu bojo, tensões sociais, disputas simbólicas e conflitos de interesse¹⁰ concernentes à sua conjuntura, possibilitando a averiguação sobre questões das mais distintas áreas do conhecimento: literatura, sociologia, ciências sociais, história, economia, antropologia e, como no caso desta pesquisa, da educação.

Nas páginas em questão, Carolina trata dos costumes locais, da violência e da miséria, elementos que atravessaram seu corpo, seja pela experiência recorrente da fome, que a fazia enxergar tudo amarelo, seja pela luta pela sobrevivência, catando papel por entre o lixo da cidade. O seu sofrimento é o do ser humano deixado à margem da cidade, à margem da vida, em condições humilhantes. Entre os diversos assuntos tratados por ela na obra, que representam um importante potencial historiográfico, pode-se elencar: habitação, saneamento, custo de vida, religião, relacionamentos, educação e cultura.

Isso posto, emergiu a questão em torno da qual esteve circunscrita esta pesquisa e cujo andamento sulleu¹¹: a narrativa autobiográfica da escritora, trazendo à tona questões sociais importantes e urgentes de seu tempo, em escritura desenhada de oralidade, produzida por um ser humano ímpar, em papéis recolhidos em seu trabalho de catadora, e que à época habitava um barraco na favela, em condições precárias, pode contribuir para o entendimento dos processos educativos a que esteve ela exposta – escola amarela da vida – e estamos também nós expostos no decorrer da vida? Partindo do pressuposto que sim, a hipótese é a de que, em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no *Caderno nº 11* é possível encontrar indícios dessa educação plural – que foi capaz de eduzir certos saberes e incutir tantos outros – que

¹⁰ *Tensão*, do latim *tensio,ōnis* ‘tensão, tesão’, derivado de *tensum*, supino de *tendēre* ‘estender, alargar, esticar, prolongar, resistir’ (HOUAISS, 2001, p. 2.694).

Disputa(r), do latim *disputo,as,āvi,ātum,āre* ‘discutir, debater, discorrer, dissertar, argumentar’ (HOUAISS, 2001, p. 1.058).

Conflito, do latim *conflictus,us* ‘choque, embate, encontro, combate, luta’, ligado ao verbo latino *confligēre* ‘combater, lutar, pelear’ (HOUAISS, 2001, p. 797).

Apesar de aparentemente similares, essas expressões, na ordem expressa no texto [tensões, disputas e conflitos] indicam um crescente em magnitude.

¹¹ O termo *sulear* surge em detrimento da “[...] presença da conotação ideológica nos referenciais do Norte com os quais carregamos o germe da dominação. Este germe explicita-se com frequência nas oposições do tipo: Norte/Sul, acima/abaixo, subir/descer, superior/inferior, central/periférico, desenvolvido/em desenvolvimento” (CAMPOS, 1999, p. 42). Encontramo-lo já em “Pedagogia da esperança”, de Paulo Freire, e antes, no livro “A arte de sullear-se”, de Marcio D’Olne Campos.

emerge de uma sociedade moldada pela colonialidade. Colonialidade esta que, nas suas dimensões do poder, do saber e do ser, permeia as relações e as experiências desta representante de um segmento subalternizado¹², daquela São Paulo quatrocentona¹³, que já trazia toda uma história de vida desde a mineira Sacramento, lugar onde nasceu na década de 1910.

Levando-se tudo isso em consideração, delimitou-se como objetivo mais amplo da pesquisa: analisar, pelo viés da decolonialidade, o processo educativo da e na vida de Carolina Maria de Jesus, a partir da obra *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e do manuscrito original de um dos cadernos que a compôs, o *Caderno nº 11*. E a par desse objetivo geral, estabelece-se como objetivos específicos: apresentar o contexto de produção do referido *corpus*; identificar pistas da atuação da colonialidade nas relações e experiências registradas; demonstrar, através dos excertos selecionados, a colonialidade em suas três dimensões: a do poder, do saber e do ser; e problematizar o conteúdo obtido pelo ponto de vista da decolonialidade.

A partir da mobilização em busca de tais objetivos, esta pesquisa empenhou-se em propiciar uma reflexão sobre problemas sociais enfrentados neste País, que giram em torno de questões como moradia, desemprego, desigualdades de vários tipos, saúde, educação, violências distintas, racismo e exclusão social, potencializando a compreensão das implicações da colonialidade presente no Brasil mesmo após a descolonização. Em tudo isso, embrenha-se a perspectiva histórico cultural na qual a educação, enquanto elemento do quadro dos estudos discursivos, é alvo da pesquisa voltada a práticas sociais escolares e não-escolares, conforme a linha de pesquisa à qual este trabalho está vinculado, “Educação, linguagens e processos interativos”, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

¹² Nessa obra, Carolina apresenta-se como escritora, narradora e personagem, que traz à tona a experiência de resistência e luta não apenas dela, mas de um grupo de pessoas deixado à margem da sociedade. Trata-se da fala do subalterno que chega a ser ouvida. O subalterno sobre o qual argumentou anos depois, em 1985, Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?*, ao contar a história de uma jovem indiana que não tinha o direito de se autorrepresentar fora do contexto patriarcal e pós-colonial e, ainda que o quisesse, não encontraria meios através dos quais pudesse ser ouvida (ALMEIDA, 2010). Spivak contribuiu para que o Grupo de Estudos Subalternos, formado no sul asiático na década de 1970, tenha sido conhecido fora da Índia (BALLESTRIN, 2013).

¹³ Fundada em 25 de janeiro de 1554, a cidade de São Paulo – condição alcançada somente em 1711 – teve seu marco inicial no hoje conhecido Pateo do Collegio, local em que foi erigida sua primeira edificação, pelas mãos dos jesuítas liderados pelos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, ordem cuja intenção era a de catequização das populações originárias. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/cidade-de-sao-paulo-comemora-468-anos-com-inauguracoes-de-unidades-de-saude-e-para-idosos#:~:text=A%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,atividades%20para%20celebrar%20a%20data>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Nesse caso, também com o apoio dos referenciais teóricos quanto ao conceito de colonialidade, introduzido por Aníbal Quijano (2005), atrelado ao entendimento de Modernidade nos moldes dusselianos (DUSSEL, 1993), e explorado por Walter Mignolo (2017). Em uma definição, este concebe colonialidade como “[...] o lado mais escuro da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p. 1). Logo, fica posta a distinção entre colonialismo e colonialidade, em que o primeiro trata de uma relação de dominação entre identidades e etnicidades diferentes, e a segunda busca mostrar que a história dos povos depende de um fator diferente de sua natureza biológica, a que se deu o nome de raça.

Para a abordagem da decolonialidade em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11*, efetuou-se uma busca nas plataformas digitais de trabalhos acadêmicos, tendo como palavras de referência: decolonial, decolonialidade, quarto de despejo, diário de uma favelada e Carolina Maria de Jesus. Na ferramenta *Google Scholar* (ou Acadêmico), na data de 06/11/2020¹⁴, foram detectados 104 trabalhos, entre artigos, capítulos de livro, dissertações, teses, resumos e entrevistas, dos quais 22 abordavam de fato o livro ou a autora (ou ambos), relacionando-o(s) à decolonialidade.

No entanto, os trabalhos que tomavam o texto ou a vida de Carolina de Jesus para análise foram seis artigos, nas áreas de Letras, Literatura, Semiótica, Educação e Estudos linguísticos. E com foco exclusivo na decolonialidade, apenas nas duas últimas áreas: na primeira, sobre os reflexos da (des)colonialidade* na construção das relações entre gênero e raça na sociedade brasileira; e, na segunda, a respeito da identidade narrativa e decolonialismo*¹⁵ em *Diário de Bitita*. Os demais achados apenas tomavam Carolina e/ou suas obras como citação a título de exemplificação.

Todavia, os trabalhos mais relevantes foram os de duas pesquisadoras que dialogam com Carolina. Os dois primeiros, de Fernanda Rodrigues Miranda, que apresentou sua dissertação de mestrado *Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus*, em 2013¹⁶; e, em 2019, defendeu sua tese de doutorado *Corpo de romances de autoras negras brasileira (1859-2006): posse da história e*

¹⁴ Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=decolonial+decolonialidade+Quarto+de+despejo+Carolina+de+Jesus&btnG=. Acesso em: 06 nov. 2020.

¹⁵ *(Des)colonialidade e decolonialismo são as expressões utilizadas originalmente nos referidos trabalhos.

¹⁶ MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-13112013-100432. Acesso em: 2022-07-12.

*colonialidade nacional confrontada*¹⁷, ambos junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

E o outro, da pesquisadora e escritora Germana Henriques Pereira de Sousa, cujo doutorado em Literatura, pela Universidade de Brasília, defendeu a tese, em 2004, com o título *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata*¹⁸; trabalho convertido em livro no ano de 2012, pela editora Horizonte¹⁹. Nele, Sousa (2004) procurou acompanhar a trajetória de Carolina Maria de Jesus como escritora, tanto no Brasil quanto no exterior, buscando respostas às seguintes questões: que acontecimentos podem ser desencadeados quando uma subalterna, que vive à margem, fala através de sua escrita? Essa fala é articulada em quais espaços? Para quem ela fala, e em nome de quem? E a que tipo de escuta foi e tem sido submetida, já que o conjunto de sua obra foi colocado à margem do cânone literário? Sua pesquisa identifica que houve uma fratura necessária, no campo discursivo e literário, dada a força e a maneira incômoda e insistente da narrativa de testemunho de Carolina em sua produção literária; identificou ainda, uma espécie de intervenção política, dado o seu discurso a partir das margens, da periferia.

Miranda (2013), por sua vez, analisa, em sua dissertação, algumas das obras de Carolina, investigando: a intervenção do editor da primeira edição de *Quarto de despejo*, na construção do estereótipo “escritora favelada”; e qual o impacto disso na trajetória discursiva da autora. Já na tese de doutoramento, promoveu a leitura comparada de algumas autoras negras brasileiras – dentre elas, Carolina – identificando como ponto de contato “[...] um mesmo solo histórico, que resulta na posse da História” (MIRANDA, 2019, p. 7), em que as autoras propiciam uma crítica a partir da explicitação da matriz colonial que constitui a formação do Brasil, reelaborando sua modernidade, ao promover uma demarcação de lugares de poder e subalternidade, organizados pela junção de raça e gênero.

A partir disso, já estava, portanto, posto um caminho aplainado em relação a aspectos coloniais/decoloniais que têm sido explorados junto à academia, todavia, com a possibilidade de algum pedaço de chão ainda a ser palmilhado. Inspirada, portanto, por alguns desses trabalhos, foram escolhidos os aspectos mais amplos de *Quarto de despejo - diário de uma*

¹⁷ MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-26062019-113147. Acesso em: 2022-07-12.

¹⁸ SOUSA, Germana Henriques Pereira de. *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata*. 2004. xix, 262 p., il. Tese (Doutorado em Literatura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

¹⁹ SOUSA, Germana Henriques Pereira de. *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata*. Vinhedo e Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2012.

favelada para esta pesquisa: a exclusão social; a experiência brasileira da violência (rural, urbana, urbana periférica, urbana periférica de deslocamento), da pobreza, da exclusão; a precariedade das condições de vida na favela (como área degradada); as desigualdades e os abismos presentes na sociedade brasileira; o racismo estrutural; o patriarcalismo.

E entre os aspectos mais pontuais estão: o não reconhecimento de Carolina como escritora por parte dos moradores da favela, mesmo após a publicação do livro; sua passagem despercebida pelo pente da história até recentemente; o ser mulher – ou o não-ser, como assim pressupõe a colonialidade do ser: uma mulher negra e periférica, que escreve sobre ser mulher negra e periférica; a narrativa da experiência subjetiva da fome; a linguagem peculiar e original; a resistência, apesar das contingências. Enfim, a expressão do talento, da força e da criatividade de uma mulher determinada a viver pelo seu ideal de vida, que era escrever.

Todos esses aspectos permitem tomar a obra sob uma perspectiva decolonial, tendo em vista que uma das suas principais características consiste em assumir o lado dos oprimidos e suas diferentes formas de resistência à dominação, saindo, assim, da lógica da Modernidade (MALDONADO-TORRES, 2007). Colocando-se à parte deste único mundo possível (eurocêntrico), que foi apresentado e imposto sobre os povos originários dos territórios colonizados, a decolonialidade abre-se para uma pluralidade de vozes e caminhos. Ou seja, atua em defesa de um pensamento outro, que tem o direito de ser diferente daquilo que está posto.

Sendo assim, no capítulo um, encontra-se o quadro teórico que embasou a pesquisa, cujas contribuições permitem compreender alguns conceitos sobre a colonialidade, nas dimensões do poder, do saber e do ser. Dentre os representantes do Grupo Modernidade/Colonialidade (MC) – coletivo que realizou este movimento epistemológico da decolonialidade –, selecionou-se os intelectuais latino-americanos: Enrique Dussel, para se falar de eurocentrismo e Modernidade; Aníbal Quijano, sobre colonialidade do poder; Walter D Mignolo, que desenvolve esse conceito e o amplia, com a colonialidade do saber; e Nelson Maldonado-Torres, que explora a questão da colonialidade do ser e cunha o termo “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013). Além disso, é apresentada a metodologia empregada na pesquisa, cujo suporte é Edward Palmer Thompson, a partir da noção de experiência e cultura. Bem como outros quartos de despejo, extremamente atuais, inteirando 4/4 (quatro quartos) de uma situação que está longe no tempo, em relação ao quarto de despejo de Carolina, mas que atualiza o que ela apresentou ao público naquele momento.

Na sequência, uma vez que falar do sujeito deve preceder a fala sobre a sua realidade (FREIRE, 2011), esta dissertação de mestrado apresenta, no capítulo dois, Carolina Maria de Jesus. Para tanto, ultrapassa-se as páginas de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e do

manuscrito *Caderno nº 11*; portanto, outras de suas obras são utilizadas. Também material produzido por pesquisadores de sua vida e obra é contemplado, além de fotografias, notícias e outros documentos.

Consequentemente, no capítulo três, é efetuada análise decolonial da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e do *Caderno nº 11*, exemplificada pelos trechos selecionados, na junção com os conceitos teóricos apresentados, proporcionando assim uma problematização.

Por último, nas Considerações Finais, discorre-se acerca da potência de se trabalhar com memórias de experiências como as dessa obra literária – em especial aquelas de racismo – que, para além da temporalidade e espacialidade, têm o poder de sensibilizar, tocar e atravessar seus leitores, informando-os e instrumentalizando-os sobre a impossibilidade de se apartar os processos educativos da análise das relações de poder ali imbricadas, na perspectiva da mobilização de estratégias de mudança social.

1 QUARTOS DE DESPEJO E A COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E DO SER

“Ela jamais deixaria meus irmãos faltarem a escola, então o que ela fazia era os colocar pela janela quando o barco vinha buscar; quando o barco não vinha, ela os colocava nas costas e ia nadando; pegava uma roupinha e trocava lá quando chegava, mas ela não os deixava faltar a escola. Ela valorizava muito o estudo, ela valorizava muito o ensino.” Vera Eunice (BEZERRA, 2020)

Comumente denominado quarto de despejo, esse ambiente em uma casa, geralmente possui uma dimensão espacial exígua, ventilação inadequada e iluminação deficiente. Tais cuidados não são observados visto se tratar de um espaço para a guarda de objetos não utilizados no dia a dia, itens quebrados, materiais recicláveis etc. Podem localizar-se junto à casa, nos fundos do terreno, em uma parte da garagem ou no sótão. Mesmo em residências mais modestas, sem tanto espaço, um pequeno cômodo, em que se possa depositar tais itens, também é tido como quarto de despejo ou “quartinho da bagunça”.

Carolina Maria de Jesus também traz essa característica de lugar para o depósito de objetos fora de uso para o termo. No entanto, o objeto em questão é ela, e o quarto de despejo, a favela, cuja atmosfera exala um “[...] odor de excrementos [mesclado] com barro podre (JESUS, 2014, p. 37). Em outras passagens ela designa ser o espaço para onde vão as coisas que podem ser queimadas ou jogadas no lixo; localidade onde estão os infelizes e famintos, as pessoas transformadas em objetos; lugar mais imundo do mundo, ignorado pelas autoridades, também caracterizam o quarto de despejo de Carolina.

Nessas condições, à mercê da pobreza e da fome, vive hoje “um quarto” (1/4) da população brasileira. É o que revela a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), após pesquisa realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022. A fração representa a média nacional, que oscila para mais ou para menos, dependendo da região do país; da faixa etária; em vivendo no campo ou na cidade; se em famílias comandadas por mulheres ou por homens; na quantidade de pessoas; e ao depender de sua cor de pele. Em números, quer dizer que 33,1 milhões de brasileiros não tem o que comer, em um universo de 214.755.447 de pessoas.

A Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar foram medidas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fora do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação da

Agricultura (FAO)²⁰, desde 2014, o Brasil volta, em 2018, a figurar entre os países cuja insegurança alimentar é grave e moderada²¹ (PETROPOULEAS, 2022). Em 2020, esse fator ultrapassava os 50% da população, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional²² (Rede Penssan) (ANEXO).

Alguns fatores preponderam quando a questão é a fome. Dentre eles, são apontados pela ActionAid (2020), o crescimento da pobreza extrema, o desmonte das políticas públicas de segurança, a demolição da estrutura institucional e a destruição dos meios de subsistência. Segundo a organização, para dirimir esse estado de coisas, o custo social da fome deve ser objeto de gerenciamento de políticas públicas, devido ao seu impacto no sistema de segurança social. Economicamente, esse custo está ligado ao Orçamento público, que impacta diretamente a saúde e outras áreas. Na educação, além da questão orçamentária, é sabido que a desnutrição leva à deficiência na aprendizagem. E no mercado de trabalho reduz a mão de obra e a produtividade.

Em outros quartos de despejo, “dois quartos” (2/4), ou seja, 41% das crianças entre 6 e 7 anos não sabem ler e escrever, segundo o estudo Brasil de Fato (CASTRO, 2022). A análise foi feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O resultado indica um aumento do analfabetismo – o maior índice, desde 2012 –, com recorte para o impacto ainda maior sobre as crianças negras e pobres, em parte, pelo contexto da pandemia de Covid 19, visto que a estratégia do ensino remoto exigiu adaptações de parte a parte – escola e famílias –, que envolveu acesso à internet e apoio por parte dos familiares aos filhos, que muitas vezes não se viram preparados para isso. Mas a falta de políticas públicas no sentido de amenizar ou mesmo de sanar tais deficiências é apontada como adjuvante para esse desfecho.

Completando a totalidade desses quartos, o “último quarto” (1/4) pode ser observado no levantamento “Um país chamado favela 2022”, que revelou haver atualmente o dobro de

²⁰ Resultado de programas pluripartidários de transferência de renda do Governo Federal, unificados e ampliados pelo Programa Bolsa Família, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836.

²¹ *Insegurança moderada* diz respeito à incerteza em relação à capacidade de manutenção do padrão alimentar, com quantidade e frequência reduzidas; enquanto *insegurança grave* configura o não consumo de alimentos em um dia inteiro ou mais.

²² A *Rede Penssan* tem o apoio do Instituto Ibirapitanga (organização dedicada à defesa das liberdades e ao aprofundamento da democracia no Brasil); e a parceria de: *ActionAid Brasil* (organização internacional que trabalha por justiça social, equidade de gênero e étnico-racial, e pelo fim da pobreza); *FES-Brasil* (Fundação Friedrich Eberte, que se ocupa de questões sócio-políticas centrais no País e coopera com os outros escritórios da Fundação, tanto em temas relacionados aos processos políticos e sociais na América Latina como em questões candentes da política global na esfera internacional); e *Oxfam Brasil* (que trabalha para reduzir o enorme desequilíbrio de poder existente nas tomadas de decisão e na elaboração de políticas públicas que afetam o dia a dia das pessoas).

favelas de há 10 anos. Eram 6.329 em 2012 e hoje 13.151. A recente divulgação do estudo dá a dimensão, no sentido lato, da situação, dado que nelas vivem cerca de 17, 1 milhões de pessoas, divididas em 5 milhões de domicílios – mais do que a população da Bielorrússia, de Luxemburgo e da Sérvia juntos. Dentre os estados brasileiros, em número de habitantes, ocuparia o quarto lugar (RIBEIRO, 2022).

Diante dos “quartos” e quadros acima, filósofos, sociólogos, educadores, dentre outros, questionaram a totalidade sistematizada do poder, do saber e do ser, ainda imposta aos países taxados como “periféricos”, “subdesenvolvidos”, fora da “História Universal” mediante Teorias sobre as colonialidades. Inclusive, de Carolina, através de um livro, teremos a práxis de sua escola da vida, seguida por autores como Enrique Dussel; e colonialidade, decolonialidade – e suas três dimensões: a do poder, do saber e do ser nas teorias de Anibal Quijano, Walter Mignolo e Nelson Maldonado-Torres²³.

Enrique Dussel (2005, p. 55), em seu ensaio *Europa, Modernidade e eurocentrismo*²⁴, deixa claro que “[...] a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa [...] é um invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão; é então uma manipulação conceitual posterior do ‘modelo ariano’, racista” (DUSSEL, 2005, p. 55).

Para demonstrar sua tese, Dussel esquematiza uma “[...] sequência histórica do mundo Grego à Europa moderna” (DUSSEL, 2005, p. 55), minuciosamente explicada, através da qual chega à conclusão de que o que hoje entende-se por Europa foi, durante muito tempo, palco de uma “[...] cultura periférica, secundária e isolada [e] nunca foi, até [até o século XV], ‘centro’ da história; nem mesmo com o Império Romano (que por sua localização extremamente ocidental, nunca foi centro nem mesmo da história do continente euro-afrasiático)”. (DUSSEL, 2005, p. 57, grifo do autor).

Dussel (2005), portanto, contradiz a ideia de que a Europa de fins do século XV é o resultado da união do Helenístico, do Romano e do Cristão. E aponta para a falácia, a de que nem mesmo as culturas grega e romana tenham sido “centro” da história mundial. Primeiramente, porque, até esse momento, o que havia era a história da cultura grega, romana,

²³ Somada a essas três dimensões – colonialidade do poder/do saber/do ser - também está, como nos ensina María Lugones, a colonialidade de gênero, raça e sexualidade, “[...] que atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habituam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (LUGONES, 2014, p. 935).

²⁴ A obra de Enrique Dussel é muito vasta e embora se tenha grande parte dela traduzida e publicada no Brasil, a maioria segue esgotada, porém disponibilizadas pelo autor em ambiente virtual. No caso de *Europa, Modernidade e eurocentrismo*, o endereço eletrônico é: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>. Acesso em: 17 mai. 2022.

persa, (indo)chinesa, asteca, maia, inca etc., ocorrendo isoladamente de modo a haver uma justaposição. Além disso, o fato de estar, em termos geopolíticos, no limite com África e Ásia.

A par disso, os conceitos de Modernidade ficam mais facilmente compreensíveis. De forma geral, Dussel (2005) apresenta a primeira visão como tendo a Reforma (séc. XVI), a Ilustração (séc. XVII) e a Revolução Francesa (séc. XVIII) como acontecimentos históricos unanimemente aceitos marcando esta nova fase do desenvolvimento humano. Também podem ser aceitos o Renascimento italiano (séc. XVI) e a Reforma e a Ilustração (séc. XVII) alemãs nessa equação. Acrescente-se a essa lista o Parlamento Inglês²⁵ (séc. XVII) e tem-se uma visão eurocêntrica e provinciana (DUSSEL, 2005, p. 59-60), “[...] porque indica como pontos de partida da ‘Modernidade’ fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo”.

Enquanto segunda visão de Modernidade, Dussel (2005) propõe que, para que seja possível haver um “centro” da História Mundial é necessário que todo o mundo seja englobado, o que acontece já a partir de 1492, com o “descobrimento” da América hispânica e a abertura da primeira etapa “Moderna”, que seria o mercantilismo mundial, a partir da exploração das minas de prata de Potosi e Zacatecas (1545-1546), em que o Atlântico supera o Mediterrâneo.

Sendo assim, o que antes era considerado Modernidade para a Europa, seria na verdade, o efeito de um século e meio desse processo. Dussel (2005) cita ainda, como adjuvante dessa mundialização, a circunavegação da Terra, ocorrida em 1521, sob a responsabilidade de Magalhães Elcano. Portanto, “[...] esta *Europa Moderna*, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’” (DUSSEL, 2005, p. 61, grifo do autor). Importante salientar que, a partir deste novo paradigma, Espanha e Portugal alcançam a visibilidade subsumida por Holanda, França e Inglaterra, por exemplo, posto que foram aquelas é que abriram o horizonte para que estas pudessem frutificar.

Em outras palavras, o autor defende que a Modernidade começa a surgir quando o europeu quis se impor à América Latina, a partir de 1492, quando da sua primeira incursão conquistadora e conseqüente destruição das culturas originárias, a fim de que, através de um processo de modernização, os países deste continente passassem a ser países de primeiro mundo, deixando de ser, no próprio entender eurocêntrico, atrasado, subdesenvolvido, bárbaro. Portanto, para o filósofo argentino, a Modernidade tem como pressuposto a dominação europeia e a imposição da sua cultura – porque entendida como universal – sobre a cultura local. Outro

²⁵ Dussel recorre a Paul Ricoeur para essa informação sobre a Inglaterra, assimilada do trabalho de CAPONE, L. *Filosofia e Liberazione. La sfida del pensiero del Terzo Mondo*. Lecce: Capone Editore, 1992.

aspecto que defende é o de que o caráter individualista desse conquistador imprime a destruição da natureza. Trata-se, sobretudo, de encobrir a alteridade do outro, em um processo não de descobrimento, mas de destruição da América, em que o outro foi destituído de realidade, restando esta somente ao europeu. É “[...] O *ego cogito* moderno [...] antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro*. (eu conquisto) prático do luso-hispano que impôs sua vontade (a primeira ‘Vontade-de-poder’ moderna) sobre o índio americano” (DUSSEL, 2005, p. 30).

Sobre isso, o autor propõe o tratamento de racionalidade e irracionalidade ou o “mito da Modernidade”. Isto é, a partir do entendimento de “Modernidade” europeia enquanto “centro” na História Mundial, e as culturas ao redor como “periféricas”, ainda que tanto uma quanto as outras sejam etnocêntricas, apenas a primeira estaria identificada com a “universalidade-mundialidade”. Sendo assim, uma “[...] confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonzada pela Europa como ‘centro’” (DUSSEL, 2005, p. 30).

Assim sendo, propõe, para superar essa visão de “Modernidade”, identificada por ele como mito – “*mito civilizatório e da inocência da violência moderna*” (DUSSEL, 2005, p. 31, grifo do autor) –, a sua negação. O que consiste em que a face negada e vítima dessa “Modernidade” se descubra inocente e julgue este processo “modernizador” culpado pela “[...] violência sacrificadora, conquistadora, originária, constitutiva, essencial” (DUSSEL, 2005, p. 30). Dessa forma, “des-cobrando-se”

[...] pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”) (DUSSEL, 2005, p. 30).

E está nisso a sua proposta desse paradigma mundial outro, o da “Modernidade/Alteridade” ou “Modernidade subsumida” – porque reconhece o outro periférico do sistema-mundo –, que, à medida que avança, caminha para a efetivação de um processo denominado por ele de “Trans-Modernidade” (DUSSEL, 2005).

De outra parte, Mignolo (2005, p. 36) considera

[...] fundamental na história do capitalismo e da modernidade/colonialidade, [...] a emergência do circuito comercial do Atlântico [...] e da ideia de ‘hemisfério ocidental’²⁶, [que] deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial.

²⁶ Expressão utilizada anteriormente por Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein em *Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System*. *International Social Science Journal*, n. 134, 1992.

Os autores argumentam que a América – assim denominada pelos europeus, mas também conhecida como Novo Mundo – não é somente um território ou um projeto específico, mas parte de um padrão de poder que se foi impondo no mundo, uma nova ordem mundial, um novo conceito, uma nova forma de organizar a sociedade, uma mudança massiva nesse contexto. Para Mignolo (2017, p. 2), “[...] a ‘colonialidade’ (por exemplo, [...] a matriz colonial de poder) é assumidamente a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe”.

Essa colonialidade do poder a que Mignolo se refere é a que Quijano (2005) propôs reconhecer como categoria e cujo padrão produziu um fenômeno inédito até então: a ideia de raça ou, mais que isso, a relação social fundamentada nessa ideia de que as pessoas são desiguais por sua natureza biológica (a cor associada à ideia de raça). E é no contexto da colonização da América Latina, segundo esses autores, que essa nova estrutura de poder está sendo produzida. Segundo Quijano (2005), essa ideia de raça termina redefinindo todas as formas de desigualdades prévias: gênero, linhagem e etnicidades, redefinindo-as por completo.

Portanto, conflito histórico central do nosso tempo não é somente o problema da colonialidade em termos sociais e políticos, é, antes de tudo, um conflito na camada mais profunda da resistência, de como se produz memória, imaginação, conhecimento, como se produz, em consequência, uma perspectiva epistêmica como fundamento de um processo social alternativo (QUIJANO, 1992).

Conforme sugere Mignolo (2010), o conceito de colonialidade do poder é composto por uma matriz colonial estruturada cujos níveis se entrelaçam, abrangendo: o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Ademais, além da colonialidade do poder, incorporou-se a essa matriz outras duas dimensões, a do saber e a do ser, pois, com base no pressuposto básico da colonialidade do poder, todos os projetos que o constituem constroem também matrizes de saber que legitimam a sua pertinência. Conforme Luciana Ballestrin (2013, p. 103):

O problema da colonialidade do saber é um dos mais recorrentes dentro das discussões do M/C [grupo de pesquisas Modernidade/Colonialidade] e está diretamente associado àquilo que Mignolo (2002)²⁷ chamou de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”.

²⁷ MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

Esses são conceitos fundamentais para se entender o básico do projeto desse grupo. Segundo Mignolo (2020), é na relação de união, mas também de separação entre Modernidade e colonialidade que se cria e estabelece a diferença colonial. Para o autor, não se trata apenas de diferença cultural, mas a transformação desta em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro. Cita como bons exemplos as noções de “Novo Mundo”, “Terceiro Mundo”, “Países Emergentes”, que não são distinções ontológicas, mas advindas de regiões do mundo e elaboradas por pessoas. Assim, o autor entende tratar-se de classificações epistêmicas e, portanto, construídas por aquele que controla o conhecimento. Em vista disso, a diferença colonial proposta por ele é uma definição para a estratégia fundamental, até os dias de hoje, para rebaixar populações e regiões do mundo, como é o caso da América Latina – tida como uma zona inferior do mundo –, devido ao fato de essa diferença colonial transformar diferenças em valores.

Mignolo (2020) relata que assim o foi na Idade Média, no advento das universidades, com o aparato da escolástica; assim o foi no Renascimento; bem como nas sociedades coloniais, em que a metrópole criava todo um argumento de justificação e legitimação do seu poder junto às colônias, uma justificação econômica, religiosa, uma justificação redencionista. Segundo ele, as elites culturais econômicas tendem a reproduzir relações de colonialidade no espaço interno, não apenas no que diz respeito ao poderio econômico ou ao monopólio da produção do discurso cultural – que nesse caso é uma reprodução do que vem dos países eurocêntricos –, mas que reproduz desigualdades entre gêneros, entre homens e mulheres, entre etnias e raças. Mignolo (2020) defende haver uma hierarquização em relação a origens; uma discriminação em relação a orientações sexuais, homossexuais, homoeróticas e a todas as outras formas de minorias; ao conhecimento popular, suas práticas e manifestações culturais. Isto é, a colonialidade, em suas três dimensões – do poder, do saber e do ser – é um conceito que surge e se estabelece para dar conta de relações coloniais no mundo a partir do estabelecimento da Modernidade, que tem, de um lado, uma dominação externa (exógena), e de outro, uma dominação interna (endógena), a partir das hierarquizações dentro de cada sociedade.

Devido a isso, de certa forma temos a tendência a introjetarmos o eurocentrismo em relação a tudo que fazemos, porque tudo aquilo que viemos estudando ao longo do tempo, apesar de não nos termos dado conta disso, sofre influência das culturas europeia e americana – pois adotamos seus autores –, cujo discurso tem como lugar da perspectiva o ponto zero da visão – Europa e Estados Unidos. A par disso, Santiago Castro-Gómez (2005) agregou a noção “*hybris del punto cero*” aos estudos sobre Modernidade/Colonialidade (M/C), propondo que a

neutralidade sugerida a partir deste ponto de observação é uma impossibilidade, visto que está fundada em uma determinada temporalidade, espacialidade e subjetividade.

Nesse ponto, vale ressaltar que as expressões colonização e colonialismo possuem uma distinção, dado que a primeira refere-se à prática da ocupação de novos territórios, sua exploração e a da sua população – no caso da América Latina, a dos povos originários, implicando alguma relação de dominação de um povo sobre o outro, no nível político, cultural etc. Enquanto que o colonialismo implica a permanência dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus, suas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados, considerando os níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade a partir da Modernidade, mesmo após os processos de descolonização.

Nessa esteira, o grupo M/C aderiu a uma sugestão da parte de Catherine Walsh²⁸, relativa à adoção da expressão “decolonização” e não “descolonização”, já que esta poderia ser confundida com a ideia histórica da descolonização (BALLESTRIN, 2013). Nas palavras de Walsh, a justificativa para a supressão do “s” é a de marcar a distinção do significado do “des”, em castelhano, que facultaria o entendimento do termo como simplesmente

[...] desarmar, desfazer ou reverter o colonial. [...]. Com este jogo linguístico, procuro mostrar que não há estado nulo de colonialidade, mas posturas, posições, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar²⁹ (WALSH, 2013, p. 24-25, tradução nossa).

De acordo com Ballestrin (2013), é nessa esteira que o M/C realiza um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.

²⁸ Catharine Walsh é professora e diretora do Doutorado em Estudos Culturais Latino-americanos da Universidade Andina Simón Bolívar do Equador (Quito). Seu trabalho como pesquisadora e militante tem como foco o projeto político, epistêmico e ético da interculturalidade crítica, da decolonialidade e de temas inter-relacionados como raça, gênero, conhecimento e natureza, e pedagogias sociopolíticas.

²⁹ Cf. original: “[...] desarmar, des-hacer o revertir de lo colonial. [...]. Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir” (WALSH, 2013, p. 24-25).

A partir dessa proposta de giro decolonial e dos trabalhos do grupo sobre colonialidade do poder e colonialidade do saber, Maldonado-Torres (2007) desenvolve o conceito de colonialidade do ser – concebida a princípio por Mignolo³⁰ – recuperando a ideia de *ego conquiro* (eu conquisto) de Dussel – que, por sua vez, defende ser esta uma ideia que precedeu a ideia do *ego cogito* (eu penso) cartesiano – e a relação com a experiência racial articulada por Franz Fanon³¹.

[...] se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do conhecimento tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes coloniais do pensamento, a colonialidade do ser refere-se, então, à vivência da colonização e seu impacto na linguagem³² (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130, tradução nossa).

No entanto, segundo Maldonado-Torres (2007), essa não é uma ideia surgida em finais do século XX pelos intelectuais do grupo M/C. Autores de tradição fenomenológicas já haviam explorado a questão da ontologia anteriormente, por exemplo: Martin Heidegger, com sua ontologia fundamental; e Emmanuel Lévinas, com a subversão radical dessa filosofia ocidental, entendendo que a relação fundamental seria entre o eu e o outro e não entre sujeito e objeto.

O que nos conta Maldonado-Torres (2007) é que os trabalhos do grupo atualizaram trabalhos anteriores, acrescentando à temática os problemas relacionados ao racismo e à experiência colonial. Informa, ainda, que antes mesmo da existência do grupo M/C, Dussel, influenciado por e em parceria com Lévinas, já debatia com Heidegger acerca da necessidade de se investigar mais a fundo sobre os efeitos da colonialidade não apenas na mente dos sujeitos subalternizados, mas na experiência vivida por eles.

Maldonado-Torres (2007) se propõe, então, a partir do conceito de colonialidade do ser, e em diálogo com esses pensadores, o desafio de conectar os níveis genético, existencial e histórico proposto por eles, pois entende ser esse o ponto onde o “Ser” evidencia seu lado colonial e suas fraturas. Para tanto, apoia-se neles em suas respectivas contribuições: Heidegger, pelas suas análises do ser-no-mundo, que levaram à compreensão de elementos-

³⁰ Walter Mignolo. Decires fuera de lugar: sujetos dicentes, roles sociales y formas de inscripción. *Revista de crítica literaria latinoamericana*, 11, 1995, p. 9-32.

³¹ Frantz Fanon, escritor de *Pele negra, máscaras brancas*, um dos textos mais influentes dos movimentos de luta antirracista desde sua publicação, em 1952. E em especial *Os Condenados da Terra*, de 1961, que trata dos efeitos devastadores da colonização sobre as nações do Sul global.

³² Cf. original: “[...] si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje”.

chave do pensamento existencial que, por sua vez, ofereceu importantes reflexões sobre a vivência de sujeitos colonizados e racializados; Lévinas, quanto ao estabelecimento da relação entre ontologia e poder (o momento de constituição da subjetividade no encontro com o Outro); Dussel, com respeito a ligação entre o Ser e a história das conquistas coloniais (dimensão histórica da colonialidade do ser); Fanon, acerca da articulação das expressões existenciais da colonialidade, em relação à experiência racial e da diferença de gênero (o trauma do encontro do sujeito racializado com o outro – imperial) e no tocante à elaboração inicial do aparato existencial do "sujeito" produzido pela colonialidade do ser; e Mignollo, no que se refere à aproximação entre ciência e linguagem (língua como fenômeno cultural em que as pessoas encontram sua identidade, mas também onde o conhecimento é inscrito, portanto, não algo que se possui, mas algo que é), sendo que, em vista disso, a colonialidade do ser seria fruto da colonialidade do poder e do conhecimento.

A experiência vivida de sujeitos racializados é profundamente marcada pelo constante encontro com o ceticismo misantrópico e suas expressões na violência, estupro e morte. A sua linguagem é também, desta forma, altamente influenciada pela experiência do mundo como um campo de batalha, no qual aparecem como a priori e permanentemente derrotados³³ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 140, tradução nossa).

Essa experiência vivida a que se refere Maldonado-Torres (2007), associada à constituição do sentido de mundo dos sujeitos racializados, está sob o jugo de aspectos coloniais do discurso, que podem ser articulados a partir de novas chaves de entendimento disponibilizadas por Heidegger. Estas, observa Maldonado-Torres (2007), encontram-se sobretudo na maneira original proposta pelo filósofo alemão frente à questão ontológica, na qual o ser humano se encontra no sujeito, mas de forma potencial, ou seja, um ser humano que pode vir a ser, mas ainda não é, ao que ele dá o nome de *Dasein*, que “[...] literalmente significa ‘ser aí’. O *Dasein* é simplesmente o ser que está aí.”³⁴ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 142). No entanto, Maldonado-Torres (2007) chama a atenção para o fato de que Heidegger só se esqueceu de uma coisa: da ideia de raça, em que a cor é um elemento sustentado pelo aspecto colonial da Modernidade.

³³ Cf. original: “La experiencia vivida de sujetos racializados está profundamente marcada por el encuentro constante con el escepticismo misantrópico y con sus expresiones en la violencia, la violación corporal y la muerte. Su lenguaje también está, de esa forma, altamente influenciado por la experiencia del mundo como un campo de batalla, en el cual ellos/as aparecen como vencidos de forma a priori y permanente”.

³⁴ Cf. original: “[...] significa literalmente ‘ser-ahí’. *Dasein* es simplemente el ser que está ahí”.

A partir disso, Maldonado-Torres (2007) propõe uma ampliação para o entendimento da expressão cartesiana *Cogito ergo sum*, ou “penso, logo sou”, cuja segunda parte serviu de fundamento para os questionamentos de Heidegger sobre o ser. Esse entendimento leva em consideração que, se o *ego cogito* foi formulado e adquiriu relevância a partir do *ego conquiro*, há dois aspectos a serem considerados e que se pode subentender a partir da referida sentença: “Penso (outros não pensam ou não pensam adequadamente), logo existo (outros não são, são destituídos de ser, não deveriam existir ou são dispensáveis)”³⁵ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 144, tradução nossa).

Nessa compreensão, como o outro não pensa, logo, não é. Essa concepção europeia pressupõe que, se o outro – povos originários das terras invadidas/conquistadas – não é branco, não fala a mesma língua, não é alfabetizado, não tem religião, conseqüentemente, não é *Ser*. Ou seja, tanto a epistemologia cartesiana quanto a ontologia de Heidegger têm como pressuposto a colonialidade do saber e a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007).

Com foco na colonialidade do ser, o autor recorre à ideia de não-ética da guerra, que “autoriza” a submissão dos povos colonizados, a escravidão, a violação, a feminização dos homens, aspectos que para estes povos deixa de ser eventual – em função de guerras – e passa a ser ordinário, para referendá-la, conforme o seguinte trecho:

[...] este sistema de representações simbólicas, as condições materiais que o produzem parcialmente e continuam a legitimá-lo, e as dinâmicas existenciais que dele fazem parte - que por sua vez são constitutivas e derivadas de tal contexto - fazem parte de um processo que naturaliza a não-ética da guerra.³⁶ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 149).

Aqui essa ideia da naturalização da não-ética da guerra é o que o autor busca entender, a partir da ruptura promovida pela análise de Fanon – que foi além da questão ontológica, abordando também a realidade maniqueísta e a diferença não apenas entre brancos e negros, mas também entre homens negros e mulheres negras, aos quais chamou de condenados da terra (*damné*)³⁷, um não-ser –, à luz da diferença sub-ontológica ou diferença ontológica colonial,

³⁵ Cf. original: “Yo pienso (otros no piensan o no piensan adecuadamente), luego soy (otros no son, están desprovistos de ser, no deben existir o son dispensables)”.

³⁶ Cf. original: “[...] este sistema de representaciones simbólicas, las condiciones materiales que en parte lo producen y continúan legitimándolo, y las dinámicas existenciais que forman parte de él —que son a su vez constitutivas y derivativas de tal contexto —, son parte de un processo que naturaliza la no-ética de la guerra”.

³⁷ Um *damné* seria, literalmente, o sujeito que não pode dar porque o que tinha foi tomado dele (MALDONADO-TORRES, 2007).

aquela em que há um ser que pode ser considerado inferior a outro, que pode ser descartado, utilizado.

Desse modo, segundo Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser tem por base a invisibilidade e a desumanização do outro – do outro que não é homem, branco, europeu – por parte dos grupos dominadores. Nas palavras dele, lê-se:

A colonialidade do ser indica aqueles aspectos que produzem uma exceção à ordem do ser: é como se este fosse o produto do excesso do ser que, em sua busca por continuar a ser e para evitar a interrupção do que reside além do ser, produz aquilo que o manterá sendo, o ser não humano e um mundo desumano³⁸ (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 150).

Maldonado-Torres (2007) entende tratar-se, portanto, de uma violência, pautada na ideia de raça, desencadeada por práticas colonialistas e de escravidão racial, devido à naturalização da não-ética da guerra. O resultado disso é vivermos em uma sociedade profundamente desigual e separada artificialmente por raça em que os brancos são beneficiados por essa separação e desigualdade. Não é preciso ir longe para se verificar isso. Em qualquer cidade, facilmente se identifica quais os bairros com predominância de população branca e os de população negra, e não coincidentemente os de população negra são mais pobres.

Portanto, há a necessidade tanto de se reconhecer as tensões sociais, as disputas simbólicas e os conflitos de interesse imbricados nessa realidade, quanto de se ir ao encontro das demandas de tais segmentos. Uma das possíveis formas de resistência passaria pela instrumentalização por parte desse segmento desprestigiado, no sentido de estar preparado para lutar por seus direitos nos diferentes níveis institucionais do Estado. Outro aspecto fundamental seria dar a saber a todos que o processo de aprendizagem das pessoas brancas nunca estará completo enquanto não se vencer por fim esse modelo de opressão racial, visto que a maioria da população branca não sabe exatamente o que é racismo, nem nunca sentiu na pele os seus efeitos, e igualmente desconhece os privilégios de se ter a cor de pele branca.

³⁸ Cf. original: “La colonialidad del ser indica esos aspectos que producen una excepción del orden del ser: es como si ésta fuera el producto del exceso del ser que, en su gesta por continuar siendo y por evitar la interrupción de lo que reside más allá del ser, produce aquello que lo mantendrá siendo, el no-ser humano y un mundo inhumano”.

2 DO QUARTO DE DESPEJO: OLHANDO A FOLHA DA NOITE, NO CÉU D'O CRUZEIRO PARA COMPREENDER O MUNDO

A título de epígrafe:

“– De que planeta você veio, minha filha?” – perguntou o debochado Ary Barroso no palco do programa *Calouros em Desfile*, em 1953. Ao que a jovem favelada, magérrima e mal vestida, Elza Soares, respondeu: “– Vim do planeta fome” (FUNARTE, 2009). Afiada já aos 16 anos, talvez sua apresentação só não tenha sido mais impactante porque a música interpretada por ela foi *Lama*, de Paulo Marques e Ailce Chaves, e não *A Carne*, de Seu Jorge, Marcelo Yuka, Wilson Cappelletto, gravada e imortalizada pela cantora no início dos anos 2000, na qual podemos ver toda a sua potência na sua voz e interpretação singulares (SOARES, [S.l.], 2002):

A carne mais barata do mercado é a carne negra
[...]
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar

Aconteceu com Elza Soares³⁹, mas a analogia com Carolina não seria exagero, haja vista tudo que ela passou até ser reconhecida como escritora ou mesmo depois desse reconhecimento. Na época desse acontecido com a promissora cantora, Carolina contava com quase 40 anos e estava prestes a dar início aos seus registros para aquela que seria a obra literária mais marcante de sua vida e que a revelaria para o público em geral: *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, em que, a seu modo, já lutava por justiça e por respeito.

Neste capítulo, segue a apresentação de e sobre Carolina Maria de Jesus, nas especificidades que interessam a este trabalho, ou seja, a Carolina menina Bitita; a Carolina

³⁹ Falecida no início do presente ano, a carioca Elza Gomes da Conceição adotou o nome Elza Soares na longa vida artística – pouco mais de sessenta anos –, passeando por diversos gêneros musicais que a levaram ao posto de cantora brasileira do milênio pela Rádio BBC de Londres. Lume Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Honoris Causa a Elza Soares*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/195634>. Acesso em: 23 maio 2022.

mulher; a Carolina mulher negra; a Carolina mulher negra e mãe; a Carolina mulher, negra, mãe e escritora; a Carolina mulher, negra, mãe, escritora e resistência. Ou melhor seria deixar que ela mesma se apresentasse, através da narrativa de suas experiências, com toda a condição de “não ser” que lhe foi imposta durante a vida, à qual ela transgrediu heroicamente?

Para fins de contextualização, é necessário pensar nos possíveis significados do que seria ser: mulher, negra e pobre, naqueles idos de 1950-1960, em uma grande metrópole como São Paulo. Para tanto, optou-se justamente pelo veículo de informação no qual uma reportagem discorria sobre ela – *Retrato da favela no Diário da Carolina* –, acrescida de fotos em tons de cinza. Episódio marcante, sobre o qual, em *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, encontram-se os detalhes: Carolina usara todo dinheiro que tinha para comprar um exemplar do famoso periódico, conforme trecho a seguir. Trata-se da edição da Revista *O Cruzeiro*⁴⁰, cuja tiragem foi de 500.000 exemplares.

Eu disse para ele [o filho João] olhar se a reportagem havia saído no *Cruzeiro*. Eu estava com medo da reportagem não ter saído e as pessoas que eu avisei para comprar o *Cruzeiro* dizer que eu sou pernóstica. O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li — *Retrato da favela no Diário da Carolina* (JESUS, 2014, p. 171) 10 de junho de 1959.

Em busca de indícios de como essa mulher dos 50-60 é retratada nas propagandas, é possível verificar, em uma delas – algumas páginas depois de retratarem Carolina na favela –, a dos produtos Damosel (loção-colônia, extrato, pó-de-arroz, óleo e brilhantina), que convida para “o seu sonho mais querido – fragrância acariciante a eternizar momentos felizes” (O CRUZEIRO, 1959, p. 100). Ilustrada por um desenho em preto e branco, em que um casal, branco, bonito, hétero e sorridente – ele de terno e gravata, ela com vestido de noiva branco, com direito à buquê, véu e grinalda – trocam alianças. Ao lado da propaganda, a introdução de

⁴⁰ Fundada por Assis Chateaubriand, cuja cadeia de órgãos de imprensa ficou conhecida futuramente como Diários Associados, a Revista semanal *O Cruzeiro* – nome inspirado pela constelação do Cruzeiro do Sul e também pela então nova moeda brasileira – iniciou sua circulação, com tiragem de 50 mil exemplares, em 10 de novembro de 1928, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Seu viés político flutuou ao longo da sua existência, indo do apoio ao Governo Provisório de Vargas à defesa da reconstitucionalização, cujo apoio rendeu a decretação do seu fundador ao exílio – que, no entanto, refugiou-se no interior do país –, uma pausa na circulação e uma queda na tiragem, passando de 80 para 20 mil exemplares. Mas em 1940 já havia se recuperado, atingindo a média de 200 mil exemplares e mais que dobrado o número entre as décadas de 1950-1960, como acréscimo 307 mil d’*O Cruzeiro Internacional*, em 1957, circulantes em oito países da América Latina e sul dos Estados Unidos. Porém, entre 1959 e 1961, a revista entrou numa fase de decadência, deixando de circular em 1975. Ressurgiu em 1979, mas com novos donos. Foi repassada ainda mais duas vezes a novos proprietários em pouco intervalo de tempo. Desapareceu definitivamente em 1981, sob direção da A. A. Editores Associados Ltda. (VELASQUEZ, 2009).

uma matéria denominada *Elegância e Beleza*, assinada por Elza Marzullo, trata d'A *curva das sobrancelhas*, logo abaixo da reprodução do recorte de uma fotografia tirada de frente, em que aparece apenas a parte dos olhos e das sobrancelhas, maquiada, de uma mulher aparentemente bonita e branca.

Outras propagandas e matérias ao longo da revista, algumas até em cores – como a da Nestlé ou a que divulgada a cidade de Campos do Jordão, como um viveiro de Deus –, apresentam desenhos ou fotos de figurinos de roupas da moda, que igualmente privilegiam mulheres brancas, magras e bonitas, com exceção para as reportagens acerca de Carolina e de uma enfermeira mineira que se muda para uma aldeia indígena no Xingu, povo classificado até então como pardo. O redator, em sua conversa com o leitor, à página 3, introduz vários dos assuntos da edição sem, contudo, citar nenhuma das duas coberturas.

Na revista há uma seção *Para a Mulher*, cujas matérias recebem os seguintes títulos: *Uma vida para dois; Lar, doce lar; Elegância e beleza; Inverno; Da mulher, para a mulher*. Nenhuma delas era parecia ter como público alvo mulheres como Carolina, haja vista sua decisão de viver sem um marido ou companheiro; habitar um barraco na favela; sem dinheiro, às vezes, para o mínimo necessário.

Na reportagem sobre ela, uma linha fina: “Carolina Maria de Jesus vive num mundo de tábuas e zinco que ela retrata com fidelidade” (O CRUZEIRO, 1959, p. 92). Definitivamente, elegância e beleza não estavam entre as urgências diárias da catadora de papel; tampouco os modelitos para o inverno ou os conselhos domésticos ou (pré-)matrimoniais.

Isso tudo diz muito a respeito do tipo de publicação e parte das suas leitoras, mas pouco em relação ao grosso das mulheres pertencentes às classes mais baixas, mesmo porque estas não eram as destinatárias daquele tipo de magazine. Para saber um pouco sobre essas outras mulheres, há que se recorrer a outro tipo de material.

Nesse caso, o *corpus* selecionado para esta pesquisa parece ser um bom repositório, pois nele Carolina fala sobre si – que é uma representante de um segmento subalternizado, localizado abaixo das destinatárias de *O Cruzeiro* –, e conta também sobre mulheres de suas relações, desde a infância, no convívio com a família, em Sacramento, Minas Gerais, até as vizinhas de barraco, na favela do Canindé, na capital de São Paulo; ou daquelas que observava atentamente os modos nas casas dos patrões da mãe ou dos seus próprios, e ambientes públicos por onde andou, namorou, procurou por trabalho ou pela chance de publicar sua história. É no rastro desses tempos e dessas andanças que vai o subitem a seguir, apresentando Carolina Maria de Jesus.

2.1 O Ser e o Não-Ser Carolina Maria de Jesus

Desde que Carolina aprendera a ler e escrever, nos dois anos em que frequentou os bancos escolares do colégio Allan Kardec⁴¹ – sendo a primeira da família a alcançar tal intento –, ainda na mineira Sacramento, sua cidade natal, até a maturidade da vida adulta, antes de se decepcionar com o mundo, não deixou o hábito da leitura e da escrita.

No meio desse caminho, com apenas 20 anos, já em São Paulo, percorria as redações dos jornais para oferecer à publicação os seus poemas (FARIAS, 2018). À época, chegou a comentar, segundo trecho colhido pelo biógrafo:

Tudo tenho feito para torcer a linha do meu destino e esquecer a tortura dos versos que me enchem a cabeça, mas eles brotam do meu pensamento e eu não tenho outro remédio senão dar-lhe expansão. Está aqui o fruto das minhas ideias (FARIAS, 2018, p. 118).

Mas, no início dessa trajetória, a menina Carolina não queria frequentar a escola. Ficou com medo quando lá entrou pela primeira vez, com a mãe, em busca de vaga, porque viu cartazes com o esqueleto do corpo humano. Logo de cara, os alunos comentaram sobre a sua cor e suposta fealdade, conforme esta fala, selecionada para compor o *Diário de Bitita*⁴²: “– Que negrinha feia!”. E, a sequência, o que pensou: “Ninguém quer ser feio” (JESUS, 1986, p. 122). Educação e preconceito cruzavam o caminho da menina. Chegou mesmo a considerar que não precisaria aprender a ler. Mas, curiosa como era, e pela insistência da patroa de sua mãe, dona Maria Leite, relata que acabou indo “[...] apenas para averiguar o que era a escola” (JESUS, 1986, p. 123). Mas, de fato, a ascendência da patroa sobre a mãe e de ambas sobre Carolina foram cruciais.

Nascida Bitita, em 1914, filha de Maria Carolina de Jesus, a Cota, e de João Cândido Veloso – a quem nunca conheceu –, descendia de escravos do Quilombo do Patrimônio⁴³ e veio

⁴¹ O colégio Allan Kardec, em Sacramento/MG, é considerado a primeira instituição de ensino no Brasil com fundamentos da pedagogia espírita (FARIAS, 2018).

⁴² O *Diário de Bitita* (1986) integra a trilogia de escritos memorialísticos de Carolina Maria de Jesus, junto de *Quarto de despejo* (1960) e *Casa de alvenaria* (1961). O livro trata da infância, adolescência e início da vida adulta de Carolina. Mas, mais que isso, expressa sua visão a respeito de uma sociedade que falhou com parte de sua população de maneira irreparável, ao ponto de custar-lhes a vida em trabalhos que possibilitavam apenas a sua sobrevivência. Lançado primeiramente na França, em 1982, com o título *Journal de Bitita*, é resultado da entrega, em 1975, de alguns de seus cadernos inéditos a duas jornalistas francesas que se deslocaram ao Brasil para entrevistá-la para um documentário (PEREIRA, 2019).

⁴³ O *Quilombo do Patrimônio* ficava localizado em uma “[...] extensão de terras [214 alqueires] doadas pelo Capitão Manuel Ferreira de Araújo e sua esposa, dona Joaquina Rosa de Sant’Anna ao cónego Hermógenes, filho mais velho do casal [...] para a formação do ‘patrimônio do Santíssimo Sacramento apresentado pelo Patrocínio de Maria’”(FARIAS, 2018, p. 23).

fazer companhia a um irmão fruto do casamento de sua mãe com o mulato Osório Pereira, que havia se casado por interesse de livrar-se de seu “tutor”⁴⁴, e também por ter ganhado 500 mil réis ao fazê-lo; era o costume. E, aproveitando-se da chegada da menina, que não era sua filha, abandonou-os todos (FARIAS, 2018).

O que se sabe, a partir de suas entrevistas para periódicos ou biografos, é que, ao fim e ao cabo, Carolina desejava revelar ao mundo as agruras da sua vida, do seu tempo, e, conseqüentemente, dos sujeitos históricos que o compunham, em uma espécie de crônica para a posteridade. Porque é disso que se trata, de uma revelação, a partir da publicação de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*; seja nos trechos que compuseram as reportagens, em 1958, no jornal *Folha da Noite* e no ano seguinte, na revista *O Cruzeiro*; ou em 1960, como livro (JESUS, 2014).

Apesar da indiferença da sociedade em relação a pessoas nas mesmas condições que ela, Carolina alcançou seu intento. Em um misto de força de vontade, persistência e resistência, ela rompeu barreiras de há muito erguidas em relação à etnia, ao gênero, à classe social. Essa indiferença da sociedade, fruto de um processo de desumanização que tem seus primórdios desde a conquista/invasão de Abya Yala⁴⁵ pelos europeus, não era gratuita nem tampouco novidade.

Carolina conheceu e começou a ser vítima do preconceito racial – invenção europeia, fruto da Modernidade – ainda muito pequena. Em *Diário de Bitita*, relata que a madrinha a protegia da mãe, quando esta se aborrecia devido aos interrogatórios da pequena, assim a descrevendo: "Ela era branca. Quando comprava um vestido para ela, comprava outro para mim. Penteava meus cabelos e beijava-me. Eu pensava que era importante porque a minha madrinha era branca" (JESUS, 1986, p. 12).

É a partir dessas memórias mais longínquas que se pode acompanhar mais de perto a transformação da menina Bitita na escritora Carolina e conjecturar sobre o processo de desumanização pelo qual passou – individualmente, mas também como representante de toda

⁴⁴ Conforme Farias (2018), os *tutores* eram pessoas das famílias abastadas, neste caso, de Sacramento, que ficavam responsáveis pela “criação” de crianças e jovens filhos de negros. Uma espécie de “tutoria” com a aquiescência de seus pais que, assim, tinham uma boca a menos para alimentar. No entanto, longe de serem tratados como membros dessas famílias, acabavam por servir a elas como empregados e sem direito à educação.

⁴⁵ *Abya Yala* é uma expressão que vem sendo utilizada com um sentido político desde 2004, quando da realização da II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, em Quito, no Equador. Seu sentido original, na língua do povo Kuna, é Terra madura, Terra Viva ou Terra em Florescimento, e sinônimo de América. Sua utilização, pelos povos originários do continente, faz parte de um processo de construção político-identitária no sentido da descolonização do pensamento e construção de um sentimento de unidade e pertencimento – Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>. Acesso em: 17 maio 2021.

uma população de subalternizados –, a exemplo do que vem se sucedendo desde a instauração do mito da Modernidade, mote para o encobrimento do outro, conforme Dussel (1993). Fato este que vai fazer com que o oprimido se sinta como coisa, mesmo entre oprimidos.

Carolina, ao se reportar aos tempos de infância, promove um encontro entre presente e passado – entre sua visão do presente e o sentimento passado –, enfim, retomando sensações que permeiam esse processo. Um exemplo está no relato de que foi graças a sua passagem pela escola que deixou sua condição de lactente, por vergonha dos comentários feitos pela professora e pelos outros alunos quando souberam do fato; além de tê-la introduzido no mundo da leitura (JESUS, 1986).

Aliás, as estratégias convincentes e nada pedagógicas de sua professora – como desenhar um capeta com uma criança espetada no garfo, e dizer que fazia o mesmo com as crianças que não tivessem aprendido a ler até o final do ano – também acabaram com a sua preguiça e seu desinteresse pelos estudos. Apesar de ou por isso tudo, Carolina acabou por sentir-se grata pela escola e pelas pessoas que insistiram para que ela estudasse, o que está presente no seguinte registro: “Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se” (JESUS, 1986, p. 126).

Esses foram apenas alguns de uma série de obstáculos, ao longo da vida, colocados ao processo de (des)humanização de Carolina – como o analfabetismo/semialfabetismo, o nomadismo, a fome, a miséria, o racismo, a sobrevivência a partir do lixo da cidade, as condições precárias de moradia, a subcidadania, a opressão, a violência –, que foram, na medida do possível, driblados pela força de vida, coragem, resistência, resiliência, através – mas não só – da narrativa sensível das suas experiências pessoais, em linguagem original, enquanto ato político de quem, ao ler o mundo e escrever sobre ele, em uma “literatura documentária de contestação” (JESUS, 1986), contribui para que os outros possam lê-lo também.

A sua fala, colocando-se diante dessas situações, revelam uma Carolina que, desde sempre, questionou sobre o que se passava ao seu redor. São inúmeros os trechos, em seus registros, em que ela se dá conta de certas coisas, como em: “O que eu não notava é que nas festas dos negros os brancos não iam” (JESUS, 1986, p. 23); indigna-se, tal como nesta passagem: “Revoltava-me pensando que todas as pessoas deveriam ser iguais” (JESUS, 1986, p. 31); filósofa, tal qual neste trecho :

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer “Sabe com quem você está falando?” para mostrar a sua superioridade.

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar (JESUS, 1986, p. 34).

Sua observação, ainda bastante precoce, de fenômenos discriminatórios, tinha lugar também na igreja. Segundo Jesus (1986), cada público tinha sua própria missa – pobres e pretos, a das seis; madames ricas e casadas, a das oito; e suas jovens filhas com os namorados ficavam com o horário das dez; enquanto os primeiros ficavam nas ruas a observar o desfile dos passantes endinheirados. Carolina notava também que as roupas eram um claro sinal da importância de quem as usava, conforme este registro: "Eu ficava preocupada com a seleção de classe". [...] "Será que a alta sociedade é tão importante assim?" (JESUS, 1986, p. 101).

Ou seja, desde muito cedo, Carolina percebeu o que era ser negra. Antes ainda de frequentar a escola. E se indigna diante do preconceito e da diferença como eram tratados brancos e negros. E, na sua inocência de criança, interroga a mãe:

- A senhora pode me dar o endereço de Deus?

Ela estava nervosa deu-me uns tapas. Fiquei horrorizada: "Será que a minha mãe não vê a luta dos negros? Só eu!". Se ela me desse o endereço de Deus, eu ia falar-lhe. Para ele dar um mundo só para os negros.

Ela explicou-me que os negros eram ignorantes. Que o homem que não sabe ler fica parado igual uma árvore num lugar (JESUS, 1986, p. 93).

Os relatos de Carolina, sejam em *Quarto de despejo*, em *Diário de Bitita*, ou em outras de suas composições – romances, poemas, letras de canções – e entrevistas dadas a jornais, revistas e programas de televisão, são, via de regra, bastante tocantes. Tanto é que tive muita dificuldade em selecionar quais trechos analisaria neste trabalho. Lembro-me de, ao iniciar a leitura do livro impresso de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, ir grifando os trechos que me seriam úteis, até que cheguei à conclusão de que, se assim o fizesse, haveria de grifar ao menos uma ou duas frases de cada parágrafo. Ainda assim, tentei ser mais seletiva e separar cada apontamento por tema, relacionando-os a cores diferentes. No fim, eram tantas cores para executar tal serviço que desisti, por já não me lembrar qual assunto correspondia a cada cor, e então elas se misturaram para compor a trama deste texto.

E se a fala de Carolina, em cada linha de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, do manuscrito original *Caderno nº 11*, ou mesmo do *Diário de Bitita*, comove seus destinatários, é possível pensar também no efeito que suas reminiscências podem ter feito a ela própria, no processo de depuração dessas memórias. Parece que não apenas a autora escolheu

o que queria que soubessem sobre ela, sobre sua condição ou a daqueles de quem trazia para o texto, sobre os fatos e acontecimentos narrados, mas também os editores tiveram que selecionar o que deveria chegar ao público, fosse por limitação de espaço, por supressão de repetições ou por restarem desnecessários ao objetivo específico de cada obra⁴⁶, o que não deixa de ser uma forma de colonialidade. As repetições, para ela, possuíam uma significância cotidiana, assim como a vista amarelada pela fome.

Nessa escrita, Carolina usa palavras rebuscadas, aprendidas nos livros, que sabe utilizar, e através das quais busca demonstrar o seu direito em habitar a “sala de visita”, pois são palavras que destoam do “quarto de despejo”, que transforma as pessoas que para ali vão, segundo ela (JESUS, 2014). Revela sua resistência, em não sucumbir a essa alquimia às avessas, que transforma o ser em não-ser (DUSSEL, 1993), ponto máximo de todas as outras expressões de sua luta pela vida, pelo direito de ser.

Entrecruzando aspectos históricos e fatos cotidianos do contexto mais adjacente, percebe-se também o aspecto de não pertencimento e desenraizamento (WEIL, 1996) experienciados por ela ao longo da vida, ao figurar como elemento incômodo aos olhos da maioria daqueles com quem conviveu. Para Simone Weil (1996, p. 411), o desenraizamento está ligado ao impedimento de “[...] participação real, ativa e natural numa coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

Em um exemplo disso, na sua infância, relatado por um de seus biógrafos, é o de que Carolina era uma criança tão curiosa, falante e ansiosa por saber das coisas, que acabava por incomodar toda a gente.

A voz de Bitita [apelido de Carolina na infância] era tão estridente e cansativa que tia Claudimira, irmã de sua mãe, dizia sem qualquer cerimônia e mesmo com a menina ao lado, para esta escutar, em alto e bom som:

– Cota [mãe de Carolina], se eu fosse você internava essa negrinha num hospício.

[...]

A vizinhança também reclamava. Aquilo não podia ser algo normal (FARIAS, 2018, p. 37-38).

Quanto à vizinhança, Carolina enfrentaria mais tarde o mesmo problema. Em *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, são inúmeros os relatos da escritora, em que ela expõe as

⁴⁶ Sobre essa questão da edição, no capítulo 3 desta pesquisa, encontram-se exemplos destes ajustes em relação à *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, a partir do manuscrito original de um de seus cadernos, o *Caderno nº 11*, com vistas a demonstrar que não somente Carolina decidia o que gostaria que os outros soubessem sobre si, mas também seus editores.

implicâncias de uma ou de outra vizinha, como neste trecho, enquanto ainda vivia na favela do Canindé:

Tem a Maria José, mais conhecida por Zefa, que reside no barracão da Rua B numero 9. É uma alcoolatra. Quando está gestante bebe demais. E as crianças nascem e morrem antes dos doze meses. Ela odeia-me porque os meus filhos vingam e por eu ter radio (JESUS, 2014, p. 17) *18 de julho de 1955*.

E isso foi uma constante em sua vida. Quando do sucesso da publicação de *Quarto de Despejo; diário de uma favelada*, que possibilitou a sua saída da favela; tanto em Osasco – então subúrbio industrial de São Paulo cortado pela linha férrea –, para onde foi primeiramente, quanto em Santana – bairro nobre da zona norte da cidade –, na sequência, Carolina e seus filhos representavam um incômodo. De acordo com Farias (2018), após terem recebido bem a família, os vizinhos passaram a se incomodar com as reações de João José e José Carlos.

Não se demoraria muito mais tempo na “casa de alvenaria” de Osasco. Os atritos com a vizinhança, logo alcançaram o senhor Soeiro Cabral⁴⁷, que passou a ter desentendimentos com Carolina, alegando as peraltices dos filhos, alvo das reclamações dos seus vizinhos (FARIAS, 2018, p. 260).

E parece que o incômodo não se dava apenas em nível físico, material, pois, à época, algumas publicações, anunciando seu sucesso literário, atrelavam ao seu nome expressões como: escritora da favela (sem identificação); catadora de papel (jornal *Última Hora*, SP, 06/05/1960) e favelada (mesmo jornal, sem data); ex-favelada (sem identificação). (FARIAS, 2018)⁴⁸, muito embora o título da publicação já dissesse isso.

Vale ressaltar que a imprensa estrangeira, contrariamente, dá-lhe outro tratamento. Sobre sua chegada a Buenos Aires, um recorte do que parece ter sido uma notícia, o jornal *Clarín* (sem data) exhibe uma imagem da escritora em pé, risonha e ativa, elegante em um traje florido de mangas longas, o pescoço adornado por um colar, um dos braços levantado em sinal de saudação e o outro carregando o que parece ser um casaco, traz a seguinte legenda: “CAROLINA MAMA DE JESÚS saluda a su Negado a Eleíza. La famosa escritora brasileña, valerosa mujer de 46 años, formuló interesantes declaraciones, que reproducimos em esta misma página” (FARIAS, 2018, grifo nosso)⁴⁹.

⁴⁷ Soeiro Cabral era o proprietário do cômodo emprestado à escritora.

⁴⁸ Tais exemplos foram flagrados na parte 2 do Caderno de imagens, ao final da Terceira parte de *Carolina: uma biografia*, composta pela reprodução de documentos, fotografias, recortes de jornal, que fazem referência ou que pertenciam à Carolina ou a sua família.

⁴⁹ Idem.

Fato é que Carolina, apesar de ter entrado para o rol dos literatos e ter sido agraciada, posteriormente, com o título de Cidadã Paulistana, em 28/09/1961, durante a 38ª Sessão Especial da Câmara Municipal de São Paulo, no Brasil, ainda não era de todo aceita, ainda lhe era negado o direito de ser. Sobre a outorga – “[...] intermediada pelas associações negras paulistanas, com seus interesses em disputa” (SILVA, 2018, p. 5) –, vale o registro, tanto da maneira superlativa com que foi apresentada, quanto de um certo trecho de seu próprio discurso de agradecimento.

No artigo intitulado *Carolina Maria de Jesus e o associativismo político cultural negro nos anos 1960*, Mário Augusto Medeiros da Silva, do Departamento de Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH-Unicamp, recupera do Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, Processo n.º 5480, folha 86, o discurso proferido pelo vereador Ítalo Fittipaldi em homenagem à escritora na referida sessão, do qual destaca um trecho (SILVA, 2018, p. 5), do qual reproduzimos algumas partes:

De Habitante do Monturo a “Shakespeare de Cor”

Outorgamos, hoje, com a pompa necessária, o Título de Cidadã Paulistana à maravilhosa figura da mineira Carolina Maria de Jesus [...]. Ela é cidadã de São Paulo – cidadã do Brasil [...]. Trata-se de uma personalidade invulgar, da mensageira de um protesto assombroso, de uma alma literária que, como a planta ressurge do chão, e vive, e respira, e se ramifica, pelos descendentes, no futuro [...]. Da favela obscura, misérrima – quem o poderia supor? – aparece um Shakespeare de cor, um Molière que é mulher, um Dante que descreve o inferno em terra, e a linguagem vibrante, ágil, pura e sonora que indica o verdadeiro poeta, que transporta a carne, o sangue para o papel, na pungente descrição das angústias e decepções dum canto da humanidade.

Na sessão prestigiada por autoridades da estatura do Vice-Governador de São Paulo – à época o General Porphyrio da Paz –, Carolina assim agradece – conforme trechos selecionados por Silva (2018) a partir do documento taquigrafado às folhas 91-93 do processo 5480/60, do qual selecionamos o que nos interessa:

[...] A transição da minha vida foi impulsionada pelos livros. Tive uma infância atribulada. Não me foi possível concluir o curso primário, mas desde que aprendi a ler passei a venerar os livros fantasticamente, lendo-os todos os dias. [...] Se não fosse por intermédio dos livros que deu-me boa formação, eu teria me transviado, porque passei 23 anos mesclada com os marginais. [...] Devo agradecer aos brancos de São Paulo que deram oportunidade aos pretos, aceitando as nossas criações e acatando-nos no núcleo social. Este gesto contribui para abolir preconceitos raciais [...] (JESUS, 2018, p. 7, grifo nosso).

Silva (2018, p. 7) considera que “[...] não seria bem isso que as associações negras gostariam de ouvir [...]”, mas que nada consta sobre a reação de seus membros nas fontes mobilizadas em torno da efetivação dessa homenagem. O que se sabe – e que é pelo pesquisador apresentado – é que a fala de Carolina ensejou um discurso por parte do presidente da Câmara, Manuel Ferraz, no qual exorta a ausência de preconceito racial tanto em São Paulo quanto no país, registrado às folhas 94-96 do processo em tela, conforme apontado por Silva (2018, p. 7):

[...] é preciso que este eco tenha ressonância nesta Casa; que não fiquemos, nós outros, indiferentes ao clamor daqueles que menos favorecidos clamam por aqueles que podem acolhê-los ou socorrê-los na sua miséria e no seu abandono. [...] Por isso, escritora Carolina Maria de Jesus, o seu apelo será atendido, por certo. [...] Esta cidade [...] lhe é grata pelos serviços que você prestou a nossa coletividade, chamando a atenção para um problema que sabíamos conhecer, mas que preferíamos desconhecer. E agora os nossos olhos estão abertos. É preciso que alertemos os demais para que este não constitua um problema, mas que seja agora um movimento para a solução desse mal, que é o mal da favela de São Paulo [...].

Para Silva (2018), Ferraz dá a entender que o problema da favela tenha sido trazido à tona por Carolina, através da publicação de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*. No entanto, o pesquisador considera que ela, na verdade, alçou-o à condição de pauta sócio-política, pois as favelas estavam à vista de quaisquer olhos, ou pelo menos daqueles que as quisessem ver.

Não obstante a desativação da favela do Canindé tenha ocorrido no mesmo ano do pronunciamento em questão e que, a partir dele, tenham surgido propostas no sentido de mudar esse estado de coisas, no ano de 1962, segundo Elisabete França (2009, p. 23),

[...] a Divisão de Serviço Social da Prefeitura (SÃO PAULO (cidade), 1962), divulgava a pesquisa urbana realizada pela SAGMACS⁵⁰, a qual registrou, em 1957, a existência de 141 favelas em São Paulo, com 8.488 barracos e cerca de 50 mil moradores.

Se à época, conforme França (2009, p. 23), “Esses números apontavam para um fenômeno urbano que estava longe de ser passageiro, ao contrário, seu crescimento era considerável e sua expansão extrapolava os limites da área central”, o discurso de Manuel Ferraz resta consciente por um lado, mas inefetivo de outro, haja vista que o problema da constituição destes aglomerados urbanos ter-se proliferado, inclusive, para além dos limites daquela metrópole.

⁵⁰ Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais.

Todavia, de acordo com Robert W. Slenes (2010, p. 20),

A experiência europeia/norte-americana deixou de ser o padrão para se pensar a história do restante da humanidade. A relação entre ‘centro’ e ‘periferia’ no mundo moderno foi radicalmente redefinida a partir de uma perspectiva dialética, enfatizando a profunda interação e interpenetração entre esses dois ‘extremos’. Paralelamente, no imaginário dos pesquisadores, os ‘subalternos’ (os ‘de baixo’ na pirâmide social) ganharam voz, pensamento estratégico e participação ativa no processo histórico.

Logo, sempre há um lado bom a se considerar, e essa nova relação pode ser uma pista para o surgimento de Carolina Maria de Jesus como escritora, que, de dentro da favela, em meio aos papéis que catava pelas ruas da grande metrópole, revela sua voz, carregada de uma realidade que, apesar de existente, não tinha espaço para se expressar até então. O que importa é entender que houve movimentos históricos importantes para que isso pudesse chegar a termo e que “[...] cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores [o gênero, a sexualidade, a raça/etnia, etc.]” (HALL, 2014, p. 27).

Lembrando que a linguagem utilizada por Carolina em seus escritos, encaminha também para outra questão, a da educação escolarizada. Levando-se em consideração o critério de analfabetismo utilizado pelo IBGE, Carolina encontrava-se entre 18,76% de mulheres negras alfabetizadas enquanto produzia os textos que compuseram *Quarto de despejo - diário de uma favelada* (JESUS, 2014). No entanto, pelos estudos latino-americanos, não estaria completamente alfabetizada, uma vez que frequentou a escola por apenas dois anos.

Há então um impasse, visto que Carolina utilizava das suas habilidades leitora, escritora e calculadora no seu cotidiano, fosse para registrar os acontecimentos, sentimentos, pensamentos, no seu diário, fosse para comprar alimentos ou vender o papelão recolhido das ruas nos depósitos. Talvez seus conhecimentos não tenham sido suficientes para novos aprendizados, como por exemplo, o correto entendimento de contratos, gênero textual mais complexo com o qual tomou contato a partir do sucesso de sua publicação. Ou talvez apenas não tivesse tino comercial ou tenha sido mal assessorada pelos seus editores, o que a levou a voltar para a pobreza no fim de sua vida, com o declínio de sua carreira de escritora. Um bom tema para outra pesquisa, a se considerar que talvez a sua voz tenha sido silenciada pela tentativa de apagamento da potência de sua escrita, pois seus livros posteriores tiveram cada vez menos tiragem e alcance, só reaparecendo na cena cultural mais recentemente, pela sua utilização como corpus de pesquisas acadêmicas, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Entendendo ter alcançado minimamente o objetivo de apresentar Carolina, em parceria com ela própria, trazendo suas histórias, finda-se este capítulo. E, se “[...] É contando histórias,

nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo” (LARROSA, 2002b, p. 69), a Carolina, da infância à vida adulta, de Minas a São Paulo, de analfabeta à escritora, a partir das suas memórias, no processo de educação dos sentidos e das sensibilidades (pelo rural e pelo urbano), resta um ser único, representativo de uma coletividade, malgrado a desumanização a que foi submetida e contra a qual lutou através da leitura, da escrita, do trabalho e do compromisso consigo, com sua família, com seu próximo.

No capítulo 3, a seguir, encontram-se: a metodologia utilizada para esta pesquisa, a partir de Edward Palmer Thompson (1981, 1998, 2002) e sua noção de experiência e cultura; bem como a apresentação de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e do *Caderno nº 11*, Manuscrito original que compõe alguns poucos dessa obra, *paripassu* com a análise decolonial a que se propôs este estudo, com o suporte de alguns dos intelectuais do grupo Modernidade/Colonialidade (MC), quais sejam: Dussel (1977, 1993, 2005), Quijano (1992, 2005, 2009), Mignolo (2005, 2010, 2017, 2020) e Maldonado-Torres (2007), com suas respectivas contribuições para o pensamento decolonial, a partir dos conceitos de eurocentrismo e Modernidade, colonialidade e decolonialidade, nos âmbitos do poder, do saber e do ser.

3 APRENDENDO A ESCREVER NA ESCOLA AMARELA DA VIDA: UMA ANÁLISE DECOLONIAL

“Então, eu lembro que ela [Carolina] chegou em casa com um pacote embrulhado num jornal; [...] lembro que a gente já a cercava, a gente não tinha móveis – [...] tinha caixotes e caixas – [...] ela colocou aquele pacote na mesa e [...] quando ela abre são ratos mortos.” Vera Eunice (BEZERRA, 2020)

Passados pouco mais que 60 anos da década de 1960, muitos avanços científicos e tecnológicos alçaram a humanidade a um novo patamar de conhecimento, mas as relações humanas não parecem ter sido capazes de acompanhar tais avanços. A recente possibilidade de conexão global através das mídias digitais, com um tráfego imediato e infinito de informações, é mais um capítulo nessa história. Dessa mesma forma, ocorreu na grande era das navegações, com início em 1492, apontada por Dussel (1993) como o marco inicial da Modernidade, e todas as implicações coloniais que isso acarretou. Cerca de meio milênio depois desse marco temporal, a duras penas, conseguiu-se trazer, à pauta cotidiana, a discussão sobre a questão da colonialidade com ele iniciada, e seu contraponto recente, a decolonialidade, mas que ainda encontra barreiras e negacionismos que dificultam a sua concretização efetiva.

Carolina Maria de Jesus, com a publicação de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, em 1960, contribuía não só com a incipiente literatura afro-brasileira, mas com subsídios capazes de fazer ver àqueles que tem olhos para ver, a desumana condição dos brasileiros descendentes de escravizados, em pleno século XX, a viverem na maior metrópole do País. Obra literária ainda atual, haja vista que, apesar da conscientização sobre a teoria de raça, apenas uma pequena parcela da nossa população tem se posicionado criticamente em favor da equanimidade de direitos, seja no tocante às questões étnico-raciais, de gênero ou de classe social.

3.1 A “Escola Amarela da Vida”

“A fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina.

Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo – o céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável. Carolina viu a cor da fome – a Amarela.”
Carolina Maria de Jesus (JESUS, 2014, p. 6)

No prefácio de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, encontra-se uma explicação por parte do seu editor, o então jovem jornalista Audálio Dantas (1929-2018), sendo, segundo ele próprio, “[...] verde ainda, com a emoção e a certeza de quem acreditava poder mudar o mundo” (JESUS, 2014, p. 6), em que discorre sobre o primeiro contato não apenas com o material redigido por Carolina, mas com a realidade da expansão da favela, no bairro do Canindé, zona norte da cidade de São Paulo, às margens do rio Tietê nos anos 1958-1959.

Diz Audálio Dantas que, após ler vinte cadernos “[...] encardidos”, dos que “[...] Carolina guardava em seu barraco”, providenciou uma espécie de compilado, suprimindo “[...] a repetição da rotina favelada”, que, “[...] por mais fiel que fosse, seria exaustiva” (JESUS, 2014, p. 6). Desse modo, efetuou cortes, selecionando para publicação os trechos que considerou mais significativos. Parte desse cotidiano, a fome, que ganha contornos de miserável personagem, na visão do repórter, também foi alvo de sua caneta, pois só assim a sua assídua presença poderia ser suprimida, ainda que permanecendo substancialmente na narrativa. Tal artifício possivelmente teve por motivação não cansar o leitor com a repetição de ações diárias da narradora, como o horário em que se levantava, a ida até a torneira para pegar água para cozinhar e banhar os filhos, ou mesmo para que a calamitosa situação da “fome” não se tornasse indigesta para aquele que lê, mas que com ela não está acostumado.

No entanto, ao fazer a opção de suprimir igualmente as referências à fome, associada por Carolina à cor amarela, talvez tenha incorrido em uma supressão para além das implicações meramente editoriais, muito embora tenha afirmado que retirou “[...] a Amarela [...]” de cena, devido a sua excessiva presença, sem, contudo, segundo ele, diminuir a sua importância na “[...] tragédia favelada” (JESUS, 2014, p. 7).

Ora, em que escola Carolina teria aprendido a ver a cor da fome? Em que escola aprendera a sobreviver do lixo da cidade sem ter que abandonar os filhos diariamente em horário comercial? Que escola possuía em seu currículo o ensino da solidariedade, como a experimentada por ela da parte de uma “Dona Julita”⁵¹, ou a falta dela, como por parte do poder

⁵¹ Dona Julita aparece na narrativa como uma boa senhora para quem Carolina trabalhava às vezes, e que sempre a socorria com víveres e um ombro amigo.

público, responsável por muitos dos seus momentos de desânimo total, a ponto de querer desistir de viver ou de ter ganas de acabar com a vida de certos políticos? Dizia ela: “Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos” (JESUS, 2014, p. 33). Na Escola Amarela da Vida⁵², Carolina viveu amores, sofreu dissabores; estes, em número muito maior do que aqueles; deslumbrou-se com uns e desencantou-se de outros.

E são os frutos de todas essas experiências que Carolina ofereceu ao seu leitor, frutos adubados pelas contingências da vida, que, *paripassu* iam se sucedendo, eram registradas nos tais cadernos encardidos. E também assim foi aprendendo a “escrever” nessa Escola Amarela da Vida, Escola da Fome, dos quartos de despejo. Enfim, deu ao mundo mais do que este a ela, a sua palavra, falando dessa escola da sobrevivência, de uma educação “não-formal”, (de)colonial, que insistiu mostrar que o colonial, em todas as suas formas, continua presente.

Deste capítulo, constam os procedimentos metodológicos mobilizados no transcorrer desta pesquisa que tomou por fonte a narrativa de Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de despejo - diário de uma favelada* (2014), cujos registros selecionados a partir de cerca de 20 cadernos manuscritos da autora reportam ao período de 15 julho de 1955 a 1º de janeiro de 1960, e no *Caderno nº 11* (1958) – um desses manuscritos –, que compreende os dias entre 04 e 19/12/1958. Também compõe esta parte do trabalho a problematização a respeito do tema, que trata da análise decolonial da referida obra.

Com base na noção de cultura e experiência proposta por Thompson (1981), esta pesquisa utilizou-se da “lógica histórica” como método de investigação. Segundo o autor, esse procedimento está em perfeita conformidade com materiais históricos, que é como foram tomados *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e o *Caderno nº 11*. E destina-se a testar hipóteses em relação à sua estrutura e causação, além da eliminação de procedimentos autoconfirmadores.

De outra parte, pautada no referencial teórico dos intelectuais do grupo Modernidade/Colonialidade, a análise decolonial proposta tratou de fugir ao senso comum, considerando os elementos concretos ou existenciais trazidos pela narrativa caroliniana como desafios que convidam, a par da visão da colonialidade, nos âmbitos do poder, do saber e do ser, efetuar um entendimento outro, decolonial, que permite o surgimento de reflexão acerca do que já era expresso e conhecido originalmente na obra.

⁵² Escola Amarela da Vida, maneira como escolhemos chamar esse “lugar” de aprendizagem, com seu tempo particular, através de seus múltiplos mestres (pessoas, situações, experiências).

Desse modo, esta pesquisa foi em busca de rastros deixados pela escritora no *corpus* em questão, de implicações da colonialidade nos processos educativos no decorrer da vida de Carolina, perpetrados pela própria vida em sua maioria, advindos dos mais distintos espaços de aprendizagem: casa, escola, trabalho em casas de família, rua, favela; das situações mais peculiares: no convívio com pessoas de distintas classes sociais, com familiares e amigos, com os livros, mas sobretudo com a experiência da fome, que a fazia enxergar tudo amarelo.

3.2 Uma Noção de Cultura e Experiência

A parte dos Estudos Culturais sobre a qual esta pesquisa se apoiou é aquela a partir de um ponto de vista peculiar, denominado por Thompson (1981) de “história vista de baixo”, pois reside na observação e compreensão da sociedade, a partir dos hábitos, costumes e tradições. Em suas pesquisas, o historiador explorou particularmente os ingleses que se encontravam na base da pirâmide social capitalista britânica dos séculos XVII e XVIII. Situadas nesse momento em que os costumes tinham força de lei na Inglaterra, revelaram que a cultura é de certa forma rebelde, ao mesmo tempo em que defende tais costumes.

Para o historiador, é de suma importância entender como as camadas populares se movimentam e fazem história, dando visibilidade e protagonismo às pessoas que, por longo tempo, tiveram suas vivências excluídas e marginalizadas pela historiografia “oficial”. Esse movimento crítico evidencia suas contribuições para o debate da “história vista de baixo”.

De modo geral, a população trabalhadora tem pouca possibilidade de prever o futuro: essas pessoas não planejam sua “carreira”, nem sua família; não veem sua vida como uma forma definida diante de si, não economizam os altos ganhos de algumas semanas para fazer poupança, não planejam a compra de uma choupana, e nunca tiram férias. (Sabendo o que os espera, alguns jovens saem de casa e, uma vez na vida, ganham a estrada para “ver o mundo”) (THOMPSON, 1998, p. 21-22).

Embora no trecho citado o pensador esteja conjecturando sobre o trabalhador inglês do século XVIII, não há como deixar de traçar um paralelo com os trabalhadores das diferentes localidades do mundo e em distintos momentos históricos, haja vista o fato de que o capitalismo se impõe no processo da globalização, exceto nos casos de Cuba e da China, em que se tem um sistema político que propõe uma outra organização social, ainda que na relação/tensão com o capitalismo.

Thompson tem como elemento central das questões culturais e sua articulação com a experiência o protagonismo dos sujeitos – *agency* –, caracterizado pela união dos seus sentimentos e da moralidade a um desejo tensionado com as suas necessidades materiais (THOMPSON, 1981). Segundo ele, esses sujeitos – quer se trate de indivíduos ou grupo social – são o “lugar” no qual se estabelece a noção da experiência, que, por sua vez, é a união intrínseca do ser e do pensar. Em outras palavras, não é possível a experiência sem o pensamento, pois este é que permite a existência daquela ao pensá-la e vivenciá-la. Conforme Vidal, Salvadori e Costa (2019, p. 16),

Experiência e cultura são conceitos de ligação entre as determinações objetivas – materiais – nas quais se encontram os sujeitos e suas possibilidades de intervenção, vividas como ação, pensamento e sentimento, simultâneos. Daí a importância que ele deu ao estudo da moral, dos costumes e dos valores dos trabalhadores.

Crítico aferrado do capitalismo, Thompson revisita velhos temas e os coloca em confronto, em diálogo, com os novos, conectando-os na busca de uma “[...] história vista de baixo” (RAMOS, 2015, p. 289).

Mas o que Thompson (1998) faz é pôr em discussão o universo dos costumes em que a chamada cultura popular e a cultura erudita se interconectam, muitas vezes convivendo dialogicamente imbricadas uma na outra, e, à medida que mergulha nesse universo, demonstra que os costumes prescindem de um corpo de referências que os identifique, justifique e possibilite a transmissão entre pessoas ou grupos.

Portanto, esse historiador contrapõe o princípio, até então, de que a cultura letrada, chamada de alta cultura, não dialogava com a cultura dita popular, revelando a improbabilidade de que esta pudesse permanecer imune às influências das outras formações culturais ou de uma cultura que se pretendesse hegemônica, que estivesse sendo implementada por uma classe social dominante no equilíbrio de forças⁵³.

Ainda, Thompson (1998) identifica que os costumes se consolidam pela própria prática e pela consciência que as pessoas têm dessa existência. Além do que, à medida que esses costumes são superados, ou novas gerações aparecem e não partilham do mesmo corpo de referências, os mesmos são relegados e tendem a ser abandonados.

⁵³ A esse tipo de comunicação cultural entre classes, Mikhail Bakhtin e seu Círculo denominaram “circularidade cultural”. Termo também utilizado pelo historiador Carlo Ginzburg para reforçar a presença de uma comunicabilidade que acontecia de maneira dialógica, circular e, conseqüentemente, de forma bilateral, entre a cultura das classes subalternizadas e a das classes dominantes existentes em uma Europa pré-industrial (SILVA, 2017).

Seu entendimento de cultura como coisa viva e não folclore, ou algo tão tradicional que não possa ser superado – como defendiam folcloristas dos finais do século XVIII, início do XIX –, encontra-se atrelado à concepção de experiência, colocada como condição para o trabalho do historiador (THOMPSON, 1998).

Experiência esta que Oliveira (2018) adota e reelabora para a compreensão dos estudos em educação. Para esse pesquisador, as respostas que as pessoas comuns davam àquilo que a sociedade, a política ou a economia impunha-lhes nas mais diferentes situações; suas reações e o modo como pensavam o mundo; sua resistência ou a maneira como se adaptavam; permitiram

[...] aos historiadores da educação se voltarem para o domínio das práticas, dos usos, dos modos de fazer, pensar, agir, sentir. Numa palavra, com as experiências, definidas por Edward Thompson como “exploração aberta do mundo” que se dá no “diálogo entre ser e consciência social” (1978)⁵⁴. E a experiência é eminentemente corporal, mobilizando todo o nosso aparato perceptivo na definição das nossas sensibilidades, como esplendidamente nos mostra a vasta obra de Walter Benjamin (OLIVEIRA, 2018, p. 120).

Apesar de Oliveira (2018, p. 120) se referir ao “[...] domínio das práticas, dos usos, dos modos de fazer, pensar, agir, sentir [...]”, tratando de questões no âmbito escolar, esse aspecto da “história vista de baixo” abre caminho para a exploração da história mais próxima da materialidade da vida, das pessoas comuns, individualmente ou em grupos, extrapolando o ambiente educativo formal e estendendo-se a quaisquer recantos. Há, portanto, a possibilidade de uma quebra com o paradigma do conhecimento histórico hegemônico, do caráter generalizante da história.

Nesse sentido, a experiência de vida de Carolina é terreno fértil para o registro de um lado dessa história que, geralmente, é escrito por aquele que olha a partir de fora da situação, através de uma determinada escola, a “Escola Amarela da Vida”. O resultado das formas de agir ou reagir de Carolina diante das situações-problema apresentadas, em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e *Caderno nº 11*, passa pela sensibilidade de como seus sentidos são afetados. Essa maneira como percebe o mundo, no decorrer de sua narrativa, traz permanências, mas também transformação. Ora ela vê as coisas de um jeito, mas, a partir das suas experiências – umas mais, outras menos –, pode dar lugar a outras formas de ver.

⁵⁴ O autor acima, refere-se à obra de THOMPSON, Edward. *A miséria da Teoria*. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Por esse viés, é possível se apropriar do conceito de crítica à Modernidade, propalada por Dussel (1977) que, a partir do entendimento de encobrimento do outro, propõe que se parta da fenomenologia à libertação, em que esta, em realidade, se dá pela epifania e aquela,

[...] como seu nome está a indicar, ocupa-se do que aparece a partir do horizonte do mundo, do sistema, do ser. A epifania, ao contrário, é a revelação do oprimido, do pobre, do outro, que nunca é pura aparência nem mero fenômeno, mas que conserva sempre uma exterioridade metafísica. Aquele que se revela transcende o sistema, põe continuamente em questão o dado. (DUSSEL, 1977, p. 22).

Na defesa de sua tese, Dussel (1977) se utiliza de marcos categoriais ou marcos teóricos críticos, ou seja, categorias a partir das quais se interpreta a realidade. Para esta pesquisa, valemo-nos do marco categorial “mundo”, tomado por ele como aquele que se tem memorizado no cérebro como a totalidade da experiência. Portanto, algo científico, empírico e também cerebral.

O que Dussel (1977) denomina de “totalidade das experiências recordadas” é aquilo que faz o indivíduo pensar que determinado objeto serve para determinada situação, a partir da sua experiência com aquele dado elemento. Porém, caso nunca o tenha visto antes, não há como se recordar daquilo. Quer dizer, tudo o que o indivíduo tem presente, ele o descobre na cotidianidade desde a recordação que tem de todas as suas experiências.

Para um melhor entendimento, pode-se recorrer à noção inversa desse presente recordado. Quando alguém sofre um episódio de amnésia severa, por exemplo, esquece-se de tudo, e isso o leva a pensar que não possui um mundo, pois não está em posse de suas experiências.

Trata-se, portanto, de uma questão ontológica, na visão de Dussel (1977), que, recorrendo a Martin Heidegger, toma a expressão *dasein* (presença), cuja característica ôntica consiste em que o ser é ontologicamente. Em outras palavras, a presença sempre compreende a si mesma a partir da sua existência, concebe o seu ser, sendo.

Para Dussel (1977), portanto, o ser humano sempre está no mundo, e nele vai se constituindo e enfrentando os desafios. E é também nele que o outro se revela, por isso, uma epifania e não um fenômeno. Dessa forma, um não pode constituir o outro, mas apenas a si mesmo.

Assim, a partir desse marco categorial – mundo – proposto por Dussel (1977), no momento histórico-social paulistano da década de 1950, Carolina é tida como subalternizada, juntamente com todos os habitantes da favela do Canindé e também de outras comunidades. De

outra parte, está o poder público e outros componentes da sociedade que a veem nessa posição hierárquica abaixo. Dessa forma, o que se tem é justamente o oposto do que defende o filósofo, pois que as classes dominantes constituem esse outro, que é a classe subalternizada.

Porém, se no rosto de Carolina, alguém descobre não uma subalternizada, mas alguém, uma ordem é quebrada. De certa forma, foi o que aconteceu quando o jornalista Audálio Dantas entrou em contato com ela e seus escritos, pois, do meio do burburinho da favela, Carolina se destaca e se coloca como um “eu” diante do outro, que deixa de ser um componente de uma determinada classe e torna-se uma “pessoa humana”, em sua dignidade, novidade e epifania.

A partir disso, se se consegue efetivar essa questão, pode-se dizer que no mundo ela é uma favelada e ele um jornalista, porém na experiência individualizada, ela é única e ele também, ainda sem sair do mundo. É quando, então, há a possibilidade da crítica à Modernidade, proposta por Dussel (1977), através da experiência da proximidade.

Para ir da *fenomenologia à libertação*, Dussel (1977) usa um método: põe-se no lugar do pobre e, desde essa condição, faz uma decodificação do marco teórico que justifica a opressão do pobre. Dando sentido à questão, afirma:

A experiência grega ou indoeuropeia⁵⁵ e a moderna europeia⁵⁶ privilegiaram a relação homem-natureza (como *fysis* ou *natura*) porque compreenderam o ser como luz ou como *cogito*; em ambos os casos, o âmbito do mundo e a realidade política ficam definidos como o visto, dominado, controlado. Se, ao contrário, privilegiarmos a espacialidade (proximidade ou distância, centro ou periferia) e o político dominador-dominado, a posição homem-homem, que foi a experiência originária do semita da realidade como *liberdade*, poderemos iniciar um discurso filosófico a partir de outra origem (DUSSEL, 1977, p. 22).

Essa experiência, esse método, esse marco teórico, que é a proximidade, Dussel (1977) difere de proxemia, em que esta está para a relação das pessoas com as coisas e aquela para quando se está diante de alguém. Desdobra essa categoria então, propondo a existência de uma proximidade originária, sendo aquela do ser que, desde o útero materno, pela experiência do nascimento – que é sempre um trauma –, vem à luz e é acolhido de forma positiva ou negativa. Ao mesmo tempo, segundo o autor, trata-se de uma proximidade histórica, visto que todos os

⁵⁵ “O ser é, o não-ser não é”, conforme enunciado por Parmênides (530 a.C. - 460 a.C) – filósofo da periferia da Magna Grécia –, em que o ser é o fundamento do mundo, mundo este grego, porque no qual vive. Portanto, aquele que está para além do seu horizonte, da sua fronteira, é o não-ser, ou seja, o bárbaro – a Europa e a Ásia (DUSSEL, 1977).

⁵⁶ A Europa passa a ser o centro a partir da conquista do mundo asteca e inca e de toda a América, da escravização dos negros africanos comprados com o ouro e a prata à custa das vidas dos índios no fundo das minas, e com a vitória nas guerras em Índia e China (DUSSEL, 1977).

momentos importantes da vida são comunitários, acontecem face a face. A proximidade síncrona acrônica, por sua vez, é aquela quando se está diante do outro, sobretudo na relação erótica, em que é como se se saísse do mundo. É acronia porque se sai do tempo, e é síncrona porque dois tempos coincidem – o de um e o do outro –, em um momento, em um só tempo – no de ambos. Então, para ele, há todo um problema do tempo no face a face, que, conforme sugere, é o tempo do outro.

Enfim, Dussel (1977, p. 27), propõe uma “[...] proximidade arqueologicamente acrônica” – porque, na origem, está fora do tempo – e “[...] escatologicamente utópica” – em razão de um sonho com uma comunidade de iguais, que podem comunicar a felicidade em uma nova sociedade –, como “[...] a realidade mais essencial do homem, o início do discurso filosófico da libertação”, pois uma vez que se tem o face a face, e se descobre o oprimido, isso é insuportável, estabelece-se o momento de interpelação ética, e então a resposta pode ser muitas coisas.

E se, segundo Larrosa (2014, p. 74), “[...] a experiência é o que nos acontece, o que é a vida senão o passar do que nos acontece e nossas torpes, inúteis e sempre provisórias tentativas de elaborar seu sentido, ou sua falta de sentido?”. Para ele, tanto vida quanto experiência são a relação com o mundo, do qual fazem parte a linguagem, o pensamento, os outros e nós mesmos. Ainda, é nossa forma singular de viver a experiência da vida, no liame com aquilo que pensamos e dizemos, com aquilo que fazemos, somos ou que passamos a deixar de ser.

Portanto, trata-se de experiências ao longo de uma vida que, no caso de Carolina, carregam rastros de quilombo, de cidade, de sítio, de estrada, de metrópole; de pessoas boas e das desumanas; de caminhos traçados na e pela vida dura enfrentada por ela. Trata-se de representações registradas que não serão apagadas. Trata-se de sensibilidades expressas nos lugares em que trabalhou, nos recicláveis que catou, nas palavras que escreveu e que criaram um mundo no imaginário do seu leitor.

As sensibilidades de que se fala são bem explicadas por Sandra Jatahy Pesavento (2004, s. p), quando diz ser aquelas que podem se expressar em atos, palavras, imagens, objetos da vida material, enfim, em “[...] materialidades do espaço construído”. A pesquisadora salienta que essas sensibilidades possuem uma ampla abrangência: real, não-real; sabido, desconhecido; intuído, pressentido ou inventado. Portanto, pertencentes tanto ao mundo quanto ao imaginário de mundo, importando mais às “[...] realidades enquanto sentimento”.

Na exploração do lugar social ocupado por Carolina, que é mobilizado por representações, Pesavento (2006) também contribui para o entendimento de Thompson, já que sua definição de cultura vai ao encontro da dele, no sentido de que a entende como a expressão

de um processo social e histórico, que atravessa tempo, valores, modos de ser, objetos e práticas. Pois é também a partir da definição de cultura que a historiadora aborda essa questão das representações. Cultura enquanto leitura e tradução da realidade mostrada simbolicamente, que admite juízos de valor dados às coisas, ações e atores sociais ali apresentados, na forma de significados formados a partir dos sentidos, não necessariamente reflexo dessa realidade.

E é dessa forma que Carolina, no relato da sua simplicidade – bem como a daquele núcleo de pessoas subalternizadas –, ainda que carregada de desconforto, trouxe a público a expressão de uma cultura em que o cotidiano teve lugar, e para a qual é possível se voltar em busca de indícios que auxiliem na compreensão de como a vida, enquanto escola, tomou parte na sua formação, especialmente nos momentos de emergência alimentar, que não foram poucos.

Nesta pesquisa, isso possibilitou olhar para o passado e escolher, na amplidão de questões, temas e objetos, aquele que permitiu vasculhar certos momentos do passado, em parceria com Carolina, porque também através do seu olhar, em busca dos efeitos da colonialidade sobre aquele estado de coisas e, a partir do presente, analisá-lo pelo viés da decolonialidade.

3.3 Uma “Lógica Histórica” enquanto Procedimento de Pesquisa

Os procedimentos de pesquisa adotados incidiram sobre o texto de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e do *Caderno nº 11* – objetos imediatos do conhecimento histórico, conforme Thompson (1981) –, considerando-se também o fato de que o não dito igualmente explicita tensões, disputas e conflitos oriundos de intencionalidades e relações desiguais de poder.

Ao que Thompson (1981, p. 49) denominou de “lógica histórica” ou “discurso histórico disciplinado da prova”, é o diálogo existente entre conceito e evidência, ocorrido entre sucessivas bases hipotéticas e pesquisa empírica, sendo o interrogador a lógica histórica; o conteúdo da interrogação uma hipótese; e o interrogado a evidência.

Nesta pesquisa, o *corpus* é esse material que concentra tal conhecimento histórico e que contém os fatos que certamente existiram – tomados como evidências –, sobre os quais se aplicaram então os métodos históricos de investigação, pois, ainda que não sejam inverídicos, podem ser provisórios e incompletos, seletivos e limitados (THOMPSON, 1981). O historiador ainda propõe que, devido as suas propriedades, as evidências necessitam ser interrogadas de modo a constituir um “diálogo” com as respostas. Isto é, tanto a indagação quanto a explicação

– e eventual refutação, e nova pergunta etc. – são determinantes para o resultado do estudo.

Sendo assim, a história contada por Carolina, não está isolada do todo, mas revela comportamentos que não são só seus e que, por sua vez, se relacionam com condutas alheias de uma determinada forma ou de outra, a se considerar as relações de poder e subordinação entre esses indivíduos na interação. Para Thompson (1981, p. 50-51, grifos do autor),

[...] na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objetos de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais. Embora essa definição surja em resposta à pergunta formulada, esta não "inventa" o processo. [...] Os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar, em nenhum grau, o *status* ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história.

Thompson defende, portanto, que, a depender do momento histórico a partir do qual se dirige ao passado e a ele se questiona, novas perguntas podem surgir em detrimento àquelas que porventura outros pesquisadores já possam ter efetuado. Exemplo: antes de 1990, enquanto ainda não havia uma estruturação do pensamento decolonial como a temos atualmente, possivelmente uma análise nesses termos não seria adequadamente aplicável, pois, ainda que não faltassem evidências dos efeitos da colonialidade sobre o que se passou em determinada época, as perguntas poderiam não ser exatamente claras, ou às respostas lhes faltasse o vocabulário – e conseqüentemente o conceito – adequado para o seu entendimento. Ou seja, os acontecimentos havidos não se modificam, o que se altera é a “história” sobre esses eventos.

É necessário dizer que não se trata apenas de um novo ponto de vista, mas da diferença entre “inteligibilidade” e “significação”, em que esta implica em “[...] um juízo de valor subjetivo, e a tais perguntas a evidência não pode oferecer respostas”, e aquela trata “[...] de um conhecimento objetivo, revelado num diálogo com determinadas evidências” (THOMPSON, 1981, p. 51). Portanto, o que se busca com a aplicação da lógica histórica é a objetividade da “história real”, isto é,

[...] a investigação da história como processo, como sucessão de acontecimentos ou "desordem racional", acarreta noções de causação, de contradição, de mediação e da organização (por vezes estruturação) sistemática da vida social, política, econômica e intelectual (THOMPSON, 1981, p. 53).

Com isso, Thompson vem influenciando pesquisadores da área da educação que buscam entendê-la, levando em conta a questão da experiência e da socialização, considerando “[...]”

como os sujeitos são educados e se educam num determinado contexto histórico [...]” (MARTINS, 2014, p. 314). Essas determinações das relações sociais criam limites, exercem pressões, mas a experiência, no caso, de Carolina, é representativa de toda uma classe trabalhadora subalternizada, tem o potencial de gerar uma consciência de interesses comuns em oposição aos interesses de outras classes, que essa consciência em si moldou, dadas em termos culturais, naquele momento, naquela situação histórica.

3.4 Aprendendo a Escrever na “Escola Amarela da Vida”

Carolina narra, em um calhamaço de papéis, colhidos dos inservíveis de outras pessoas, os retalhos escolhidos com que futuramente afetaria o leitor. E pode afetar de tal forma que, se a sensibilidade permitir, ele é tomado de empatia e, quem sabe, compaixão, por aqueles que viveram ou que ainda vivem em condições similares às aquelas expostas por ela.

É como se as páginas de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, com o texto ali impresso, fossem impregnadas também das mãos de Carolina. Mãos que pegavam papel, que lavavam roupa, que cozinhavam, mas que não viam a hora de pousarem sobre a folha de papel e de ali depositarem intuições, medos, certezas e incertezas, em uma prosa às vezes poética, às vezes irônica, às vezes sutil, às vezes sagaz.

Ao escrever sua história, mobilizando suas memórias, Carolina traz a público a triste e, às vezes, obscena realidade, não apenas da sua própria vida, mas a de todo um grupo social deixado à margem – à margem da sociedade, às margens do Tietê. *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e o *Caderno nº 11*, ao apresentar a vida cotidiana na favela, é, portanto, um documento de cultura e, além disso, registro de um determinado momento da história, o que possibilita rastrear indícios de colonialidade nesse processo de favelização.

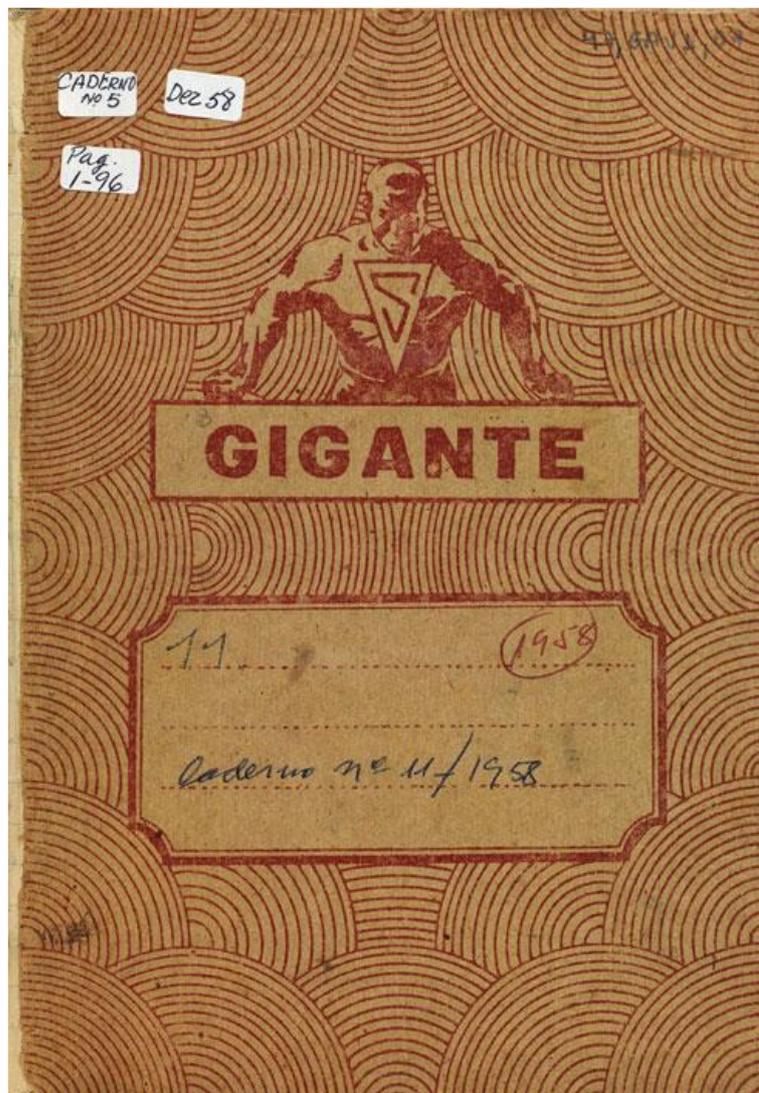
3.4.1 O *Caderno nº 11* de 1958 – Manuscrito Original de Carolina Maria de Jesus para *Quarto de despejo - diário de uma favelada*

Muito embora três pequenas etiquetas brancas – pouco maiores que a largura de um polegar –, com os dizeres “caderno nº 5; dezembro de 58; pag. 1-96” (JESUS, 1958, p. 1), anotados à mão com caneta preta, coladas no alto à esquerda, sobre a capa frontal de um dos cadernos originais de Carolina de Jesus, cujo PDF encontra-se disponível para download na aba

Acervo do site da Biblioteca Nacional Digital Brasil⁵⁷, o arquivo propriamente tem como título Caderno nº 11 [Manuscrito].

O que parece ser papel kraft é ilustrado com finas linhas vermelhas em forma semicircular que se reproduzem paralelamente à distância de um a dois milímetros e vão se sobrepondo em parte, preenchendo o todo da folha em torno do desenho de uma etiqueta que toma boa parte da porção inferior do todo, e em cujo interior encontram-se manuscritos: um nº “11” (JESUS, 1958, p. 1), acima, à esquerda, em preto; em vermelho, o ano “1958”, envolto por uma elipse, alinhado à direita; e, em azul, “Caderno nº 11/1958”. Esse espaço para identificação encontra-se logo abaixo da palavra “gigante”, na cor vermelha, em caixa alta e negrito – possivelmente a marca do produto – encimado por um desenho bidimensional da parte superior do corpo de um homem musculoso, com a letra “S” no interior de um triângulo isósceles invertido – o que remete ao símbolo do super-homem –, cujas mãos apoiam-se sobre o escrito, como a empurrá-lo para baixo (FIGURA 1). Na parte superior direita da folha, encontra-se ainda anotado à mão em preto, diretamente sobre o papel, o código de localização original do repositório: “047, GAV1, 007” (JESUS, 1958, p. 1), vindo em primeiro lugar o nº do armário, em segundo a gaveta, e por último o assunto; no caso, diários manuscritos.

⁵⁷ Trata-se do site da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>.

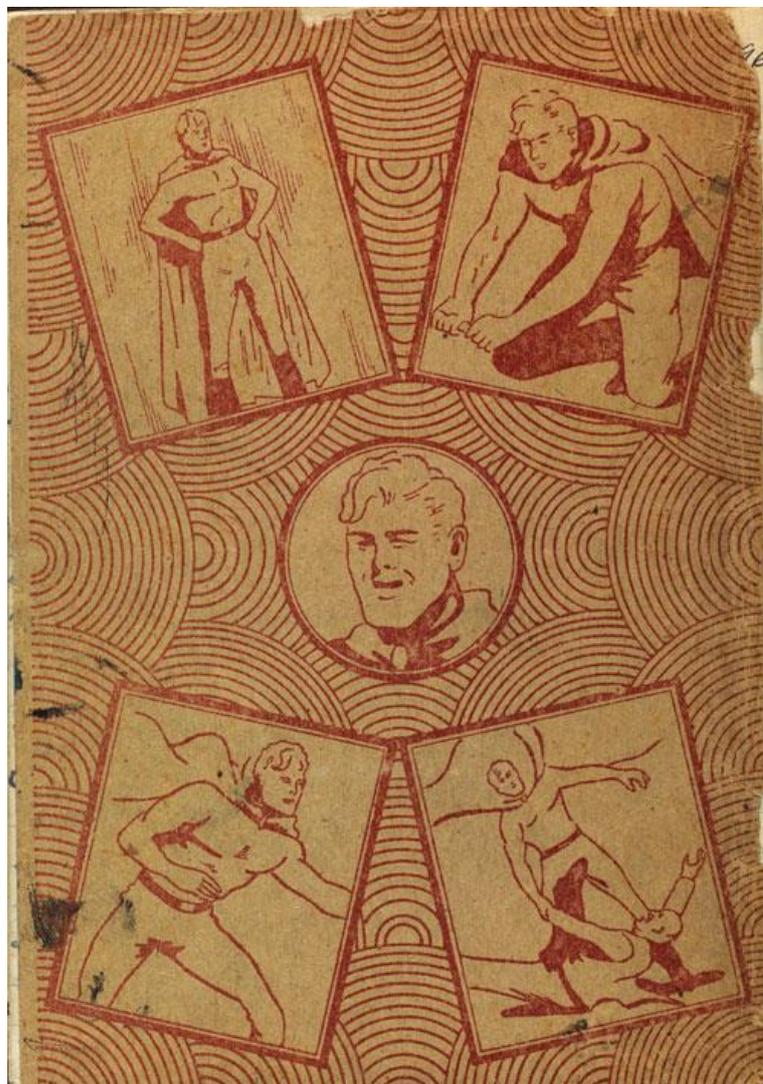
FIGURA 1 - Capa Frontal do *Caderno nº 11*

Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 1)
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

O verso do caderno confirma a alusão ao super-homem, visto que apresenta, sobre o mesmo desenho de base que compõem a capa frontal, um círculo no centro, que contém o desenho do rosto de um homem, e quatro retângulos – dois acima e dois abaixo do círculo – emoldurados por uma linha fina e outra grossa, posicionados diagonalmente à esquerda e à direita como se pretendessem envolvê-lo, preenchidos com desenhos de um homem forte, vestindo macacão *collant*, cinto na altura da cintura e capa, calçando botas três quartos (FIGURA 2). Em cada quadrante, o personagem aparece em posições distintas, desde parado até em luta com outro homem – este ao chão –; agachado; e em postura que indica movimento de corrida. O arquivo conta com 96 páginas, numeradas no canto superior direito das folhas do caderno pelo indicativo numérico progressivo, iniciado em “11-1” (JESUS, 1958, p. 3) e

finalizado em “11-96”, à exceção da capa frontal e do verso. Portanto, indicando a ausência de duas páginas, sendo estas as 11-34 e 11-35.

FIGURA 2 - Verso do *Caderno nº 11*

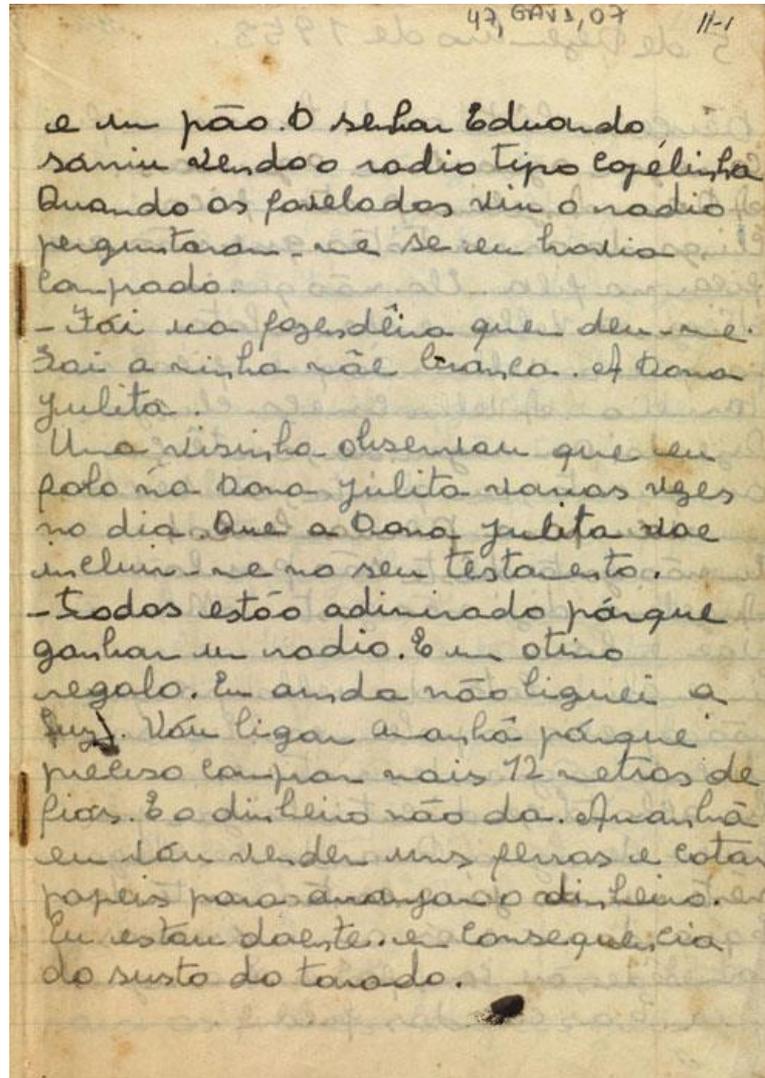


Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 96)
Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

Na imagem da primeira página pautada do caderno, percebe-se sinais de ferrugem ao redor dos dois grampos usados para prender as folhas (FIGURA 3). Estas trazem as marcas do tempo – mais em umas, menos em outras – e do manuseio, mais próximo às bordas. Também a exposição deste original de Carolina ao equipamento de digitalização pode ter contribuído para isso. No todo, o material aparenta estar muito bem conservado. Essa mesma página – segunda do arquivo –, a 1-11, dá início ao manuscrito, em tinta preta, à margem esquerda em

letra minúscula; um indicativo de que, ou falta(m) página(s) inicial(is), ou Carolina toma este volume como continuação de outro caderno.

FIGURA 3 - Página 1 do *Caderno nº 11*



Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 2)

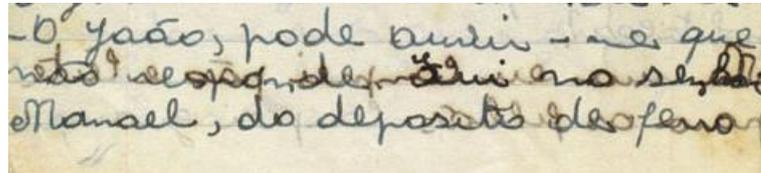
Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

Ora a escrita aparece mais nítida, ora mais apagada, talvez pela qualidade da caneta utilizada ou pelos efeitos da digitalização, provocando a percepção de tons de cinza. A não ser na mudança de alguns dias – para início de novo dia –, encimando o registro, Carolina ocupa toda a folha de papel, desde a primeira até a última linha, de margem a margem, com exceção para as mudanças de linha, quando a palavra exigia separação de sílabas. Nesse caso, a frase continua na linha seguinte, restando um pequeno espaço no final da linha anterior. E em algumas páginas, a escrita no verso da folha, ou a sombra do que está escrito em folhas ainda

mais além desta, pode dificultar o entendimento do que se está lendo, conforme a FIGURA 4 (JESUS, 1958, p. 5).

FIGURA 4 - Sobreposição da Escrita no *Caderno nº 11*



Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 5)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

Em sua última folha manuscrita, o caderno traz carimbado em azul, no canto superior esquerdo, em caixa alta, os dizeres “Biblioteca Nacional” (JESUS, 1958, p. 95), disposto de forma elíptica, a envolver a palavra “Brasil”, e um número, aparentemente de registro, “Reg.,” anotado a lápis, composto de três partes, “1.352.133”, sobre uma linha que o separa de uma data, indicando dia, mês e ano, “10/02/2012” (FIGURA 5).

FIGURA 5 - Última Página do Caderno nº 11

sardinhas podres. É escolaba
 um adar hãnuell.
 Sei que de um artigo que eu
 li. artigo de Hitler, que
 disse, que as latinas se
 duente prejudicando as
 outras - peguei 7 lata de
 sardinha e joguei no tal
 Meo. e lhe sugeri de
 sardinhas podres, pereli
 as nascer indo na sua
 direção. Espulsei o Claudio
 que já sabe que eu grande
 emprego sou violento.
 Dei uns tapas na vira...
 porque foi ela que trouxe
 as sardinhas. aqui para perto
 de casa. Tui falar para o
 pinho dar um grito no
 filho d'êl que êl atenta
 deas. Tui beber um
 caldenão de agua. Quando
 eu estava na torneira

Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 95)
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

O primeiro indicativo de data desse caderno é “5 de Dezembro de 1958” (JESUS, 1958, p. 3), à folha 2, que corresponde ao início da última quarta parte do livro impresso, e segue até 19 de dezembro do mesmo ano, abrangendo todos os dias no intervalo entre eles. De outra parte, o conteúdo compreendido pelas 96 páginas do manuscrito encontra-se condensado em quatro páginas na publicação final, indo da página 141 até a 144 (JESUS, 2014), distribuído nos dias 5, 6, 8, 11, 13, 14, 16, 18 e 19. No QUADRO 1, esses dados estão expostos e relacionados entre si de modo comparativo, visando sua melhor compreensão.

QUADRO 1 - Equivalência Textual entre o *Caderno nº 11* e o Livro Publicado

Dezembro Dia do mês	<i>Caderno nº 11</i> Original manuscrito		<i>Quarto de despejo - diário de uma favelada</i> 10 ed. - ano 2014	
	Nº de páginas	Página	Nº de linhas	Página
5	6	3-9	6	141-142
6	2	10-12	6	142
7	2	12-14	-	-
8	2	15-17	11	142
9	6	18-24	-	-
10	7	25-32	-	-
11	2	33-35	-	-
12	3	35-38	-	-
13	4	39-43	4	143
14	2	44-46	6	143
15	6	47-53	-	-
16	11	54-65	4	143
17	6	66-72	-	-
18	18	72-90	11	143
19	4	91-95	10	144

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse quadro, guardadas as devidas proporções, por tratar-se de equivalência entre materiais distintos – páginas manuscritas de um caderno e livro impresso –, há que se fazer um pequeno esforço para a sua compreensão, especialmente no tocante aos dias mantidos nos dois documentos. Todavia, resta transparente a supressão de conteúdo referente aos dias registrados no diário, mas não contemplados pela edição impressa. Trata-se de sete dias em que os registros originais foram desconsiderados para a publicação.

Dessa forma, a título de exemplificação, segue apenas o comparativo entre o registro de 1 dos quinze dias que constam do *Caderno nº 11*, cuja reprodução foi abreviada e que mereceu registro entre os 8 selecionados pelo editor, visto que, do *Caderno nº 11* ao *Quarto de despejo - diário de uma favelada* – p. 141-144 – sete dias foram descartados.

3.4.2 De 6 páginas manuscritas a 6 linhas editadas, o dito e o não dito sobre o quarto de despejo

No dia 5 de dezembro de 1958, constante da edição impressa, encontram-se as seguintes linhas:

... A Leila contou-me que a filha da Dona D. está presa, porque o seu esposo lhe pegou em adultério com um baiano que tem dois dentes de ouro.
 ... Hoje eu estou estreando um radio. Toquei o radio até as 12. Ouvi os programas de tango. O Orlando ligou a luz. Agora tenho de pagar 75 cruzeiros por mês, porque ele cobra 25 por bico (JESUS, 2014, p. 141-142).

Já no *Caderno nº 11*, antes desse episódio, Carolina conta sobre as agruras do dia, desde o ritual de buscar água pela manhã na torneira até o balanço dos materiais conseguidos por ela, passando pelas dores no corpo, causadas pelo peso dos vidros e ferros que também faziam parte dos petrechos que recolhia pelas ruas para vender. É certo que esses assuntos já haviam sido abordados no discorrer do diário publicado, como por exemplo em 28 de novembro: “Fui carregar agua. Não tinha ninguém” (JESUS, 2014, p. 141), ou ainda mais dois dias antes: “... Fui pegar agua. Olhei o local onde os ciganos acamparam” (JESUS, 2014, p. 140).

Contudo, ao selecionar essa parte sobre a coleta de água na manhã do dia 5 de dezembro, o editor suprimiu também um trecho que, durante a ocorrência, suscita uma divagação por parte da narradora. O registro é iniciado com o fato de Carolina levantar às 4 horas da manhã para ir pegar água e incomodar-se pelo fato de, na fila de acesso à torneira, “Dona Angelina preta” (JESUS, 1958, p. 3) e uma senhora nortista – segundo ela – estarem discutindo por esta última não querer ficar na fila. Carolina então intervém, enchendo de água a lata da idosa – que é na verdade de Pernambuco – e assim registra o fato:

Eu enchi a lata da velha porque não aprecio as polemicas. Eu so discuto os grandes motivos. Eu acho tolice discutir brigar por falta de agua. Quando se chega neste mundo já encontramos tudo. E quando nascemos ou mórremos com sede ou com fome. E a agua fica. E as comidas ficam (JESUS, 1958, p. 3).

Na sequência, Carolina conta ter pegado apenas uma lata de água, pois no dia anterior não havia gastado o que tinha no barraco, porque havia saído. Então fez café e mandou o filho João comprar pão e Sonrisal, remédio que era para o outro filho, José Carlos, que acordara vomitando. Mesmo doente, o menino é encaminhado para a escola, e João e a pequena Vera saem com ela para a tarefa diária da coleta de papel.

Carolina revela, ainda, não ter dormido bem nas últimas noites, devido à preocupação com um tarado que a havia assustado, fato já citado na primeira página do *Caderno nº 11*, em data anterior ao dia cinco (JESUS, 1958). Esse acontecimento não é contemplado pela edição impressa. Nada há também sobre sua tristeza devido ao fato de o Sr. João estar doente, que suscita outro devaneio: “Fico pensando porque será que o mundo ficou tão ruim assim. será consequência dos maus politicos?” (JESUS, 1958, p. 4).

Prosseguindo seu relato, Carolina diz ter comprado pão, leite e garapa para os filhos. Registra um acidente de trabalho ocorrido no depósito para o qual vendia os papelões que recolhia, em que um funcionário teve o braço esmagado por uma prensa. Fala do seu cansaço, ao chegar em casa, por causa do peso dos vidros que havia recolhido.

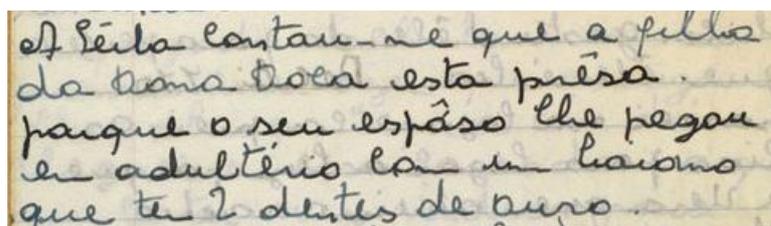
Diz também não ter feito comida e ter saído, com a filha, para vender ferros retirados das ruas, pois o filho João, além de não a ajudar, sentir desprezo por ela. Vende os materiais em dois depósitos, o que lhe rende 110 cruzeiros. O dinheiro foi suficiente para a compra dos fios para ligar “[...] a luz porque a Vera quer ouvir o rádio” (JESUS, 1958, p. 6).

De volta ao barraco, verifica que lhe sobraram 35 cruzeiros. Relata não haver nada para comer além de açúcar, café e manteiga, motivo pelo qual sai novamente para comprar pão, lembrando também da falta de sabão, do qual precisava para lavar o tanto de roupa suja que já juntava.

Na mesma linha manualmente escrita, Carolina emenda os fatos alusivos à Leila. Conquanto, antes ainda do relato que findou publicado no livro, quase que nos mesmos termos, em que ela discorre sobre a prisão da filha adúltera de uma das moradoras da favela, Carolina expõe que a própria Leila, grávida de quatro meses, havia ido à delegacia para denunciar o companheiro por agressão: “[...] ela deu parte do Arnaldo [...], que deu-lhe uns ponta-pés” (JESUS, 1958, p. 6). E complementa com suas considerações: “Quando ela disse-me que esta grávida pensei: outra infeliz! Que vaie nascer para sofrer. Se esta Criança nascer natura vaie mórrer igual as outras que foram pizóteadas. e não era alimentadas na hóra certa” (JESUS, 1958, p. 6-7).

Na sequência, distribuído em cinco linhas, consta o excerto pinçado pelo jornalista para compor o primeiro dos dois parágrafos do dia 05 de dezembro de 1958 (FIGURA 6), (JESUS, 1958, p. 7):

FIGURA 6 - *Caderno nº 11*, p. 7 – Trecho 1 de 05/12/1958



A Leila contou-me que a filha da dona Doca está presa porque o seu esposo lhe pegou em adultério com um bacano que tem 2 dentes de ouro.

Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 7)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

A título de comparação, é possível observar que, na grafia do texto, pouca coisa difere do texto original para o publicado, conforme se pode verificar pelo que está em negrito no QUADRO 2.

QUADRO 2 - Comparativo entre os Registros Original e Publicado

CADERNO Nº 11, MANUSCRITO ORIGINAL	<i>QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA</i>
“A Leila contou-me que a filha da Dona Doca esta prêsa . porque o seu esposo lhe pegou em adultério com um baiano que tem 2 dentes de ouro ” (JESUS, 1958, p. 7).	“... A Leila contou-me que a filha da Dona D. está presa , porque o seu esposo lhe pegou em adulterio com um baiano que tem dois dentes de ouro ” (JESUS, 2014, p. 141).

Fonte: Elaborado pela autora.

Todavia, as palavras “prêsa” e “adultério”, bem como o registro do numeral expresso pelo algarismo “2”, em nada comprometeriam a compreensão por parte do leitor, e, no entanto, foram alteradas, contrariando as justificativas do jornalista para a edição do texto: “Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha” (JESUS, 2014, p. 7).

Quanto ao conteúdo, ao passo que o parágrafo em questão se encerra nos dentes de ouro do referido baiano, na continuação do Manuscrito Original, Carolina justifica assim denominá-lo pelo fato de não gostar dele. E logo conecta suas elucubrações mentais, revelando enojar-se da mulher adulta sic – talvez quisesse dizer adúltera –, que “[...] é pior do que a meretriz porque homem por homem, o seu espôso também é homem” (JESUS, 1958, p. 7). E emenda que este, por sua vez, quando desprezado, acaba por se desiludir, sendo que “[...] alguns abandonam o lar e vão degradando até a margem da vida” (JESUS, 1958, p. 7). Além disso, faz a relação desse fato com a bebida, que pode levá-lo ao crime e à cadeia. Sua reflexão a partir do que foi narrado é de que “[...] o lar é uma parte da ilusão do homem. Como é horrível as ilusões disfêitas” (JESUS, 1958, p. 7-8).

Da conversa com Leila, Carolina fica sabendo inclusive da prisão de outro morador da favela, um nortista de sobrenome Sousa, pai de criação de um jovem que o denunciou por maus tratos de longa data. Nessa oportunidade, Carolina igualmente tem opinião a respeito, considerando um erro bater nos filhos que já se entendem por adultos, bastando-lhes as críticas. Chama a atenção para o fato do delatado ser professor, apesar de trabalhar como servente de pedreiro, salientando que isso não é demérito, conduzindo para o comparativo consigo: “[...] sou poetisa e vivo no lixo. e estou vivendo. Hoje eu fiz este verso. Eu não faço verso. êles

(indecifrável) – deve ser “é que vêm” – na mente” (JESUS, 1958, p. 9). E, deixando uma linha em branco, reproduz uma quadra:

Eu sonhei que estava mórrta
Vi o meu córpo num caixão.
Envez de flôres, era um livro
Que estava na minha mão
(JESUS, 1958, p. 9).

Depois de mais um espaço em branco, deixando os versos em destaque, é que aparece o relato que compõe o segundo e último parágrafo do dia em questão, no livro publicado, e que igualmente fecha a data no Manuscrito Original. Abaixo, a reprodução de ambos para a verificação inclusive de trecho suprimido pelo editor (QUADRO 3):

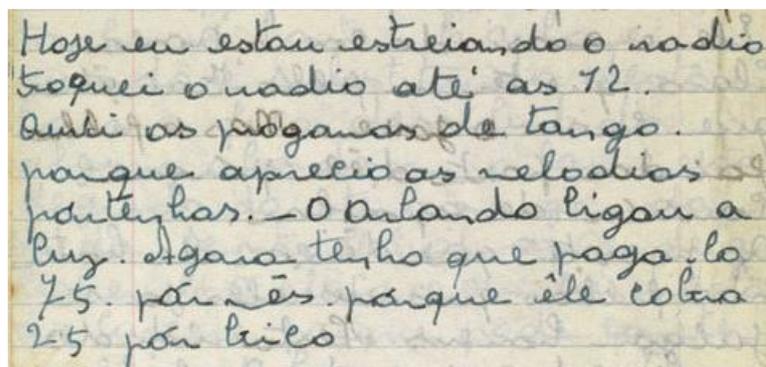
QUADRO 3 - Comparativo para Verificação de Trecho Suprimido

CADERNO Nº 11, MANUSCRITO ORIGINAL	QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA
“Hoje eu estou estreiando o radio toquei o radio até as 12. Ouvi os progamas de tango. <i>porque aprecio as melodias portenhas.</i> – O Orlando ligou a luz. Agora tenho que pagalo 75. pôr mês. porque ê cobra 25 pôr bico” (JESUS, 1958, p. 7).	“... Hoje eu estou estreado um radio. Toquei o radio até as 12. Ouvi os programas de tango. O Orlando ligou a luz. Agora tenho de pagar 75 cruzeiros por mês, porque ele cobra 25 por bico” (JESUS, 2014, p. 142).

Fonte: Elaborado pela autora.

Desta feita, o jornalista faz as alterações na pontuação e em algumas palavras que aparecem em negrito no quadro, nos excertos, e suprime o trecho que aparece em itálico, motivo pelo qual Carolina ficou até tarde ouvindo o rádio.

FIGURA 7 - Caderno nº 11, p. 7 - Trecho 2 de 05/12/1958



Reprodução da imagem disponível em arquivo PDF (JESUS, 1958, p. 9)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

Eis, portanto, o conteúdo constante do registro do dia 5 de dezembro de 1958, no *Caderno nº 11*, antes da e entremeio a parte selecionada por Dantas para compor o mesmo dia em *Quarto de despejo - diário de uma favelada*.

3.5 Rua A, barraco nº 9, Favela do Canindé, São Paulo, Brasil

A escrita dos vinte cadernos que serviriam de base para *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, ocorreu enquanto Carolina morava do barraco nº 9, da Rua A, na favela do Canindé, zona norte da cidade de São Paulo, na década de 1950, e registra seu dia a dia em papéis recolhidos na rua da capital, em sua luta diária pela sobrevivência como catadora, conforme registra: “– Cato papel. Estou provando como vivo!” (JESUS, 2014, p. 20).

Desde o início, parece que ela tinha por objetivo publicar tais escritos. Pode-se verificar isso nas discussões em que se envolve com outras moradoras da favela, como por exemplo no seguinte trecho: “Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2014, p. 20).

A todo momento, Carolina contextualiza seu discurso, dando temporalidade a sua narrativa, seja pela data que coloca antes de cada registro, seja pelos próprios eventos, que mesmo corriqueiros, denunciam a gravidade da situação, como em 3 de maio de 1958: “... Fui na feira da Rua Carlos de Campos, catar qualquer coisa. Ganhei bastante verdura. Mas ficou sem efeito, porque eu não tenho gordura. Os meninos estão nervosos por não ter o que comer” (JESUS, 2014, p. 28). Extrapolando o âmbito particular, Carolina também situa historicamente sua narrativa, abordando o momento político cidadão e, no plano mais global, nacional, conforme segue:

10 de maio [1958] – Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amavel! Se eu soubesse que ele era tão amavel, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que **tornar-se útil a patria e ao país**. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades (JESUS, 2014, p. 29, grifo nosso).

Nessa amostra, é possível verificar também as relações sociais vigentes, de desigualdade social, em que uns comem, outros não, uns mandam, outros obedecem. Portanto, indicativos das relações de poder, espólio da Modernidade/Colonialidade eurocentrada (MIGNOLO,

2017). Igualmente, a maneira como Carolina se refere ao tenente que a recebe, em virtude de uma intimação cujo destinatário era José Carlos, seu filho – então com 9 anos de idade –, e os comentários dessa autoridade em relação à criança – “[...] tornar-se útil a pátria e ao país” (JESUS, 2014, p. 29) – denotam um apartamento entre os problemas sociais e os responsáveis por resolvê-los.

Essa espécie de patriotismo utilitário e inocente é retomado em uma de suas reminiscências em momento posterior no tempo da escrita do diário, mas anterior à vida adulta de Carolina, revelando que as relações de poder estão ativas o tempo todo no seu imaginário e na sua vivência. Talvez nem sequer quando está dormindo ou sonhando acordada, elas desaparecem, apenas não são conscientes. Segue o trecho:

... Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:
– Porque a senhora não faz eu virar homem? (JESUS, 2014, p. 53-54) *7 de junho de 1958.*

Segundo Farias (2018), Carolina chegou à favela do Canindé grávida do primeiro filho, meses depois da sua instalação, ocorrida em fins de 1948, em virtude da desocupação de um terreno cujos proprietários recorreram às autoridades que, por sua vez, determinaram à polícia a retirada, à força, dos moradores, em um período de 60 dias, no ano de 1948, onde Carolina, ainda sem filhos, ocupava um “[...] cubículo infecto, na antiga favela dos baixos do viaduto Santa Efigênia” (DANTAS, 1958, p. 9).

A especulação imobiliária do centro de São Paulo impossibilitava que a multidão conseguisse outro lugar para se instalar nas redondezas, e os desabrigados, em situação de desespero, tiveram a ideia de reivindicar ao governador, Adhemar de Barros, uma solução para o problema (FARIAS, 2018). Consta ainda na biografia de Carolina, assinada por Farias, que o chefe do Executivo recebeu-os e prometeu instalá-los, no prazo de três dias, no bairro do Canindé, na margem do rio Tietê, com o auxílio do prefeito Paulo Lauro, seu afilhado político que, naquela região, já estava fazendo algumas intervenções, como colocação de parque infantil, ligação de água e de luz. Farias (2018) acrescenta que a acomodação, prometida pelas autoridades àqueles desalojados, não aconteceu. E dá mais detalhes: de que eles foram simplesmente deixados no local, ainda não urbanizado, onde nem água, nem luz chegavam, e sem auxílio para compra dos materiais necessários à construção dos barracos, em terrenos de 6m x 12m, delimitados pela prefeitura.

Ao apresentar-se para o seu leitor em sua obra de estreia, Carolina não está fazendo uma mera apresentação, mas uma espécie de produção de si mesma. Explico: desde o seu nome próprio, que figura na autoria, e a partir do qual ficará mundialmente conhecida, até a definição do título e subtítulo de sua narrativa autobiográfica em forma de diário, escolhidos por ela, pelo editor ou por ambos, refletem qual deva ser o imaginário esperado do leitor a respeito da escritora. Uma espécie de identidade que atravessa diversos espaços sociais – o da produção, o da publicação, o da circulação da obra.

Também os dados, fatos e acontecimentos narrados, em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11*, tampouco são aleatórios. Há uma história – pessoal e coletiva –, há um recorte dessa história e há um relato desse recorte. Uma autobiografia que concorre com a crônica, na qual Carolina escolhe o que quer contar e como.

Esse jogo do oculto-visto faz parte da interação dialética dos recortes da realidade, carregados da intenção daquele que o faz. As memórias biográficas também são alvo dessa escolha que obviamente não teria condições de abarcar tudo: acontecimentos, sentimentos, interações etc. Dessa forma, é possível dizer que suas escolhas nesse sentido carregam intrinsecamente o modo como Carolina gostaria de ser lembrada. Mesmo literalmente, chegou a expressar esse seu desejo, como na trova publicada no jornal *Folha da Noite*, edição do dia 9 de maio de 1958, à p. 5:

Não digam que fui rebotinho,
que vivi à margem da vida
Digam que eu procurava trabalho
mas fui sempre preterida.

Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.
(DANTAS, 1958)

Retomando *Quarto de despejo*⁵⁸, título escolhido para o livro, tomado de uma expressão que aparece ao longo do texto, é possível pensar nas possíveis intencionalidades de tal eleição, para além daquela localidade onde foi despejada aquela população em condição de vulnerabilidade econômica e alimentar. Logo nas primeiras páginas, datadas de 1958 – a parte mais extensa do livro, que também compreende poucos registros de 1955 e alguns de 1959 –, consta, da parte final do ocorrido em 19 de maio, a sua primeira aparição:

⁵⁸ Seu complemento, “diário de uma favelada”, é subtítulo, e será explorado logo a seguir.

... As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num **quarto de despejo** (JESUS, 2014, p. 37, grifo nosso).

A associação entre quarto de despejo, cheiro de dejetos, ausência de infraestrutura básica, associada à coisificação da pessoa humana, que é como Carolina se sente, contrastam com a cidade, da maneira como ela a vê, ao trazer para o texto aspectos que ele entende como positivos. Mas os lustres de cristais, os tapetes de veludo e as almofadas de cetim, não parecem ser a realidade que Carolina encontra nas ruas por onde anda à cata de recicláveis. Ela opta, portanto, por apontar o que possa ter visto nas casas em que trabalhou, por ter lido em alguma literatura, por ter observado de fora de alguma residência ou comércio. Já sobre a favela, parece não haver outra opção senão apresentar a realidade, que não possui mesmo pontos positivos.

Os usos da expressão “quarto de despejo”, depois dessa primeira ocorrência, acontecem ainda mais dez vezes, todas nos registros de 1958, conforme segue, com grifo nosso para suas aparições:

Estou no **quarto de despejo**, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo, [...] [as pessoas que vão parar na favela] Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o **quarto de despejo** (JESUS, 2014, p. 37-38) *20 de maio*.

Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no **quarto de despejo** (*Opus citatum* [Op. cit.], p. 43) *23 de maio*;

Os políticos só aparece aqui no **quarto de despejo**, nas épocas eleitorais” (Op. cit., p. 45) *28 de maio*;

Depois pensei: eu não saio do **quarto de despejo**, o que posso saber o que se passa na sala de visita? (Op. cit., p. 80) *4 de julho*;

A favela é o **quarto de despejo**. E as autoridades ignoram que tem o **quarto de despejo** (Op. cit., p. 107) *8 de agosto*;

Tenho dó destas crianças que vivem no **Quarto de Despejo** mais imundo que há no mundo (Op. cit., p. 138) *17 de novembro*;

Mas ele deve aprender que a favela é o **quarto de despejo** de São Paulo” (Op. cit., p. 147) *27 de dezembro*.

Chama a atenção que, em um dos momentos, Carolina grafa com iniciais maiúsculas a expressão “quarto de despejo”, dando-lhe status de substantivo próprio, o que poderia suscitar o entendimento de que a favela do Canindé pudesse ter esse nome, embora na continuação a expressão é adjetivada de modo a constituir-se então substantivo comum. Há, digamos, uma operação linguística, consciente ou não, que pode causar um efeito no leitor mais atento. O parágrafo no todo é o seguinte: “Estas coisas eles não olvidam. Tenho dó destas crianças que vivem no *Quarto de Despejo* mais imundo que há no mundo” (JESUS, 2014, p. 138, grifo nosso),

em que “eles” são as crianças, e “estas coisas” a exposição de relacionamentos sexuais de duas jovens menores de idade à mercê da exploração sexual por parte de homens de fora da favela; ou das brigas entre marido e mulher às vistas dos outros moradores, conforme segue no original.

...A Pitita saiu correndo e o seu esposo atrás. As crianças olham estas cenas com deleite. A Pitita estava semi-nua. E as partes que a mulher deve ocultar estava visível. [...]

...Quando a Pitita briga, todos saem para ver. É um espetáculo pornográfico. (...) As crianças começaram a falar que a Pitita havia erguido o vestido. [...] A tarde na favela foi de amargar. E assim as crianças ficaram sabendo que os homens fazem... com as mulheres (JESUS, 2014, p. 138).

De modo geral, “quarto de despejo” é uma expressão utilizada tanto no título quanto ao longo do texto, podendo ser classificada na categoria de substantivo, no caso, uma locução substantiva. No entanto, em grande parte das vezes, ela foi escolhida pela autora para figurar no lugar da palavra favela, o que dá a ela o sentido de adjetivação.

Ajuizando que, segundo Volóchinov (2018), todo signo é ideológico e, a considerar as outras adjetivações que Carolina dá a favela – “o pior cortiço que existe” (p. 25), “inferno” (p. 26), “o quintal onde jogam os lixos” (p. 32) etc. –, “quarto de despejo” remete, portanto, àquele espaço reservado, que a maioria das pessoas que têm uma moradia minimamente dividida abriga, seja nos fundos ou em um cômodo da casa, seja até mesmo em um armário ou uma gaveta, para aquilo que não se tem tempo de ordenar no momento, para coisas que eventualmente voltarão a ser necessárias, ou mesmo para aquelas que sabe-se não ter mais utilidade, mas que não se pode jogar no lixo.

O mesmo também acontece quando descreve a favela, em que suas escolhas vocabulares remetem a imagens fortes: “...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre” (JESUS, 2014, p. 37) *19 de maio de 1958*. Inclusive, pode se fazer uma ponte semântica com o hoje raro “quartinho da bagunça”, que já recebeu no passado a denominação de “quarto de empregada” em projetos arquitetônicos; aliás, herança colonial dos tempos em que se separava a casa grande da senzala.

Também o subtítulo, *diário de uma favelada*, em posição de apostrofo, também servindo como qualificativo, porque explica a locução substantiva que o precede – *Quarto de despejo*. Parece trazer uma pista de que, a exemplo da favela, o livro também poderia carregar um aspecto de quarto de despejo, visto que na obra Carolina descreve a fome, a tragédia, a miséria, cuja escrita é um amálgama de norma culta, linguagem coloquial e oralidade, e cujo efeito alcançado dificilmente poderia ser suplantado se se houvesse optado pela norma padrão da

língua portuguesa. Ou seja, é a linguagem em consonância com o tema e a serviço do estilo e da arte.

Em relação a esse aspecto linguístico peculiar da obra, Carolina, apesar de apenas dois anos de instrução escolar na Escola Allan Kardec, em Sacramento, teve, ao longo da vida, contato com inúmeros gêneros textuais (orais e escritos), o que inclusive lhe possibilitou a adoção de um deles, o diário, para a composição do seu próprio discurso. De uma parte, herança talvez da narrativa oral apreendida, quando criança, pela audiência das histórias contadas e pelos conselhos dados pelo seu avô, Benedicto José da Silva – o Sócrates africano⁵⁹ –, sobre quem revelou, já adulta, em episódio ocorrido pouco antes de sua morte:

– Eu deixava de brincar e sentava-me ao lado da cama [do progenitor]. O meu avô me olhava. Depois fechava os olhos. Eu ficava preocupada fitando o seu rosto, o seu nariz afilado. Eu queria ser bonita igual ao vovô. Que linda boca! Não tinha o nariz chato da raça negra (FARIAS, 2018, p. 27).

Carregadas de marcas de desigualdade, preferências físicas aprendidas, incutida pela ideia de raça, suas lembranças do avô que, com sua narrativa oral, conquistava os familiares e os de fora, e era por estes admirado, mas com a ressalva para o seu analfabetismo: “Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano” (JESUS, 1986, p. 119), diziam os que iam visitá-lo. Talvez venha daí a valorização dada por Carolina à educação escolarizada, pois embora a sapiência do seu progenitor se dever à “escola da vida”, a esta não era dado reconhecimento por parte da elite letrada. Tanto que ela dá o seu veredicto, nas páginas do outro diário, o de Bitita:

Foi crime não educá-lo. E este homem [o avô] seria O Homem! Poderiam criar uma lei de educação geral, porque as pessoas cultas que adquirem conhecimento do seu grau intelectual têm capacidade para ver dentro de si (JESUS, 1986, p. 119).

Mas resta uma dúvida. Mesmo os homens ricos que passavam horas a ouvi-lo, pelo seu dom da oratória, da memória a serviço da narrativa, e que, segundo Carolina, sabia rezar para fazer chover; que o achavam culto, ainda assim, reforçavam a necessidade do conhecimento adquirido através da escrita e da leitura dessa escrita; pois a leitura do tempo, dos astros, das pessoas, das condições etc., essa não era valorizada. Era apenas o senso comum ou era a cor da

⁵⁹ “Sócrates Africano” foi o apelido recebido por Benedicto da parte do amigo e agente executivo de Sacramento – função que desempenhou entre 1905 e 1921 –, o coronel José Afonso de Almeida, “[...] devido a sua [de Benedicto] grande sabedoria de vida, *embora fosse analfabeto*” (FARIAS, 2018, p. 31, grifo nosso).

sua pele – a mesma que adjetivava o Sócrates propalado, pois africano – o impeditivo para o seu efetivo reconhecimento a nível do grande filósofo?

De outra parte, aparece a valoração do conhecimento sistematizado, nos textos literários devorados por Carolina, na biblioteca particular do Dr. Euclides de Jesus Zerbini⁶⁰, ou na casa de outros padrões, em seus momentos de folga do serviço doméstico, já em São Paulo. Foi dessa forma que ela foi construindo um arcabouço de gêneros textuais, dos quais foi se apropriando de suas características aqui, seja na forma ou no conteúdo, para a realização do seu desejo de ser escritora (FARIAS, 2018).

A crônica cotidiana do seu momento histórico e social, trazendo reflexões sobre a vida social, política e dos costumes, é apresentada por ela ao leitor, no gênero textual diário, conforme sugere o subtítulo. Também a estrutura do texto permite entendê-lo dessa forma, pois suas partes aparecem referenciadas pela data em que ganharam o registro. Como diário, era igualmente considerado por Carolina, haja vista que registrava seus dias – às vezes, detalhadamente – datando-os cuidadosamente.

E, nesse quesito, uma curiosidade pôde ser flagrada por esta pesquisa. Na revista *O Cruzeiro*, em que se encontra a reportagem sobre Carolina e que ela registra em *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, conforme exposto no capítulo anterior, o dia em que o evento aparece narrado é 10 de junho de 1959. Todavia, a data que figura na capa da edição da revista é 20 de junho. Teria Carolina se equivocado ou a revista era distribuída em banca dias antes da data de capa?

De qualquer forma, isso não altera o fato em si, tampouco a rotina diária de Carolina, que se expressa em cada frase, seja pelas ações, maneira de pensar, e mesmo ao falar de terceiros, a partir do seu olhar sobre fatos e afetos. Nesse caso, tratar-se-ia de um diário pessoal ou íntimo. Não obstante, é sabido que publicar estava em seus planos quando decidiu escrever. Dessa forma, o caráter privativo, de um registro apenas para si, deixa de ser a tônica. Em uma passagem de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, temos uma resposta sua a uma das vizinhas, às quais ela denominava “mulheres feras”:

– Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos (JESUS, 2014, p. 20) *19 de julho de 1958*.

⁶⁰ Dr. Euclides de Jesus Zerbini, celebrado cardiologista que, em 1968, se tornou o primeiro a realizar, de maneira bem-sucedida, um transplante de coração na América Latina (e quinto no mundo).

Ou seja, Carolina sabe “porque” escreve e “para quem” escreve, utilizando-se do gênero que entende mais adequado para isso, o diário. Também, é claro, decide sobre “o quê” deva ser ali immortalizado. Os registros não comportariam tudo do seu cotidiano, dos seus pensamentos ou sentimentos em uma escrita diária devido ao fato de ela ter três filhos para cuidar e ainda passar parte do dia à cata de papéis nas ruas, só escrevendo nas horas vagas.

O “como” fica por conta não apenas na escolha do gênero textual diário, mas também da maneira que tem à mão para alcançar o seu objetivo: utilizando-se de uma mescla de linguagem escrita e oral, obtendo um efeito similar ao da fita de Möbius⁶¹ – o enigmático objeto com um só lado criado pelo matemático e astrônomo alemão August Ferdinand Möbius em 1858 –, que aparenta uma dicotomia, sem no entanto efetivá-la. Assim também o faz Carolina, amalgamando, na sua escrita, práticas discursivas cotidianas que, ao fim e ao cabo, contribuíram para o caráter *sui generis* de sua composição, agregando autenticidade ao seu texto.

Outrossim, na ficha catalográfica de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* (JESUS, 2014, p. 4), encontramos o texto definido como “Romance brasileiro”. Mas, conforme Bakhtin (2008, p. 121), “[...] o gênero [textual] sempre é e não é o mesmo, sempre é velho e novo ao mesmo tempo. [...] O gênero vive do presente, mas sempre recorda o seu passado, o seu começo.

Essa questão do gênero do discurso tanto é complexa que existem diversas reflexões a seu respeito, para além daquelas propostas pelo Círculo, o qual, por sua vez, apresenta e discute aspectos importantes acerca da ligação existente entre este, a língua e o estilo, ao longo dos anos 1920-1950, em diferentes trabalhos (BRAIT; PISTORI, 2012). De modo que, ao assumir a postura do Círculo na questão do gênero do discurso, foi levado em conta outros conceitos que a ele se coadunam: “[...] linguagem, signo ideológico, enunciado concreto, texto, discurso/ relações dialógicas, forma arquitetônica, forças centrípetas e forças centrífugas” (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 374), embora não se vá discorrer sobre eles neste trabalho.

Interessante pensar que dentre os primeiros textos produzidos pelos colonizadores, que informavam aos países de origem sobre o que se passava nas terras conquistadas, estavam o “diário de navegação” e o “diário de viagem”, além das cartas e dos álbuns de desenhos. Todos eles com o intuito de registrar memórias, relatos, crônicas da empreitada, bem como as experiências vividas. Uma expressão cultural que permanece até os dias atuais, obviamente com

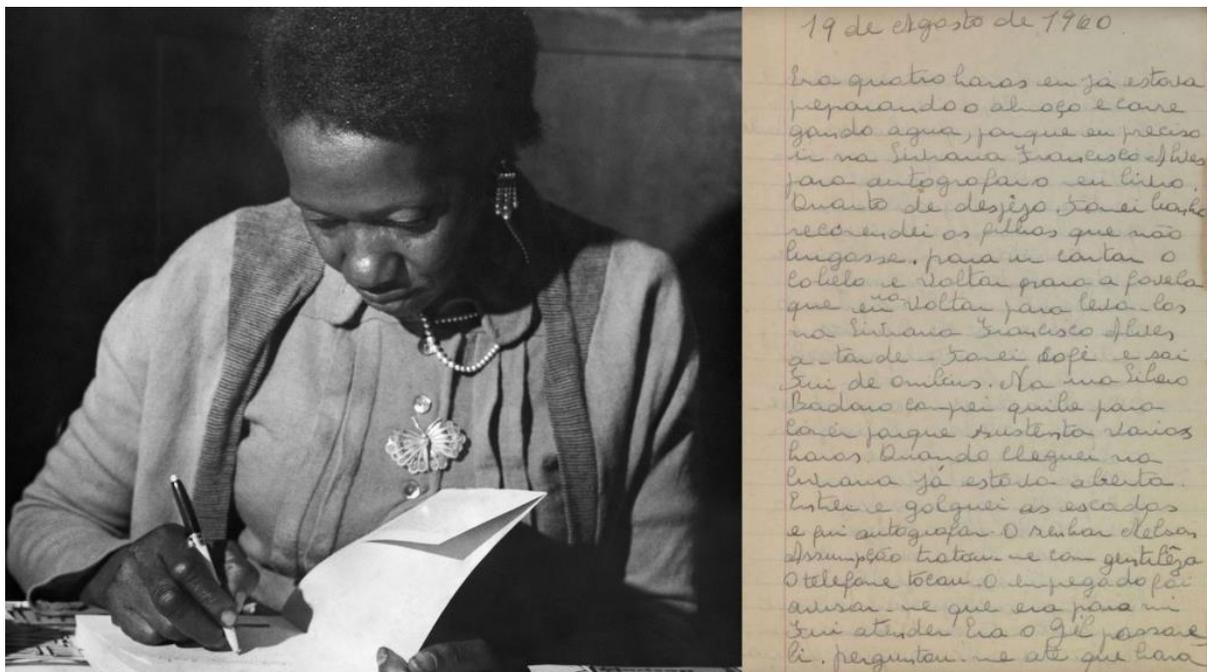
⁶¹ A fita de Möbius é um espaço topológico alcançado pela colagem das duas extremidades de uma fita em que em uma das pontas é dada meia volta. Representa um caminho infinito em que se pode percorrer toda sua superfície aparentando ora estar dentro, ora estar fora, sem, no entanto, fazê-lo, haja vista ter somente um lado. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45659225>. Acesso em: 06 jun. 2020.

suas adaptações devido ao uso e transformação dos meios de comunicação, e na relação com a experiência, pois se trata de um costume, de como pensamentos, de ações e sentimentos que estão a serviço do ser e da consciência social na investigação irrestrita do mundo (THOMPSON, 1981).

E foi na escolha do gênero textual diário que Carolina encontrou a melhor forma de registrar para a posteridade um momento singular da história do Brasil paulistano, palco da vinda de imigrantes e migrantes, como é o seu caso, e desta figura ímpar que ela foi, a partir da qual se pode entender um pouco da vida de toda uma população de indivíduos subalternizados, devido, em grande parte, às questões que envolvem a colonialidade presente nos processos educativos, independentemente do espaço em que se dão, ao longo da história.

Para fechar este subitem, a reprodução de uma imagem que mostra a dualidade presente nesse percurso, em que é possível apreender um viés de decolonialidade. Carolina, em sua tarde de autógrafos, no lançamento de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, junto do registro que fez posteriormente sobre o ocorrido, revelando a dicotomia entre a emergente escritora e a catadora de papel, sempre às voltas com as questões relacionadas à emergência alimentar.

FIGURA 8 - Dia do Lançamento de *Quarto de Despejo - diário de uma favelada* e Trecho Anotado no Diário com essa Data



Fonte: Disponível em: ims.com.br/titular-colecao/carolina-maria-de-jesus/. Acesso em: 06 jun. 2020.

Segue a transcrição do excerto (IMS, 2020, on-line):

Era quatro horas eu já estava preparando o almoço e carregando água, porque eu preciso ir na Livraria Francisco Alves para autografar o meu livro. Quarto de despejo. Tomei banho recomendei os filhos que não brigasse. para ir cortar o cabelo e voltar para a favela que eu ia voltar para leva-los na Livraria Francisco Alves. a – tarde – farei café e sai. Fui de onibus. Na rua Libero Badaro comprei quibe para comer porque sustenta varias horas. Quando cheguei na livraria já estava aberta. Entrei e galguei as escadas e fui autografar. O senhor Nelson Assumpção tratou-me com gentilêza. O telefone tocou. O empregado foi avisar-me que era para mim. Fui atender. Era o Gil passareli. perguntou-me ate que hora

Nessa data marcante, apesar de ter que cumprir sua dura rotina diária sem saneamento básico, sua escrita aparece rodeada de vários substantivos próprios, os nomes do livro, da livraria, da rua e de duas outras pessoas, como que a coroar aquele momento que demarcaria um antes e um depois na vida dela. Carolina começava a trocar o quarto de despejo pelo *Quarto de despejo - diário de uma favelada*. Sem o quase inseparável lenço na cabeça, ela se revela para o público consumidor de literatura.

Na badalada estreia, malgrado o boicote de escritores consagrados, a incipiente escritora foi prestigiada por jornalistas, escritores e famosos da estatura de Pelé. Seu ex-patrão, Dr. Zerbini, e o ministro do Trabalho, Dr. João Batista Ramos também marcaram presença na disputa por um espaço no ambiente que ficou lotado (FARIAS, 2018). Farias também chama a atenção para os números, que alçaram Carolina ao sucesso: 800 livros vendidos na tarde de autógrafos, dentro do período de quatro horas; 10 mil exemplares em uma semana, esgotando a primeira edição; primeiro lugar nas listas dos mais vendidos, divulgadas pelos jornais, ombreando com escritores brasileiros e estrangeiros, como Jorge Amado e Bertrand Russell.

3.6 A Marcante Experiência da Fome: de Comida, de Conhecimento, de Vida (esta Mestra Implacável)

E em se tratando de experiências cujas sensibilidade, espacialidade, temporalidade e materialidade desde um ponto de vista de uma “história vista de baixo”, abre-se uma possibilidade de educar também a sensibilidade de outras pessoas, fugindo ao caráter medianamente hegemônico do conhecimento histórico-literário (THOMPSON, 1981). Afinal, quantas das pessoas que tinham a possibilidade de adquirir um livro em uma livraria na década de 1960 já teriam passado fome em algum momento de sua vida?

Assim, uma passagem do texto de Carolina, em *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, com a descrição do que para ela seria uma mesa farta, pode funcionar como disparador

de reflexões e identificação de que talvez aquele que a lê se dê conta de que nunca passou pelas seguintes experiências: primeiro, a da sensação de fome propriamente – que recheia o livro de modo geral, podendo fazer com que o leitor até se acostume com a ideia e não pare para pensar –; segundo, a do não sentimento de alegria do famélico quando tem o que comer. Trata-se de uma perspectiva nova, que pode trazer a sensação de soco na boca do estômago daquele que sempre o teve cheio. Segue a referida passagem:

É quatro horas. Eu já fiz o almoço — hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e repolho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante (JESUS, 2014, p. 49) *1 de junho de 1958*.

E é também no acontecimento raro, em que Carolina revela um tipo de experiência que muitos dos que a lerão jamais experimentaram ou experimentarão, que o leitor é chamado à razão inclusive de se dar conta de que outros seres humanos passaram, passam e passarão fome cotidianamente; o ser humano que está à margem, o ser humano que, via de regra, não é branco; o ser humano ao qual não é permitido sequer “ser”. É o “não-ser” para o qual Dussel (1977) aponta, cuja colonialidade transformou o ser em “não ser”.

Ao abordar a categoria da “exterioridade”, que é uma transcendentalidade da “totalidade” e é ontológica (ser, realidade e distinção), o filósofo inclusive a sintetiza usando o problema da fome como exemplo, conforme segue:

A fome do oprimido, do pobre é um fruto do sistema injusto. Como tal não tem lugar no sistema. Em primeiro lugar, por ser negatividade, falta-de [...], não-ente no mundo. Mas, fundamentalmente, porque saciar estruturalmente a fome do oprimido é mudar radicalmente o sistema. Enquanto tal, a fome é a exterioridade prática ou a transcendentalidade interna mais subversiva contra o sistema: o “além” intransponível e total (DUSSEL, 1977, p. 48).

Pode-se dizer que a exterioridade, para o autor, é uma metáfora espacial – por isso transcendentalidade – que tem uma capacidade crítica. Ou seja, o ser humano, em qualquer sistema, no mundo do outro, é sempre transcendental a esse sistema. Trata-se da “transcendentalidade interior” de todo ser humano que cumpre uma função no sistema, mas que pode a ele se revelar (DUSSEL, 1977).

Isso posto, pode-se depreender que Carolina, enquanto passou pela experiência da fome – ou da rara “fartura”, como no excerto selecionado anteriormente – era um ente, um ente humano, cujo corpo coincidia com a sua pobreza, era parte da exterioridade. À medida que o leitor tem acesso a essas experiências, registradas por Carolina, ela se apresenta como “Pessoa

Humana”, como novidade que pode fazer o leitor enxergá-la, não como fenômeno (como ente que aparece na "totalidade", com uma funcionalidade “escritora”, mas como “ser” (epifania), como podemos verificar em Dussel (1977, p. 22): “a epifania ao contrário da fenomenologia é a revelação do oprimido, do pobre, do outro, que não é nunca pura aparência nem mero fenômeno, mas que conserva uma exterioridade metafísica”.

Segundo Oliveira (2018, p. 120), a experiência é “[...] eminentemente corporal”. Especificamente em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11*, muito do seu relato passou pelas suas sensibilidades, fossem elas visuais, auditivas, palatáveis, olfativas ou táteis, atravessando-a enquanto

[...] sujeito da experiência [...], algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos [...]. O sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos (LARROSA, 2002, p. 24).

Carolina, com a descrição de sua rotina hodierna, talvez não percebesse que as coisas cotidianas que fazia, como carregar água, lavar a roupa na beira do rio, trabalhar na reciclagem do lixo, por exemplo, fossem expressões da cultura de um tempo, que hoje servem como matéria prima para pesquisas cuja metodologia a utilizam.

Desse caldo de cultura, emerge Carolina, que não tem dinheiro, que vive em condições degradantes em um lugar do qual não gosta, sem sapatos para calçar na família em um dia de chuva, mas sempre na relação com o outro, com o próximo, no ato de socorrê-lo, como neste excerto de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*:

Amanheceu chovendo. Tenho só três cruzeiros porque emprestei 5 para Leila ir buscar a filha no hospital. Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. Estou com frio. E não tenho sapato para calçar. Os sapatos dos meninos estão furados (JESUS, 2014, p. 45).

E não estaria ela nessa situação só porque era negra, mulher, subalternizada; porque um dia foi inventado um modo de divisão racial a partir da cor da pele, por homens brancos europeus que invadiram e conquistaram terras na hoje América do Sul, que submeteram os povos originários, o mesmo acontecendo em África, de onde vieram os negros escravizados?

Ainda assim, estão vivos nela os modos de ação no mundo, pois, em estando ou não de acordo com as relações sociais que são, ao mesmo tempo, relações de poder – portanto, de desigualdade social – o que poderia Carolina fazer? Poderia seguir com a vida, que consistia

em alimentar-se e aos filhos; resistir, no compartilhamento do pouco que tinha, ao saber fazer contas, não para o acúmulo de bens, não para a extorsão de outrem, mas para socorrer o outro em condições tão periclitantes quanto a dela, mas que, pelo sentido de urgência, recebia primazia; e refugiar-se na escrita do seu diário, uma maneira de ir para dentro de si, porque não havia outro lugar para onde pudesse ir, tampouco deixar de habitar este mundo.

Isso vai ao encontro do pensamento decolonial, segundo Quijano (2005), de passar todo o tempo questionando e resistindo às relações de poder como tal, sobretudo àquelas que são fundadas na ideia de raça. Pensamento que defende uma subversão epistêmica constante, por acreditar que, com o aumento da sua aplicação por parte dos subalternizados, colocando em xeque as bases de desigualdade que tem origem na chamada divisão racial, igualmente se está pondo em questão a episteme hegemônica, assim possibilitando a produção de epistemes outras (QUIJANO, 1992).

Dessa forma, uma análise decolonial de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11* é uma tentativa desse tipo de produção epistêmica outra – uma das possíveis, visto que outros trabalhos abordando a questão da (de)colonialidade na obra já existem –, para que fique cada vez mais difícil uma possível hegemonia ocupar o lugar daquela que vem oprimindo as localidades colonizadas desde a instauração da Modernidade/Colonialidade.

Porque ao encontrar trechos como o seguinte, é possível verificar o quanto essa episteme hegemônica vem contribuindo para concepções racistas baseadas na cor de pele, associadas às outras áreas da vida, de forma pejorativa, através, por exemplo, da linguagem, bastante reproduzida ainda atualmente.

...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa *vida* decorreu. A minha, até aqui, tem sido *preta*. *Preta* é a minha *pele*. *Preto* é o lugar onde eu moro (JESUS, 2014, p. 167, grifo nosso) 28 de maio de 1959.

Essa reprodução das relações de colonialidade, no que Mignolo (2020) denominou espaço interno, revela que esse tipo de discurso reproduzido por Carolina – que, por sua vez, reproduzia o seu pensamento –, monopolizado e advindo daqueles cujo poderio econômico tem corroborado para a reprodução das desigualdades. E, nesse caso, uma discriminação herdada dos países eurocêntricos que está ligada à ideia de raça.

Passagens como essa, em que Carolina revelou haver uma hierarquização em relação a sua origem, é confirmada pela sua exposição, na narrativa de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, também na fala do(s) outro(s), como neste caso: “...Eu escrevia peças e apresentava

aos diretores de circos. Eles respondia-me: – É pena você ser *preta*” (JESUS, 2014, p. 64, grifo nosso) *16 de junho de 1958*.

Imediatamente na sequência dessa fala, Carolina não parece se aprofundar na análise da questão apresentada, pois apenas passa a tecer comentários sobre o fato de gostar das suas características, enaltecendo seus cabelos, em detrimento do cabelo “[...] de branco”, finalizando com a seguinte frase: “Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre *preta*” (JESUS, 2014, p. 64) *16 de junho de 1958*.

Porém, emendando novo raciocínio, revela o que “um branco” lhe dissera um dia:

– Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (JESUS, 2014, p. 64-65) *16 de junho de 1958*.

Dessa vez, o silogismo é outro, mas, sem ser apreciativo, traz ao menos a equiparação entre sujeitos racializados e brancos. Todavia, o pensamento sobre esta demanda tão seminal surgiu da cabeça de um homem branco. É como se esse fato fosse importante para validar o conceito apresentado. Desta feita, apesar da inserção de um elemento de equidade em relação à etnia, o envoltório ainda resvala para a desigualdade racial e de gênero. Além disso, a ideia de que o outro pode pensar adequadamente, mas ela não; por isso, o outro “é”, mas ela estaria impossibilitada de “ser” (MALDONADO-TORRES, 2007).

Mesmo os escritores tão glorificados por Carolina – pois com eles desenvolveu suas habilidades de leitura e escrita –, em sua maioria, formaram-se no exterior, não bastasse a influência já sofrida em terras brasileiras. E trata-se de uma reprodução em cadeia, visto que ela buscava replicar o estilo de escrita deles, conforme se pode confirmar em cada página de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11*, com colocações pronominais e escolhas lexicais cuidadosamente escolhidas.

Para além dessas formas epistemológicas e inter-relacionais advindas da dominação e da exploração coloniais, esses exemplos também materializam a definição de Maldonado-Torres (2007) para a colonialidade do ser, cujo impacto se expressa na linguagem, diretamente relacionada à experiência de viver em um mundo como se se vivesse em um campo de batalha no qual não se é vencedor. Isso por ser a língua um fenômeno cultural, através do qual nos chega o conhecimento e de nele encontrarmos nossa identidade, o que o faz resultado, portanto, da colonialidade do poder e do saber. Ou seja, essa concepção eurocêntrica de que se o outro

com quem o europeu tomou contato durante suas conquistas não se parece consigo, pois sua língua é outra, sua cor de pele é outra, seus saberes – sobre o (seu) mundo, sobre Deus – é outro, esse outro, portanto, não pode ser considerado gente.

E em contrapartida, a valoração daquele cuja classe dominante, cultura dominante, língua dominante, prevalece. Ainda hoje, a busca pelo reconhecimento de cidadania por parte de uma parcela de brasileiros, em muitos casos, é apenas pelo *status* de portar um passaporte europeu, não por tratar-se de pessoas que vivam viajando pela Europa, o que de fato lhes facilitaria a vida. Não. É pelo fato de mostrar ser descendente de italiano, português, alemão ou outra nacionalidade, porque parece que ser simplesmente brasileiro soa como demérito. Trata-se do famoso “complexo de vira-lata”⁶², que não apenas nos foi inculcado, mas que inconscientemente incorporamos.

Carolina, por exemplo, apreciava valsas vienenses e tango, que ouvia pelo rádio, porque de fato estes gêneros musicais a encantavam ou porque traziam-lhe a sensação de estar mais próxima dos costumes e gostos das classes dominantes? Em uma passagem no *Caderno nº 11*, que não foi reproduzida no livro impresso, Carolina fala sobre alguns maus costumes de algumas pessoas que vivem na favela, como jogar pedras sobre o telhado do barracão onde se reuniam os crentes; faz críticas ao sermão do padre, que orienta que eles tenham filhos; expõe abominações, como a do pai que havia engravidado a própria filha mais de uma vez, e sobre o fato dela não cuidar dos filhos e se entregar à bebida; e ao final, dispara: “É tolice querer civilizar o povo da favela” (JESUS, 1958, p. 16).

Em retrospectiva, de Carolina a Jean-Baptiste Debret, que retrata “índios civilizados” em início do século XIX dentre suas muitas pinturas em *Viagem Histórica e Pitoresca ao Brasil*⁶³; e deste a Pero Vaz de Caminha, que informa, na *Carta*⁶⁴ ao rei de Portugal sobre a necessidade de civilizar os homens com os quais a frota cabralina tivera contato após aportarem no novo continente, permanece a ideia culturalmente instalada de que os costumes do outro, desconhecidos para mim, necessitam ser “civilizados”.

⁶² O complexo de vira-lata foi descrito em 1958 pelo jornalista, dramaturgo e escritor brasileiro Nelson Rodrigues como “[...] a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores (RODRIGUES, 1993, p. 52).

⁶³ *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* é um álbum iconográfico do pintor, desenhista e professor francês Jean-Baptiste Debret, e data de 1834 a 1839 em sua edição francesa composta de três volumes. Neles, as imagens e textos do artista registram cenas, pessoas e situações do dia a dia do Rio de Janeiro do início do século XIX, bem como da corte portuguesa no Brasil (DEBRET, 2022).

⁶⁴ Carta do escrivão Pero Vaz de Caminha a Dom Manuel I, narrando minuciosamente a chegada dos portugueses no Brasil (BRASIL, s.d.)

Isso tende a acentuar as desigualdades, as diferenças; aumentar as distâncias; ampliar os abismos entre as pessoas, os povos, as nações. Inúmeros são os exemplos em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11*. Um deles trata da saga de Carolina por atendimento médico, em junho de 1957, devido a uma dor nos rins que, segundo ela, decorria de carregar muito peso (ferro velho). Impossibilitada de trabalhar, ainda que fosse na coleta de papel e papelão, Carolina vê-se na condição de recorrer ao Serviço Social ou não terá como alimentar os filhos. Sua primeira impressão é desoladora: “Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres” (JESUS, 2014, p. 42).

E tem início a sua peregrinação em busca de atendimento:

Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é nipônico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:

– Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções.
– Prende ela!

Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe:

– Eu sou pobre, porisso é que vim aqui.

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantrópico de São Paulo que está fantasiado de São Vicente de Paula. E disse:

– Chama um carro de preso! (JESUS, 2014, p. 42) *23 de maio de 1958*.

Decorrente de uma lembrança de que em São Paulo havia pessoas que sofriam mais do que ela, esse relato acontece em maio de 1958, no dia 22, quando, depois de a filha, Vera Eunice, então com cinco anos de idade, pedir-lhe que a vendesse para Dona Julita, “[...] porque lá tem comida gostosa” (JESUS, 2014, p. 42). Assim, segmentos sociais desprestigiados, cujas demandas não são atendidas pelo Estado, em seus diferentes níveis institucionais – nesse caso, saúde; precedido de moradia, infraestrutura, segurança alimentar –, não têm a quem recorrer. Denominada de “não-ética da guerra” por Maldonado-Torres (2007), uma violência somada a outra e a outra são naturalizadas, devido a uma série de práticas colonialistas originadas na ideia de raça.

Outro órgão estatal é exposto nas páginas de *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, quando do refúgio, na favela, de dois garotos “do Juiz”, com uniformes amarelos característicos dos internos do Juizado de Menores⁶⁵. Carolina os descreve e narra o ocorrido:

Estavam com roupas amarelas. Descalços e sem camisa. Só com aquele blusão em cima da pele. Eles estavam desorientados. Perguntei se queriam café. Responderam que não. [...] Um era mulato claro. Um rosto feio. Um narigão. O outro era branco bonito. Contaram-me os horrores do Juizado. Que passam fome, frio e que apanham ininterruptamente. Perguntaram se eu podia arranjar-lhes umas camisas. Dei-lhes as camisas e as calças. [...] Perguntei-lhes se sabiam ler. Responderam que sim. Dei-lhes café. Falaram que residem na Vila Maria e que tem mãe. Aconselharam meus filhos para ser bons para mim. Que os filhos estão melhor com as mães. Que a coisa melhor do mundo é a mãe. Eles pegaram as roupas que eu dei-lhes. A calça do Nelson tinha tantos remendos que podia pesar 3 quilos. Quando eles saíram olharam o número do meu barracão e pediu-me para não internar o João que a comida é deficiente. Que eles era obrigado a lavar louça. Que se uma criança jogar fora o resto da comida do lixo, que eles obriga a criança catar e comer. [...] Os meninos perguntaram o meu nome e saíram sorrindo para mim. Penso: porque será que os meninos que fogem do Juizado vem difamando a organização? Percebi que no Juizado as crianças degrada a moral. Os Juizes não tem capacidade para formar o caráter das crianças. O que é que lhes falta? Interesse pelos infelizes ou verba do Estado? (JESUS, 2014, p. 87-88).

Para além dos fatos, Carolina tece considerações, como faz em todo o livro, mas, mais que tudo, trata os meninos com humanidade, sem discriminação. Nota-se, porém, que apesar do fato de morarem no mesmo bairro, ela salienta que o mulato claro tinha as feições feias, enquanto o branco era bonito. Fica-se sabendo das condições precárias e o tratamento desumano em que vivem os menores enquanto internos da instituição responsável pela sua recuperação, que, aliás, não deixa de ser uma maneira de civilizar.

Na dicotomia colonialidade-decolonialidade analisada em *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e no manuscrito original *Caderno nº 11*, é possível captar a colonialidade epistemológica (QUIJANO, 1992), devido ao conteúdo eurocêntrico circulante entre os vários grupos sociais da sociedade ocidental colonizada (DUSSEL, 1993), dos 1500 em diante, servindo aos dominadores na permanência da situação de opressão sobre os subalternizados, a despeito da dialogicidade e da circularidade cultural existente entre esses grupos (BAKHTIN, 2008), inviabilizando o conhecimento das pessoas sobre si mesmas.

⁶⁵ Hoje denominados Juizados da Infância e Juventude, são órgãos do judiciário estadual brasileiro, regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), responsáveis pelas causas processuais de interesse de crianças e adolescentes em situação de risco e dos procedimentos de apuração de atos infracionais por eles cometidos (BRASIL, 2010).

Essas constatações auxiliam a validar a importância de uma leitura decolonial de um texto, pois torna-se um exercício antirracista perante uma escrita que não se quis canônica, mas expressão de uma resistência, de uma luta na qual Carolina parecia estar engajada, permitindo compreender um tempo fugidio através das suas memórias. Mas, mais que tudo, perceber que a visão de muitas pessoas pode, ainda hoje, estar obnubilada pela hegemonia cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”
Paulo Freire – *Pedagogia do Oprimido*
(FREIRE, 2010, p. 23)

A problematização efetuada a partir da leitura decolonial de *Quarto de despejo - diário de uma favelada* e do *Caderno nº 11*, de Carolina Maria de Jesus – objetivo maior desta pesquisa –, permitiu trazer discussões acerca do seu contexto de produção, dos discursos marginais ali presentes, dos aspectos socioculturais de um determinado período histórico e de uma espacialidade, ou seja, a zona norte da cidade de São Paulo – localidade da favela do Canindé – das décadas de 1950-1960; todos elementos essenciais para o entendimento do processo educativo da e na vida de da autora.

As questões sociais que brotam do *corpus* de pesquisa, prementes diante da situação de penúria e insalubridade, são condição *sine qua non* para o entendimento da importância que têm os processos educativos na vida dos indivíduos. Se, por um lado, tudo a que Carolina esteve exposta no decorrer de sua vida de altos e baixos (e mais baixos que altos) serviu-lhe de mestre, por outro, talvez a falta de um mestre, no sentido *strictu*, também tenha sido fator de a vida ter-lhe sido tão amarela. Foi possível verificar que a escritora se educou majoritariamente na e pela vida, tanto no bom quanto no mau sentido. Neste, ao ser vítima das epistemologias eurocêntricas – correntes até hoje, quanto mais nos idos anos –, naquele, ao acreditar na sua força narrativa, na potência da sua história e na sua escrita vibrante.

Através de suas experiências ali relatadas, deu-se a identificação da colonialidade em suas três dimensões – a do poder, a do saber e a do ser – nos seus relacionamentos, desde os mais íntimos, junto dos familiares, poucos amigos e amores; até os mais distantes, como com o poder público; passando pelos contatos referentes a sua produção – literária ou enquanto catadora de papel. O que se viu foi uma Carolina em diferentes faces: a mulher, a mulher negra, a mulher negra corajosa e autônoma, a lutadora, a escritora – desconhecida, reconhecida, esquecida e resgatada –, a mãe, a catadora, bem como sua resistência e resiliência frente às adversidades, que não foram poucas, ao longo de sua trajetória pelo que nomeamos “Escola Amarela da Vida”.

Nesse sentido, a análise em questão permitiu perceber que as marcas deixadas pela colonialidade nos seres são muito profundas, estabelecendo uma relação de difícil desvinculação, haja vista se ver reproduzir até agora muitas das situações encontradas no *corpus*

de pesquisa, como os problemas em relação à moradia, à falta de emprego, aos problemas de saúde, à desigualdade na educação de pobres e ricos, frutos da exclusão social, entre outras violências, em especial o racismo, observáveis também nos outros quartos de despejo atuais.

O quarto da população brasileira que vive à mercê da pobreza e da fome – 33,1 milhões de pessoas –, em sua maioria negros ou deles descendentes, depende de políticas públicas comprometidas com a criação de postos de trabalho, com a estruturação institucional e de segurança alimentar e social, com atenção especial para o aporte orçamentário para a saúde, o saneamento e a educação. Esta, que precisa abarcar o segundo e terceiro quartos da equação, a dos pequenos brasileiros analfabetos, 41 % das crianças entre 6 e 7 anos de idade, que precisarão resgatar os dois anos distantes da sala de aula física e/ou virtual, devido à pandemia de Covid-19, pela falta de acesso à tecnologia informatizada. Quanto ao último quarto, o daqueles que habitam as inaceitáveis favelas – mais de 13.151 – que vêm se proliferando por todos os rincões deste País, a exemplo da favela do Canindé, de onde emergiu a Carolina, que um dia chegou a acreditar que os brancos iriam ajudar os negros, ao menos no sentido de terem uma moradia digna, com acesso à saneamento básico.

Trata-se, portanto, de marcas que não podem ser ignoradas. Ainda mais se se considerar que uma hegemonia epistêmica eurocentrada ainda persiste, fazendo vítimas, deslegitimando o *status* de ser humano das populações subalternizadas e racializadas. Por isso a importância de desvelar e valorizar epistemologias produzidas por uma mulher negra e popular, que pode ser um caminho fértil para que possamos aprender com os saberes que foram encobertos pela Modernidade/Colonialidade e promover, assim, uma educação antirracista e antissexista.

Dessa forma, constatou-se nessa obra que vivíamos à época – e ainda vivemos – em uma sociedade profundamente desigual e separada por raça, em que os brancos eram – e ainda são – beneficiados dessa separação e desigualdade. Por esse motivo, a sua atualidade e importância. Pois possibilita entender que processos educativos no decorrer da vida, aos quais os indivíduos estão expostos, sejam eles formais ou não, se não permitirem um olhar outro sobre questões as mais diversas, tendem a reproduzir um estado de coisas desumano, pautado pela colonialidade do poder, do saber e do ser.

No mais, esta pesquisa me fez perceber o quanto faço parte de uma parcela da branquitude, pois até bem pouco tempo nunca havia parado para pensar sobre os meus privilégios enquanto tal, ou qual é o meu papel dentro do racismo estrutural. Enquanto essa estrutura não for transformada – e para isso a pesquisa acadêmica deve necessariamente contribuir –, no sentido de incluir, de agregar, apoiar, fomentar projetos, a barbárie da sociedade brasileira não vai acabar.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. Nota Técnica – **Fome e Segurança Alimentar no Brasil**. www.actionaid.org.br. Cinco fatores que aprofundam a fome no país. Disponível em: https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1602609621ActionAidNotaTecnicaFOME.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

AGÊNCIA IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Editoria: Estatísticas Sociais, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ALMEIDA, Sandra Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak. *In*: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (1985).

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, pp. 89-117, aio/ago. 2013.

BEZERRA, Lucila. **“O Quarto de Despejo está vivo”, afirma filha de Carolina Maria de Jesus**. Brasil de Fato. Recife (PE), 27 out. 2020.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. **Alfa**, São Paulo, 56 (2), p. 371-401, 2012.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83)

BRASIL. Ministério da Cultura. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Brasília: MEC, [s.d]. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1600>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CAMPOS, Marcio D’Oliveira. **SULear vs NORTEar**: Representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia. Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável, Instituto de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999, p. 41-70. (Série Documenta, ano VI, n. 8. EICOS)

CASTRO, Mariana. **Por ausência de políticas públicas de educação, analfabetismo volta a crescer no Brasil**. Brasil de Fato. Imperatriz (MA): Rede Brasil Atual. Publicado em: 14 fev. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2022/02/analfabetismo-volta-a-crescer-e-expoe-falta-de-politicas-publicas-de-educacao/#:~:text=Publicado%2014%2F02%2F2022%20%2D%2014h59&text=Brasil%20de%20Fato%20E2%80%93Um%20estudo,registrado%20no%20pa%C3%ADs%20desde%202012>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CFCH aprova concessão de título Doutora Honoris Causa a Carolina de Jesus.

SECOM/CFCH, 2020. Disponível em: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/1388-cfch-aprova-concessao-de-titulo-doutora-honoris-causa-a-carolina-de-jesus>. Acesso em: 09 mar. 2021.

COLETIVO LEITOR, 2021. **Os 60 Anos de Quarto de Despejo**: Entrevista Exclusiva – Parte 2. 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/os-60-anos-de-quarto-de-despejo-entrevista-exclusiva-parte-2/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DANTAS, Audálio. O drama da favela escrito por uma favelada. **Folha da Noite**, São Paulo, 9 maio 1958.

DEBRET, Jean-Baptiste. *In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18749/jean-baptiste-debret>. Acesso em: 02 jun. de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: na América Latina. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro**: origem do mito da modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. LANDER, Edgardo (Org). Coleção Sul Sul, CLACSO, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. set. 2005. pp.55-70. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>. Acesso em: 18 mai. 2022

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018. 402 p.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In: O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

FRANÇA, E. **Favelas em São Paulo (1980-2008)**: das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização: a experiência do programa Guarapiranga. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. ver. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUNARTE. **Versão Oficial Elza Soares**. EF 106. Estúdio F. Programa número 106. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2009/12/EF.106.Elza-Soares.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IELA – Instituto de Estudos Latino-americanos. **Abya Yala**. Povos originários de nuestra America. A Recuperação Cultural das Civilizações Antigas e a Luta do Presente. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>. Acesso em: 17 maio 2021.

IMS. Instituto Moreira Salles. **O aniversário de Quarto de despejo**. Por dentro dos acervos. Equipe IMS. 18 ago. 2020. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 06 jun. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Caderno nº 11**. São Paulo, SP: [s.n.], 04/12/1958-19/12/1958. 97 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352132/mss1352132.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustração Vinícius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p. + il.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *In*: **Revista Brasileira da Educação**, nº 19, jan./fev./mar./abr. Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_LARROSA_BONDIA.PDF. Acesso em: 08 mar. 2020.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. p. 35-86.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção Educação: Experiência e Sentido)

LISPECTOR, Clarice. **Para não esquecer**. Círculo do livro. Espólio de Clarice Lispector, 1980.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set.-dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre a colonialidade do ser: contributos para o desenvolvimento de um conceito. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (eds.). **A virada descolonial**. Reflexões para uma diversidade epistêmica para além do capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MARTINS, S. A. E. P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. **Revista HISTEBR On-line**, Campinas, SP, n. 59, p. 304-317, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640365>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 35-54.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade o lado mais escuro da Modernidade. Trad. Marco Oliveira. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro: **RBCS**, vol. 32, n. 94, jun. 2017. e329402

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. [S.l.]: **Revista Lusófona De Educação**, vol. 48, n. 48, 2020, p. 187-224.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética.** 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-13112013-100432. Acesso em: 2021-05-31.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada.** 2019. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-26062019-113147. Acesso em: 2021-05-31.

NASCIMENTO, Renato Modeneze do. Lima Barreto e a educação: uma leitura d'os Bruzundangas numa perspectiva decolonial. 185 f. Mestrado em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba, Biblioteca Depositária: Santa Clara, 2019.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: **Diários Associados**, Ano XXXI, n. 0036 (2), 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22carolina%20maria%20de%20jesus&pagfis=124945>. Acesso em: 06 jun. 2020.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Física e Esportes).

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação no âmbito das pesquisas em História da Educação. **História da Educação** (Online), Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 116-133, maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n55/pt_2236-3459-heduc-22-55-00116.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

PEREIRA, Deise Quintiliano. Diário de Bitita: a autobiografia ensaística de Carolina Maria de Jesus. **Estud. Lit. Bras. Contemp.** (58), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40185811>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Journée d'Histoire des Sensibilités**, EHESS 4 mars. 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006.

PETROPOULEAS, Suzana. Volta do Brasil ao mapa da fome e retrocesso inédito no mundo diz economista. **Folha de São Paulo**. São Paulo: Grupo Folha. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *In*: Heraclio Bonilla (comp.): Los Conquistados. **1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: FLACSO-Tercer Mundo, 1992, p. 438-447.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

RAMOS, I. G. **Genealogia de uma operação historiográfica: E. P. Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

RIBEIRO, Janaina. **População das favelas brasileiras ultrapassa Bielorrússia, Luxemburgo e Sérvia**. Publicado em 19 abr. 2022. Investnews. Disponível em: <https://investnews.com.br/esg/populacao-das-favelas-brasileiras-ultrapassa-bielorussia-luxemburgo-e-servia/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol**. Seleção e notas de Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Leonardo Santana da. Carlo Ginzburg: o conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira. *Rev. Augustus*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 72-83, jan./jun. 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Carolina Maria de Jesus e o associativismo político cultural negro nos anos 1960**. Literafro. www.letras.ufmg.br/literafro. 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/carolina-maria-jesus/ArtigoCarolinaMariadeJesus5MarioAugustoMedeiros.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

SLENES, R. W. A importância da África para as ciências humanas. **História social**, Campinas, SP, n. 19, p. 19-32, segundo semestre de 2010.

SOARES, Elza. A Carne. *In*: SOARES, Elza. **Do Cócix até o Pescoço**. Composição de Marcelo Yuka, Seu Jorge (Jorge Mário da Silva) e Wilson Cappelletto. [S.l]: Maianga Discos, 2002. 1 CD. Faixa 6.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. **Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata**. 2004. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. **Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata**. Vinhedo e Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2012.

SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (Orgs.). São Paulo: Escuta, 2018. p.137-150.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 230 p.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

THOMPSON, E. P. Educação e experiência. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária**. tradução de Sergio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 11-48.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. *Cruzeiro, O*. [Verbete]. CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>. Acesso em: 04 jun. 2022.

VIDAL, D. G.; SALVADORI, M. A. B.; COSTA, A. L. J. da. Cultura e história da educação: diálogos com Michel de Certeau e E. P. Thompson. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, p. e019002, 2019. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8652780. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652780>. Acesso em: 7 jun. 2020.

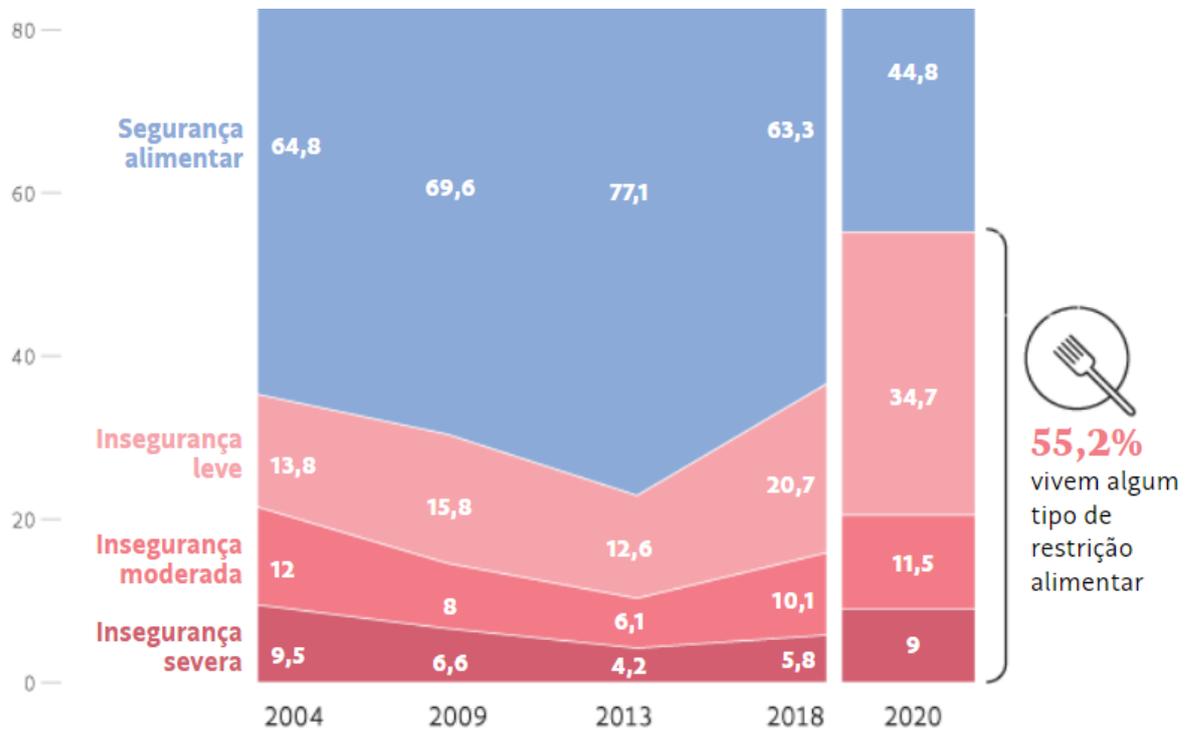
VOLÓCHINOV, Valentin. Relações entre a infraestrutura e as superestruturas e a interação verbal. *In*: VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad., notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e educação intercultural**. Tradução não solicitada e não autorizada. Realizada para uso didático por Herlon Bezerra (IF Sertão PE/GMEPEIS Sertões). 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Valeria/Downloads/interculturalidade-critica-e-educacao-intercultural-carherine-walsh_compress.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

WEIL, Simone. O enraizamento. *In*: **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2.ed.ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, pp. 411-412.

ANEXO

FIGURA 9 - Pesquisa da Rede Penssan de Validação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar



Segurança alimentar: capacidade normal de manter-se alimentado

Insegurança leve: incerteza quanto à capacidade de manter o padrão alimentar

Insegurança moderada: incerteza quanto à capacidade de manter o padrão alimentar, com quantidade e frequência reduzidas

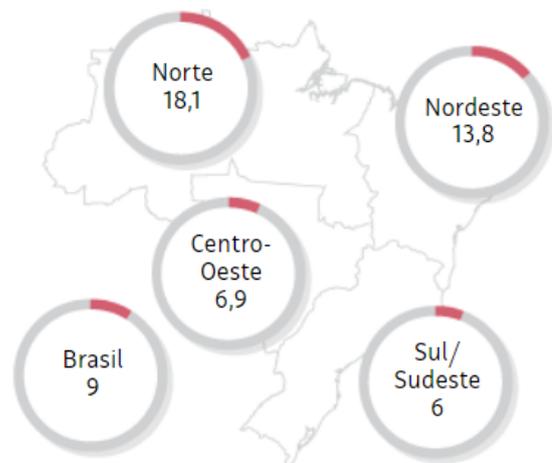
Insegurança grave: não são consumidos alimentos em um dia inteiro ou mais

*Pesquisa presencial da Rede Penssan entre 5 e 24.dez.20 em 1.662 domicílios urbanos e 518 rurais com a mesma metodologia do IBGE

Fonte: Pnad e POF (IBGE) e Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 da Rede Penssan (o trabalho foi conduzido pelas pesquisadoras que validaram a Escala Brasileira de Segurança Alimentar usada pelo IBGE)

Regiões onde há mais fome

Insegurança grave, em % (2020)



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.